

POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO E PANDEMIA: OS DESAFIOS IMPOSTOS AOS ESTADOS E MUNICÍPIOS



JOSÉ ANTONIO RIBEIRO DE MOURA
NATÉRCIA DE ANDRADE LOPES NETA
LEANDRO MAYER
(ORGANIZADORES)

JOSÉ ANTONIO RIBEIRO DE MOURA
NATÉRCIA DE ANDRADE LOPES NETA
LEANDRO MAYER
(ORGANIZADORES)

**POLÍTICAS PÚBLICAS,
EDUCAÇÃO E PANDEMIA:**
OS DESAFIOS IMPOSTOS AOS
ESTADOS E MUNICÍPIOS



EDITORA
SCHREIBEN

2021

© Dos organizadores - 2021

Editoração: Schreiben

Capa: Freepik

Revisão: os autores

Conselho Editorial (Editora Schreiben):

Dr. Adelar Heinsfeld (UPF)

Dr. Airton Spies (EPAGRI)

Dra. Ana Carolina Martins da Silva (UERGS)

Dr. Douglas Orestes Franzen (UCEFF)

Dr. Eduardo Ramón Palermo López (MPR - Uruguai)

Dr. Enio Luiz Spaniol (UDESC)

Dr. Glen Goodman (Arizona State University)

Dr. Guido Lenz (UFRGS)

Dr. João Carlos Tedesco (UPF)

Dr. Leandro Hahn (UNIARP)

Dr. Leandro Mayer (SED-SC)

Dra. Marciane Kessler (UFPEl)

Dra. Natércia de Andrade Lopes Neta (UNEAL)

Dr. Odair Neitzel (UFFS)

Dr. Wanilton Dudek (UNIUV)

A exatidão das informações, opiniões e conceitos emitidos, bem como da procedência das tabelas, quadros, mapas e fotografias é de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).

Editora Schreiben

Linha Cordilheira - SC-163

89896-000 Itapiranga/SC

Tel: (49) 3678 7254

editoraschreiben@gmail.com

www.editoraschreiben.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P769 Políticas públicas, educação e pandemia: os desafios impostos aos estados e municípios. / Organizadores: José Antonio Ribeiro de Moura, Natércia de Andrade Lopes Neta, Leandro Mayer. – Itapiranga: Schreiben, 2021.
179 p. ; e-book
E-book no formato PDF.
EISBN: 978-65-89963-28-8
DOI: 10.29327/547534
1. Educação. 2. Ensino à distância. 3. Políticas públicas. 4. COVID-19 – pandemia. I. Título. II. Moura, José Antonio Ribeiro de. III. Lopes Neta, Natércia de Andrade. IV. Mayer, Leandro.

CDU 37

Bibliotecária responsável Kátia Rosi Possobon CRB10/1782

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	5
<i>Natercia de Andrade Lopes Neta</i>	
DOCÊNCIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: O ABISMO ENTRE A REALIDADE INSTITUCIONAL E A REALIDADE HUMANA QUE PODEMOS CONSTRUIR.....	8
<i>Israel Kujawa</i>	
<i>Marciano Pereira</i>	
<i>Marivane de Oliveira Biazus</i>	
EDUCAÇÃO, DESIGUALDADES SOCIAIS E TECNOLOGIAS EM SANTA CATARINA.....	22
<i>Bianca Croda</i>	
<i>Thais Janaina Wenczenovicz</i>	
A EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA.....	41
<i>Regiane Neves</i>	
ENSINO REMOTO EMERGENCIAL: VIVÊNCIAS EM LETRAMENTO DE PERCURSO.....	52
<i>Ana Carolina Martins da Silva</i>	
<i>José Antônio Ribeiro de Moura</i>	
<i>Matheus Scherdien da Cruz</i>	
<i>Maria Alzira Leite</i>	
<i>Heitor Costa</i>	
TECNOLOGIAS, INTERAÇÃO E ENSINO: AS LIVES COMO APOIO.....	72
<i>Ana Carolina Martins da Silva</i>	
<i>José Antônio Ribeiro de Moura</i>	
<i>Almir Pereira de Omena Neto</i>	
<i>Eduarda Crysttina Zortea</i>	
<i>Lilian da Silva Carvalho</i>	
<i>Vitória Leonora Bolla Viegas</i>	
A PANDEMIA E O REFORÇO À EXCLUSÃO PEDAGÓGICA DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA	92
<i>Márcia Raimunda de Jesus Moreira da Silva</i>	
<i>Francisca Monteiro da Silva Perez</i>	
<i>Orleane Oliveira Jambeiro</i>	
<i>José Antonio Ribeiro de Moura</i>	

EDUCAÇÃO, INFÂNCIAS E O CAMPO: PROPOSTAS E
REFLEXÕES PEDAGÓGICAS EM TEMPOS PANDÊMICOS.....106

Maria José dos Santos

Meridelma Araújo de Barros Quitino

Alison Douglas Lima da Silva

Josélia Nascimento da Silva

Anne Karolynne Mendonça da Silva

Cicero Alberto Ferreira Silva

QUALIDADE EDUCACIONAL E O ENSINO REMOTO EM
TEMPOS PANDÊMICOS: UMA REALIDADE DO ENSINO
DE CORUMBÁ/MS EM ÉPOCA DE COVID-19.....123

Sthefany Campelo Proença

Nicole Claro Moreira de Moraes

EDUCAÇÃO, PANDEMIA E DESIGUALDADE SOCIAL:
UMA ANÁLISE DA EMEFF PAPA JOÃO PAULO II138

Rafael Barbosa Calumbi da Silva

O DESAFIO DE ENSINAR MATEMÁTICA
EM TEMPOS DE PANDEMIA.....151

Fernanda Monteiro Guerra

Gabriel Júlio Alvares

Geniclebison dos Santos Silva

João Vítor Barbosa da Silva

Maria Jacira Nascimento da Silva

Nathalia Ranielle Lemos da Silva Barros

Natercia de Andrade Lopes Neta

A NOTORIEDADE DO ENSINO DE HISTÓRIA EM SALA
DE AULA NO CENÁRIO PANDÊMICO.....163

Pâmela Pongan

SOBRE OS ORGANIZADORES.....178

PREFÁCIO

O livro **Políticas Públicas, Educação e Pandemia: os desafios impostos aos Estados e Municípios**, foi idealizado pelas/os docentes da linha de pesquisa sobre Tecnologias, Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas, que pertence ao Grupo de Pesquisa em Linguagens, Tecnologias e Políticas Públicas (GPLTPP), lotado na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), em Erechim/RS.

Apresentamos à/ao leitora/leitor algumas respostas sobre como professoras/es de diversos Estados e Municípios brasileiros se organizaram para adaptar o ensino durante o isolamento físico imposto pela pandemia. Os onze artigos que compõem esta obra retratam o cotidiano de docentes durante o ensino remoto, suas angústias, ressignificações e desafios ainda enfrentados com o distanciamento físico. Também é possível compreender as conquistas de docentes durante esse processo, as mudanças nas relações interpessoais e, as ferramentas adotadas para facilitar o processo educativo.

O artigo “**Docência em tempos de pandemia: o abismo entre a realidade institucional e a realidade humana que podemos construir**”, as/os autoras/es fazem uma revisão assistemática da literatura com o objetivo de apresentar uma descrição geral dos desafios impostos para a prática docente no atual contexto de mudanças profundas.

Em “**Educação, desigualdades sociais e tecnologias em Santa Catarina**”, as autoras defendem a educação como um direito humano e um direito positivado e efetivo, sendo o acesso à educação um direito público subjetivo e o seu não oferecimento pelo Poder Público, ou a sua oferta insuficiente e irregular um problema de responsabilidade da autoridade competente. Desta forma, o artigo traz a análise da relação estabelecida entre o direito à educação e o uso das novas tecnologias digitais nas escolas de educação básica no Brasil no período de 2000 a 2020 em Santa Catarina.

No artigo “**A educação em tempos de pandemia**”, a autora busca compreender a importância da Educação em tempos de pandemia para o processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças na fase escolar, bem como, analisar as ações e reflexos sobre a conduta didática pedagógica das/os docentes e a aplicabilidade dos mesmos nesse novo modelo de ensino relacionado ao novo cotidiano escolar e no processo de ensino e da aprendizagem.

Ao apresentar alguns desafios e situações que permearam a prática pedagógica na migração do ensino presencial para o ensino remoto emergencial, durante a pandemia da COVID-19, as/os autoras/es de “**Ensino remoto emergencial: vivências em letramento de percurso**”, utilizam do método de pesquisa descritivo, trazendo para a/o leitora/leitor discussões e observações qualitativas.

O artigo “**Tecnologias, interação e ensino: as lives como apoio**”, trazem os recursos tecnológicos utilizados pelas/os docentes para ministrarem suas aulas durante o ensino remoto, e, tem como objetivo investigar o uso das *lives* ou *webinars*, no contexto da educação.

Em “**A pandemia e o reforço à exclusão pedagógica do estudante com deficiência**” as/os autoras/es contemplam as escritas acerca da situação de exclusão pedagógica de estudantes com deficiência, perante as novas modalidades de ensino, e buscam compreender como a educação tem alcançado estes estudantes, o uso de tecnologias educacionais, principalmente a tecnologia assistiva e como está sendo desenvolvida a mediação pedagógica para a aprendizagem do mesmo.

Em “**Educação, infâncias e o campo: propostas e reflexões pedagógicas em tempos pandêmicos**”, as/os autoras/es retratam a realidade do município de São Luís do Quitunde, em Alagoas, onde o ensino foi realizado, com atividades não-presenciais para o ano letivo de 2020, avançando gradativamente para o Ensino Híbrido e o Ensino Presencial no ano subsequente, contudo para as escolas do campo há uma escala maior de dificuldade, por todas as especificidades do campo que são detalhadas no texto e que servem de reflexão sobre esta modalidade de ensino. Ainda sobre os desafios durante a pandemia, no artigo “**Qualidade educacional e o ensino remoto em tempos pandêmicos: uma realidade do ensino de Corumbá/MS em época de Covid-19**” as autoras trazem

o cenário de ensino remoto presente no município de Corumbá/MS e como a qualidade educacional foi afetada nesse período.

Em “**Educação, pandemia e desigualdade social: uma análise da EMEFF Papa João Paulo II**”, o autor traz dados sobre a Educação em Sergipe, com discussões sobre o acesso a tecnologia por parte das/os estudantes de escola pública, em que muitas famílias dessas/es discentes tiveram suas rendas afetadas pela pandemia com o aumento do desemprego e a crescente concentração de renda nesse momento pandêmico. E, avaliam os impactos da pandemia na realidade da Escola Municipal Papa João Paulo II, escola de ensino fundamental II que fica localizada no bairro do Santa Maria em Aracaju.

No agreste alagoano, as/os autoras/es de “**O desafio de ensinar matemática em tempos de pandemia**” buscam identificar através da formulação de um questionário, o nível de domínio das/os docentes do 6º ao 9º ano de Escolas públicas de Arapiraca e Palmeira dos Índios com relação às plataformas digitais disponibilizadas pela sua rede de ensino, trazendo o estado arte da pesquisa que tem como objetivo identificar os obstáculos dentro das tecnologias digitais para o ensino da matemática em tempos de pandemia

No último capítulo desta obra, “**A notoriedade do ensino de história em sala de aula no cenário pandêmico**”, a autora disserta sobre a importância da História enquanto disciplina que auxilia na compreensão do cenário atual e os seus desdobramentos, fazendo uma análise acerca do ensino de História em tempos de pandemia.

As ideias apresentadas neste livro são frutos de pesquisas e práticas pedagógicas durante o período pandêmico, e agradecemos a cada uma/um das/os autoras/es que tiveram a generosidade de compartilhar suas vivências com grande entusiasmo.

Com esses artigos, o GPLTPP-UERGS espera contribuir com o estudo sobre a pandemia, a tecnologia e as políticas públicas em termos aprofundados e amplos.

Natercia de Andrade Lopes Neta

DOCÊNCIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: O ABISMO ENTRE A REALIDADE INSTITUCIONAL E A REALIDADE HUMANA QUE PODEMOS CONSTRUIR

Israel Kujawa¹

Marciano Pereira²

Marivane de Oliveira Biazus³

1 INTRODUÇÃO

A Pandemia de COVID 19 chegou no Brasil em março de dois mil e vinte e marcou de forma decisiva também a educação, que segundo a Constituição Da República Federativa do Brasil é “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Entende-se, que o acesso à educação pública e de qualidade é um direito que precisa ser assegurado, tendo em vista o “pleno desenvolvimento humano”, o fortalecimento da democracia e a consequente redução das injustiças e desigualdades que tem aumentado

-
- 1 Pós-Doutor em Psicologia na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP,2017). E-mail: Israel.kujawa2019@gmail.com
<https://www.youtube.com/channel/UCMQoomGetU04CXmolQjkjvA>.
 - 2 Bacharel e Licenciado em Filosofia. Especialista em EAD e As Novas Tecnologias. Especialista em Coordenação Pedagógica. Especialista em Docência do Ensino Religioso. Professor de Filosofia e Ensino Religioso. E-mail: marcianopereira05@gmail.com.br.
 - 3 Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo (PPGEdu), Mestre em Ensino e Ciências e Matemática e graduada em Física pela Universidade de Passo Fundo, RS. Professora de Física da rede privada e pública do Rio Grande do Sul. E-mail: marivanebiazus@gmail.com.

com o acirramento da política econômica neoliberal. A narrativa por um Estado mínimo tem exposto brutalmente os abismos que separam as classes sociais, aumentam a miséria, dividem os humanos, cuja dignidade tem sido empobrecida e a muitos e muitas negada.

Diante desse cenário caótico, mas do qual emergem olhares de esperança nascidos da capacidade crítica, imaginativa e transformadora se insere a educação escolar, cujos desafios consistem na retenção dos estudantes, no desenvolvimento de habilidades críticas, criativas que possibilitem a leitura e transformação dos contextos. Urge despertar nos educandos a condição de sujeitos que se entendem em formação, numa sociedade que pode ser transformada desde as pequenas ações destes que escolhem representantes, ocupam postos de trabalho, cargos públicos, instâncias diversas onde fazem acontecer a própria existência. A história destes sujeitos liga-se à história e aos rumos da sociedade.

Partindo destes pressupostos, num primeiro momento olhamos para a necessidade emergente do cuidado que o contexto pandêmico trouxe. Os desafios que se apresentaram aos docentes e a toda comunidade escolar, como adesão a meios alternativos para seguir as atividades escolares, o uso de ferramentas digitais até então negligenciadas pelas redes de ensino e por muitos desconhecida nos leva a refletir e agir no sentido do auto cuidado que gera benefícios para toda sociedade visto que vivemos numa complexa e fascinante rede de relações.

Em um segundo momento, entende-se que a demora dos sistemas públicos em aderir ao modelo online, através das aulas síncronas já é reveladora de uma concepção de educação que se coloca em oposição ao que será defendida no presente artigo. Ainda, sobre este aspecto tratar-se-á da situação dos docentes, submetidos à um fazer desvinculado do compromisso com o diálogo, com a formação humana e tudo o que dela se desdobra como exigência ética. Durante a pandemia o trabalho docente aumentou excessivamente, a desigualdade no acesso às ferramentas digitais se fez sentir e prejudicou ainda mais o acesso à educação pública, gratuita e de qualidade.

Em um terceiro momento olhar-se-á para os aprendizados nascidos do contexto e das exigências que a pandemia trouxe para a educação. Embora pareça contraditório, o contexto nos revelou enfaticamente concepções que precisam ser revisadas, modelos que estão “caducando” e

apontou alternativas como o uso dos ambientes virtuais de aprendizagem e das demais ferramentas digitais. Contudo, se faz necessário promover a inclusão digital dos educandos e fazer o uso humanamente intencionado das ferramentas, uma educação que se deseja crítica, humana e humanizadora precisa considerar os avanços do mundo digital, deste modo estará possibilitando acesso a conteúdos que contribuam para a evolução humana.

Não advoga-se na defesa de um ensino meramente digital, desprovido de relações face a face, mas sugere-se que o digital seja potencializado para despertar no educando o desejo pelo aprendizado, pela pesquisa e produção de cultura. Neste sentido, a sala de aula tradicionalmente pensada para um modelo bancário, marcado pela rigidez comportamental e pela transmissão de conhecimentos, precisa rever com urgência sua missão, seus objetivos, enfim sua função social. Isso se faz desde uma concepção de educação que se permita a crítica, a desconstrução e a reconstrução segundo a práxis dos sujeitos que fazem educação. Decisões verticais vindo dos governos tendem a enaltecer o caráter mercadológico e técnico do ensino, desvinculando-o do potencial crítico, capaz de operacionalizar a mudança social.

2 A EMERGÊNCIA DO CUIDADO COLETIVO

A doença e a iminência da morte promovem rachaduras entre visões que incluem atenção integral ao cuidado e visões dominadas pelo negacionismo. Os comportamentos que negavam a importância do autocuidado e do cuidado coletivo passaram a se confrontar com a necessidade do cuidado no grau mais elevado possível. O propósito desta primeira parte do texto é refletir a respeito das condições sociais, institucionais e educacionais, centradas nos pais dos pais e professores, que são as pessoas caracterizadas pelo educar e pelo ensinar.

A última virada de século está marcada pelo individualismo exagerado, advindo do modelo social capitalista na sua versão neoliberal, que expandiu a ideologia centralizada nos méritos individuais, desconectados da história, da natureza e do contexto de vida. A iminência da morte com a pandemia de 2020, disseminada por meio das aproximações e contatos físicos, evidencia a necessidade do autocuidado, bem como do

cuidado com as pessoas do nosso convívio.

A imposição de um grau elevado de incerteza, salientado na convivência com a morte de inquantificáveis pessoas, contabilizadas em números, possibilita uma aceleração no processo de transformação e evolução. Para que essa transformação seja uma evolução acompanhada da humanização, se faz necessário salientar três dimensões da coletividade: a individualidade, a relação e o todo⁴.

Neste desenrolar existencial de cada ser humano, ainda nos primeiros anos de vida, todos devem ser individualmente ensinados, devem ter a oportunidade de aprender em seu núcleo parental, a importância e a imprescindibilidade do outro. Para continuar vivendo, a pessoa humana deve ser educada e individualmente responsabilizada em cuidar da principal ferramenta que dispõe, o próprio corpo, em suas diversas dimensões. O conceito de interdependência perpassa a visão mitológica, científica ou religiosa. Todos somos resultados de relações anteriores, sejam elas dos nossos pais, de uma grande explosão cósmica ou da criação divina. Esta percepção salienta o conceito de relação e interdependência, demonstrando a impossibilidade da existência apenas na dimensão singular.

Esta reflexão conceitual, aparentemente banal, é indispensável pois estamos inseridos em uma cultura social, institucional e educacional, comprometidas com entendimentos individualistas, reducionistas e fragmentados. Esta visão calcificada no inconsciente coletivo pode ser observada na frase que já ouvimos muitas vezes: “educação vem de casa, a escola é responsável por ensinar”.

Essa frase foi banalizada ao ponto de seu verdadeiro sentido não ser refletido ou problematizado. Os conceitos “educar e ensinar” são adequadamente compreendidos quando relacionados e vinculados. O ensinar ocorre no limite de contextos históricos gerais e condições de vida particulares, desde metodologias e intenções específicas. Nesse sentido, salienta-se que nem toda prática que se deseje educativa favorece

4 A Igreja Católica sob a liderança do Papa Francisco tem insistido numa visão ecológica, segundo a qual tudo está interligado. *Laudato Si* e *Fratelli Tuti* são encíclicas de cunho social que convidam cristãos e pessoas de boa vontade a se empenharem na construção de uma humanidade justa e fraterna, na qual as pessoas têm a dignidade assegurada como um valor inalienável, irrenunciável e intransferível

à humanização, existem modelos bancários que só reproduzem as desigualdades e injustiças sociais, sempre que imperar a pedagogia do opressor se reproduzirão modelos de ensino acríticos, desvinculados da realidade abismal que aumenta a fila dos miseráveis. Como professores, pais ou referências parentais temos o dever de educar e de ensinar, para o cuidado individual, coletivo, integral e global. Somos responsáveis por educar, inseridos no centro e na culminância de uma mudança comportamental profunda, de uma mudança de época. Em outras palavras, estamos vivendo mais do que uma época de mudança; estamos vivendo em uma mudança de época. Precisamos assimilar, nos orientar e agir.

Estar capacitado para atender às necessidades materiais e espirituais individuais é um aprendizado constante, que se apresenta relacionado com as fases e com o contexto de vida individual. Os cuidados básicos, que devem fazer parte da educação para cada indivíduo, incluem alimentação, atividades físicas, horas de sono, atividades culturais e constituição de hábitos saudáveis. Estes aspectos da história humana, que salientam nossa interconectividade são evidenciados em tragédias humanitárias, decorrentes das guerras mundiais, do nazismo, do fascismo, de pandemias e de governos com comportamentos que salientam as capacidades primárias existentes em cada indivíduo, potencializando as dimensões individualistas e egoístas.

As frustrações e as grandes tragédias, nas quais as pessoas estão envolvidas pela inexistência de condições básicas, que ameaçam o desenvolvimento humano contribuem, também, para impulsionar o estabelecimento de acordos humanitários que salientam a dimensão humana existente nas pessoas. De modo semelhante a um grão de melancia, que tem a potencialidade de germinar, se transformar em um pé e se multiplicar, nós seres humanos podemos desenvolver nossas potencialidades.

Estas circularidades entre tragédias e evoluções estão explicitadas positivamente em alguns pensadores, que simbolizam contribuições marcantes para a evolução humana. Um dos precursores principais é Sigmund Freud, identificado como pai da psicanálise. Freud demonstrou vínculos existentes entre a dimensão mental e o comportamento materializado em ações e patologias. Ao descrever a estrutura psíquica, Freud apresentou a teoria do *Id*, *Ego* e *Superego*, demonstrando a constituição do pensamento humano e da sua relação com o comportamento, consolidando a

importância da análise psicológica e da psicoterapia.

As contribuições da psicologia como área do conhecimento, se evidenciam em contextos de crises e de tragédias. O avanço desta área deve trazer contribuições para situações conflituosas das dimensões subjetivas e sociais, que se apresentam como problemas para a humanidade. As inumeráveis ramificações, frutificadas em abordagens psicológicas específicas, foram disseminadas na segunda metade do século XX. Entre os nomes que se destacam estão, por exemplo, Abraham Maslow, Viktor Frank e Carl Rogers. São pensadores que consolidaram uma abordagem conhecida como psicologia humanista, ao defender uma visão integral e integrada do ser humano, incluindo saúde, criatividade, individualidade e coletividade.

No início deste século XXI, a disseminação de atos terroristas, guerras, tragédias e comportamentos individualistas ampliaram o impacto de ações violentas e desumanas, transformando a psicologia em um campo de conhecimento altamente demandado. A pandemia de 2020 e 2021, nos força a pensar ações para perpetuar o humano, o humanismo e as potencialidades humanas. A ampliação das percepções a respeito destes temas sugere a relevância de substituir os reducionismos das especialidades, salientando as situações problemas como ponto de partida para a evolução do conhecimento.

3 A POTENCIALIDADE DA MUDANÇA

As transformações decorrentes da digitalização, potencializadas com ampliação no uso da internet, é um dos indicativos sinalizados da culminância de uma mudança de época. Para compreendermos este mundo em mudança, no qual estamos inseridos, precisamos perceber que a linguagem em geral, as palavras e os sentidos ou conceitos em específico, têm grande impacto em nossas vidas. Salientamos na primeira parte deste texto a relevância dos conceito educar, ensinar, cuidado, individual e coletivo, aproximando e percebendo interconectividades entre partes que foram separadas. Nesta segunda parte do texto trataremos dos impactos da digitalização e do virtual.

Temos o dever de aprender a reconhecer as vidas e as construções anteriores às nossas que se manifestam em nosso presente e preservar as

melhores condições de vida para as gerações futuras. As rupturas, associadas com o antropocentrismo moderno e com a razão científica, devem ser ressignificadas para que a construção social consolide uma fase mais humanizada para a existência humana. Ao se reconhecer como resultado do conjunto de suas relações, o ser humano assume as condições básicas para se perceber como sujeito de escolhas e do próprio projeto de vida.

Para se diferenciar dos outros animais, pela capacidade de construir relações e planejar sua própria vida, se faz necessário reorientar compreensões divisionistas e reducionistas. Isto sugere que o divisionismo e o reducionismo, centrado no individual, que não reconhece as relação ou o coletivismo, que anula a singularidade individual, são modelos organizativos insuficientes para orientar o comportamento das pessoas civilizadas. O conjunto das ferramentas construídas pela inteligência humana são resultados simultâneos de regramentos institucionais e protagonismos individuais. Os desequilíbrios na disponibilização dessas ferramentas, se constituem como uma das variáveis para explicitar o conjunto das distopias que nos envolvem.

Para além do atendimento universal das necessidades materiais básicas, incluindo habitação, educação e alimentação, o acesso universalizado de internet e das vacinas, devem estar incluídos no conteúdo das narrativas a serem entoadas por todas as pessoas que orientam civilizadamente o próprio comportamento. O produtivismo materializado na sobrecarga de atividades em todos os ramos profissionais aumentou durante a pandemia. Os prejuízos para estudantes sem acesso ao ambiente doméstico com equipamentos físicos dotados de ferramentas digitais salientou o abismo entre as classes sociais. As dificuldades materiais, somadas ao empobrecimento conceitual, dificultam o bom uso dos ambientes virtuais de aprendizado.

A disseminação no uso das ferramentas digitais que passaram por aperfeiçoamentos, possibilitaram experiências e vivências impactantes. A mudança costuma ser acompanhada com um grau de incerteza, insegurança e angústia. Este contexto complexo de mudanças profundas demandam cuidados, vigília, visualizações e criatividade na construção de caminhos para a evolução humana.

Pensar e desejar a materialização de uma condição social mais humana é uma imposição para quem está comprometido com a evolução

humana. Neste contexto, é válido registrar que o ser humano, por meio de uma relação inteligente com a natureza produz muito além do que é necessário para viver em abundância material. A constatação, comprovada na grandiosa capacidade produtiva deve impulsionar uma mudança de mentalidade em que individualismo egocêntrico competitivo passa a ser substituído pelo sentimento de abundância e solidariedade.

A solidariedade é um tema central para a vida social humana. Um dos pensadores contemporâneos, considerados como um clássico da sociologia, Emile Durkheim, esmiuçou o tema, partindo de uma divisão geral, que ele caracteriza com mecânica e orgânica. O ponto de partida da sua teoria é que não existe vida social sem solidariedade, que pode ser mecânica, a exemplo das abelhas e das formigas. Mas o ser humano por meio da inteligência, pode assumir comportamentos conscientes, percebendo que os outros seres vivos dependem dele, do mesmo modo que ele, individualmente, não existiria sem os outros.

Nenhum de nós existiria, como ser vivo, sem nossos antecessores que nos geraram e nos cuidaram. Do mesmo modo, no aspecto da identidade individual, não existira, por exemplo, a figura do professor sem a existência do estudante. Os tempos de escassez e as ausências momentâneas de bens indispensáveis ou desejáveis, se apresentam como uma oportunidade para ampliar a consciência humana a respeito da importância dos mesmos para a continuidade da vida. Uma situação fácil de perceber é a seguinte: a natureza disponibiliza, o ser humano com sua criatividade e com os recursos tecnológicos produz e armazena em abundância bens materiais indispensáveis para a vida, como a água, alimentação e a energia, que poderiam ser disponibilizados de forma universal, mas que não são.

Neste sentido, a pandemia de 2020 está sendo uma oportunidade para percebermos que existe água, energia elétrica e toda sorte de recursos financeiros básicos para todos e que comportamentos solidários que possibilitam a universalização do acesso a estes bens abundantes são possíveis e indispensáveis. Estas condições mínimas de universalização incondicional do acesso a bens indispensáveis para a vida, devem ser acompanhadas de um planejamento institucional, com a adição de condições mínimas de moradia educação e cultura.

4 A EDUCAÇÃO E OS CAMINHOS PARA EVOLUÇÃO HUMANA

Todo ser humano é constituído com as capacidades de pensar, imaginar e agir. A reflexão, a vigília e os cuidados para melhorar os nossos pensamentos, dependem da capacidade de interligar os mesmos com a imaginação e com a materialização. Os condicionantes para as boas ações advém da boa energia, que se materializa de inúmeras formas, recebe diversas caracterizações, deve ser identificada e usada de modo apropriado. Para o terceiro e último tópico deste texto, as palavras escolhidas devem abrir caminho para pensarmos e conceituarmos um entendimento de evolução humana.

A educação como definida da primeira parte deste texto exige encontros, proximidade e laços afetivos, que foram altamente impactados pela educação no ambiente virtual. A relevância de estarmos próximos, em sintonia e percebendo a energia advinda da proximidade física pode ser percebida, a partir da ausência. As energias que movem as pessoas, nas quais se incluem a fé, a esperança, a organização, a disciplina, os bons hábitos, a defesa da vida, as palavras, os pensamentos e a imaginação, estão afetadas por desorientações acentuadas.

A narrativa da democracia liberal que, em sintonia com alguns pensadores, se apresentou como definitiva na virada do século, entrou em crise na última década. A exaltação do individualismo antropocêntrico, centrado no discurso do estado mínimo, na produção e consumismo ilimitados, provocou transformações catastróficas na natureza, destruindo vidas humanas.

Um exemplo ilustrativo, da crise que afetou a democracia liberal está vinculada com indicativos de aumento da pobreza e com o crescente do número de pessoas sem o básico para sobreviver. Paradoxalmente a narrativa do desenvolvimento sem limites, do estado mínimo, da exploração da natureza, livre da restrição de leis ambientais, foi escolhido por meio do voto em países como nos Estados Unidos e no Brasil. Ocorre que, em 2020, o mundo foi assolado por um vírus, o COVID-19, colocando na defensiva o discurso da produtividade, do corte e redução das despesas estatais, ressaltado a necessidade de defesa prioritária e manutenção da vida.

No histórico do aprendizado humano, simbolizado na educação, seja ela formal ou informal, a segurança material da própria sobrevivência e a autoconfiança são de grande relevância para concretizar realidades específicas. A revolução industrial e a inteligência artificial construídas pela humanidade permitem que o “básico” seja disponibilizado para todas as pessoas.

Para que este movimento interligando a realidade material com o pensamento e a imaginação se expanda como ondas, precisamos difundir alguns aprendizados. Um deles é a importância dos encontros e as suas realizações, mesmo estando em diferentes ambientes físicos. Outro é que não existiríamos sozinhos, somos dependentes de outros seres humanos e da natureza. Um terceiro, destacado neste texto, deve ser relacionado com a evolução da humanidade, reforçando a necessidade de uma postura ativa e protagonista, diante da necessidade de relacionarmos e interligarmos bons pensamentos, imaginação e materialização.

No momento que exercitamos a reflexão, que é pensar o próprio pensamento, as palavras e os conceitos utilizados, percebemos sua obscuridade e sua complexidade. A reprodução mecânica de palavras como se estivessem claras e corretas deve passar pelo estranhamento. Os impactos das mudanças advindas da evolução tecnológica não devem impedir reflexões permanentes a respeito das especificidades humanas.

Quando proferimos palavras, reproduzimos mecanicamente, pensamentos, conceitos e conteúdos petrificados em nossa cultura. Um exemplo ilustrativo no meio desta reprodução mecânica e irreflexiva, pode ser visualizado no comportamento da educação formal, seja ela de nível básico ou superior, quando determinados conteúdos são ministrados e outros ignorados. A opção por debater e refletir com o objetivo de visualizar o papel da educação para a evolução humana, implica explicitar os sujeitos históricos da mesma. Ao optar por este comportamento, será possível identificar que os ideais de ser humano e de sociedade e de evolução humana, podem entrar em contradição e em confronto com os objetivos de um sistema social, institucional e educacional em que o produtivismo, o individualismo e o consumismo estão sobrepostos ao humano.

Ao pensarmos o ser humano, devemos entendê-lo, não apenas como produto a serviço do consumo, mas também como sujeito

constituído de liberdade e construtor da sociedade. Ao explicitar a construção do social e os sentidos do consumo, podemos identificar as contradições, disputas e confrontos entre o sentimento de escassez que justifica a acumulação ilimitada e os ideais humanos abundância e solidariedade.

Os permanentes debates sobre a adequada seleção e organização dos conteúdos, para que eles sejam interligados, conectados com o mundo vivido e tenham sentido, passam pela defesa da conexão de áreas do conhecimento e da transdisciplinaridade. No entanto, esta defesa teórica produzida por especialistas em educação e formalizada por planos de gestão pedagógica não evoluiu satisfatoriamente em sua materialização.

As constantes reformas curriculares, agregando ou eliminando disciplinas, não contribuem para efetivar a necessária interligação, conexão e relevância dos conteúdos. Mais especificamente, nomeado *novo ensino médio*, atualmente em implementação no Brasil, carece de unidade e integração, sinalizando fragmentação e desorientação generalizadas. A educação se efetivará, como uma prática com sentido e a serviço da evolução humana, se partir dos conteúdos advindos das possibilidades evidenciadas na vida concreta, dos sujeitos e suas condições existenciais.

Um indicativo metodológico, que pode ser apresentado como um caminho, está nas produções de pensadores consolidados, que apesar do etiquetamento de sociólogo, pedagogo, psicólogo, historiador, físico, químico, economista, desenvolvem conteúdos que partem das pessoas das condições históricas em que estamos inseridos. Vale citar, Fritjof Capra, Edgar Morin, Paulo Freire, Zygmunt Bauman e Noam Chomsky. Esses pensadores têm em comum a defesa de uma revolução epistemológica, em que os conceitos complexos de relação e interdependência assumem prioridade sobre os conceitos simples e reducionistas de separação e especialidade.

Trata-se de conferir centralidade para os temas basilares, desprestigiados na cultura da educação escolar, que envolvem as relações humanas entre as dimensões físicas, mentais e espirituais. Ao seguirmos este indicativo, estaremos partindo da vida concreta e de situações problemas, nos distanciando do comportamento orientado pelo reducionismo de uma disciplina, praticando a transdisciplinaridade e concretizando uma educação com sentido.

Para além de assegurar a capacidade de acessar o básico para a

própria sobrevivência, a educação deve incluir a valorização da cultura e do cultivo do humano existente em todas as pessoas. O acesso e a capacitação para o uso das ferramentas digitais passou a ser uma condição básica nas práticas educacionais. No entanto, é preciso considerar que as plataformas digitais são alimentadas por profissionais da educação, humanos que possuem potencialidades, angústias e dores que carecem de cuidado, de valorização. Ao contrário do que os sistemas de ensino operacionalizam docentes não se reduzem a máquinas reprodutoras de conteúdo, aliás isso é o que a educação não deve ser, no lugar dessa perspectiva é preciso insistir em processos humanizadores, nos quais o uso das plataformas é necessário, porém não substitui a presença e os desafios dos relacionamentos face a face, preconizados pela ética da alteridade, cujos desdobramentos resultam no encontro de humanos, de diferenças que se constroem na relação, que se libertam em comunhão motivados pelo seu amor à vida e ao mundo que pode ser transformado desde uma práxis libertadora, crítica, criativa e marcada com o selo da responsabilidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pessoas sem as mínimas condições materiais não devem ser caracterizadas como problema, mas como ponto de partida para o aperfeiçoamento da vida humana. Esta tese foi testada no Brasil, no início do século XX e seu resultado foi positivo não apenas na dimensão material, mas especialmente na constituição de um clima (espiritualidade) positivo e otimista. Nos últimos anos se avolumou a antítese, afirmando que os espaços de poder com reconhecimento social são para quem passou pelos critérios do mérito ou da meritocracia. Além disso, esta antítese, que se transformou em nova tese, responsabilizou as camadas sociais, que não possuem condições materiais mínimas, pela instabilidade moral e insegurança institucional que infestou nosso cotidiano.

A melhora da vida em sociedade passa por recolocar o foco das atenções e das prioridades nas pessoas, especialmente nas pessoas que não atingiram as condições materiais básicas para um desenvolvimento humano saudável. Ao longo da história humana, muitos são os personagens que direta ou indiretamente focaram seus projetos de vida

vinculados com a defesa de um justo compartilhamento dos bens materiais e espirituais. A responsabilidade pela atual crise, que afeta o conjunto das pessoas, que afeta o conjunto das instituições não é causada pelas classes sociais com menos acesso material e cultural, muito menos por seus defensores.

Os caminhos para a evolução humana passam por uma mudança de pensamento no qual os não escolarizados, os adolescentes, os jovens, as mulheres, os representantes da diversidade sexual, os negros, os trabalhadores domésticos os estudantes das classes sociais sem condições materiais, os sem casa, os sem-terra e os trabalhadores em geral, tenham prioridade na cuidado social e institucional. A aposta nesta evolução está apoiada na abundância da natureza, na solidariedade e na evolução tecnológica, na qual o coronavírus se apresenta, também, como uma possibilidade para evoluirmos, superando o pensamento antropocêntrico e egocêntrico.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Tradução de Plínio Dantzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BAUMAN, Z. *Legisladores e Intérpretes*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BAUMAN, Z. *Tempos Líquidos*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BAUMAN, Z. *Vigilância Líquida*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

BRASIL. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 10 out. 2021.

CAPRA, F. *Ponto de Mutação*. Tradução de Álvaro Cabral. Digital Source, 1982. Disponível em: <http://ruipaz.pro.br/textos/pontodemutacao.pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.

JOVCHELOVITCH, S. *Os Contextos do Saber – Representações, Comunidade e Cultura*. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2008.

KUJAWA, I. Considerações sobre o conceito de significação. *Revista de*

Psicologia da IMED v. 1, n.1, 2009. Disponível em:

<http://seer.imed.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/15>. Acesso em: 10 out. 2021.

KUJAWA, I. *Segurança: Política Pública e Psicologia, bases para uma inversão epistemológica da intervenção*. Curitiba: Editora CRV, 2016.

MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

EDUCAÇÃO, DESIGUALDADES SOCIAIS E TECNOLOGIAS EM SANTA CATARINA

Bianca Croda¹

Thais Janaina Wenczenovicz²

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema central o direito à educação, as desigualdades e as novas tecnologias em Santa Catarina, assim é possível dizer que a educação é direito de todos e dever do Estado, da família e deve ser digna e de qualidade. Coaduna-se com as novas tecnologias, o direito à educação no Brasil e as desigualdades sociais, apontando a importância das políticas públicas como agentes de aproximação entre lei e realidade posta. Refletir sobre a educação na América Latina e no Brasil de forma pontual traz em si a possibilidade de analisar a relação que se estabelece com a sociedade como um todo. Por décadas o acesso e permanência dos brasileiros nas escolas foram limitados por questões estruturais, sociais e raciais. A história da educação e escolarização dos indígenas, filhos de trabalhadores e negros e negras no Brasil foi marcada por uma caminhada de desigualdades que se verifica até os dias atuais. Verifica-se que os avanços legais foram e são significativos para a

1 Bacharel e Especialista em Direito. Mestranda em Direitos Fundamentais/UNOESC. E-mail: biancacroda12@gmail.com.

2 Docente adjunta/pesquisador sênior da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul/UERGS. Professora Titular no Programa de Pós-Graduação em Educação/UERGS e no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito/UNOESC. Professora Colaboradora no Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade Estadual do Paraná- UNIOESTE. Avaliadora do INEP - BNI ENADE/MEC. Membro do Comitê Internacional Global Alliance on Media and Gender (GAMAG) - UNESCO. Líder do Grupo de Pesquisa CNPq/UERGS Direitos Humanos e Justiça: perspectivas decoloniais. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9405-3995>. E-mail: t.wencze@terra.com.br.

ascensão representativa das categorias vulnerabilidades, no entanto ocorreram de modo tardio e ainda não são o suficiente para reparar os séculos de exclusão. A discussão sobre a literatura especializada referente ao direito à educação e as novas tecnologias é de que a escola como espaço de proteção deve atuar a partir de uma dinâmica distributiva de saberes, culturas, conhecimento e competências, transformando a máxima liberal da igualdade de oportunidades da meritocracia, sob uma perspectiva liberal igualitária (BRITO FILHO, 2014). O reconhecimento do direito à educação figura nos principais documentos internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, a Convenção sobre os Direitos da Criança, a Convenção Americana de Direitos Humanos e o Protocolo de São Salvador. (DUARTE, 2007).

1. O direito à educação e a educação básica

É de domínio coletivo que o direito à educação se encontra na Constituição Federal, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Lei de Diretrizes e Bases, no Plano Nacional de Educação, nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN>S – e Regimentos Estaduais. No artigo 205, capítulo III – Da educação, da cultura e do desporto – Seção I – Da educação diz que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, CF 88).

O direito à educação se vincula em três objetivos específicos: (1) pleno desenvolvimento da personalidade humana e fortalecimento do respeito aos direitos do ser humano e às liberdades fundamentais; (2) promoção da compreensão, da tolerância e da amizade entre todas as nações e a todos os grupos raciais e religiosos; e (3) incentivo às atividades da ONU para a manutenção da paz. (WENCZENOVICZ, 2020, p. 2).

Nesse cenário, refletindo sobre o princípio da justiça social, a equidade nos fala do respeito às diferenças para igualdade de oportunidades na sociedade. Ou seja, quanto mais desigual, sócio e economicamente, seria propício uma melhor e maior oportunidade. (QUEIROZ, 2002).

Essa desigualdade social implica, obviamente, também uma desigualdade no acesso à educação. A excepcionalidade trazida pela crise evidencia as dificuldades enfrentadas pela escola pública e vem reforçar a necessidade e a importância da nossa luta em defesa do cumprimento do Plano Nacional de Educação (PNE) — incluindo o que toca a meta de investimentos de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro na educação pública, gratuita, democrática e de qualidade socialmente referenciado — e pela urgente revogação da Emenda Constitucional (EC) 95, que, ao estabelecer um teto de gastos públicos, inviabilizou a execução do PNE, bem como de quaisquer políticas públicas nas áreas de educação, saúde e assistência social, justamente nas quais são expostas nossas maiores fragilidades nesses tempos de corona vírus de ascensão através da educação. (PEIXOTO, 2020).

Na educação básica, a educação em direitos humanos, como eixo capaz de consolidar a escola como espaço protetivo, deve articular o respeito às diferenças de gênero, étnicas, geracionais, de orientações sexuais, religiosas e políticas, relacionando as dimensões cognitiva (o pensar e o processo de construção e apreensão do conhecimento), subjetiva (o sentir consigo e com o outro) e prática (as atitudes e comportamentos individuais e grupais e ações institucionais). A educação intercultural e o diálogo inter-religioso, assim como a leitura crítica da variedade prática do diálogo inter-religioso, assim como a leitura crítica da variedade prática de preconceitos, estigmas e formas de discriminação, constituem componentes da educação em direitos humanos (CANDAUI et al., 1995).

A discussão sobre a importância da educação como fator indispensável para a reconstrução do pós-guerra emergiu nos primeiros trabalhos da Comissão de Direitos Humanos da ONU. Esse órgão foi criado em 1946, pelo Conselho Econômico, Social e Cultural da entidade, para elaborar recomendações que promovessem o respeito e a observância dos direitos humanos, partindo da teoria não comprovada de que os regimes que respeitam os direitos humanos não guerreiam com outros regimes similares (CLAUDE, 2005).

A lógica das duas ideias combinadas nos diz que, ao promover o pleno desenvolvimento da personalidade humana, e a dignidade que isso acarreta a educação também promove os direitos humanos. E, para esse pleno desenvolvimento, a educação para a dignidade deve levar em

conta a lista completa dos direitos humanos: direitos pessoais, como a privacidade; direitos políticos como a participação, bem como a busca e a divulgação de informações; direitos civis, como a igualdade e a ausência de discriminação; direitos econômicos, como um padrão de vida digno; e o direito a participar da vida cultural da comunidade (CLAUDE, 2005).

Atualmente, observa-se que o tema da educação em matéria de Direitos Humanos caminha em sintonia com o avanço dos instrumentos dos direitos humanos, tanto no âmbito interno quanto no internacional, tendo em vista o desenvolvimento inerente aos próprios direitos que ocasionam sua expansão e afetam seu entendimento (PIOVESAN; FACHIN, 2017, p. 24).

Para a UNESCO, a educação em Direitos Humanos pode ser definida como esforços de treinamento, disseminação e informação com vistas à criação de uma cultura universal de Direitos Humanos por meio da transferência de conhecimentos e habilidades, assim como da formação de atitudes dirigidas: a) ao fortalecimento do respeito pelos direitos e liberdades fundamentais do ser humano; b) ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e do senso de dignidade; c) à promoção do entendimento, da tolerância, da igualdade de gênero e da amizade entre todas as nações, povos indígenas e grupos raciais, nacionais, étnicos, religiosos ou linguísticos; d) à possibilidade de todas as pessoas participarem efetivamente de uma sociedade livre; e – e) ao fomento às atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz (PIOVESAN; FACHIN, 2017, p. 26).

O movimento contemporâneo relativo aos direitos humanos toma impulso decisivo com a aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), em 10 de dezembro de 1948, em Paris, pela Assembleia Geral das Nações Unidas. A partir desse documento, os países ocidentais, os Aliados, vencedores da Segunda Grande Guerra, intitulados de Nações Unidas, estabelecem uma agenda, no cenário internacional, de reconhecimento e de proteção dos direitos humanos (BORGES, 2017, p. 225).

Tais direitos são veementes defendidos por dois órgãos que monitoram e implementaram o Pacto de San José da Costa Rica. Estes órgãos são a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana, os mesmos foram instituídos pelo próprio Pacto de San

José da Costa Rica conforme parte II, capítulo VI, art. 33 e seguintes deste Pacto (FIM, 2010, p. 230).

De acordo com o Estatuto da Corte Interamericana de Direitos Humanos conforme o Capítulo 1 – Disposições gerais – Art. 1º - Da natureza e regime jurídico – “A Corte Interamericana de direitos humanos é uma instituição judiciária autônoma cujo objetivo é a aplicação e a interpretação da Convenção Americana sobre direitos humanos”.

Importante destacar que tratado é uma denominação genérica para denominar um ato jurídico pelo qual duas ou mais pessoas internacionais expressam sua vontade, objetivando um fim lícito e possível (DIAS; GORCZEWSKI, 2012, p. 13).

Para Kezek (2005, p. 14) a “expressão “tratado” refere-se a” [...] todo acordo formal concluído entre pessoas jurídicas de direito internacional público e destinado a produzir efeitos jurídicos. Os tratados internacionais, especificamente sobre direitos humanos, são de altíssima relevância, pois expressam a evolução da sociedade internacional ao exigirem dos Estados o reconhecimento, a promoção e a proteção desses direitos. Desde Bodin (1576) para quem a soberania estatal era concebida como o poder supremo, absoluto, ilimitado e perpétuo sobre os cidadãos e súditos que a questão da soberania dos Estados tem sido um dos pontos mais delicados da filosofia e das ciências políticas.

O exercício da cidadania e o quarto aspecto do direito à educação e se explica pelo fato de o exercício dos direitos relativos à cidadania estar intimamente ligado à utilização de instrumentos que permitam ao indivíduo a efetiva participação (TEIXEIRA, 20008, p. 167).

Na educação básica, a educação em direitos humanos, como eixo capaz de consolidar a escola como espaço protetivo, deve articular o respeito às diferenças de gênero, étnicas, geracionais, de orientações sexuais, religiosas e políticas, relacionando as dimensões cognitivas (o pensar e o processo de construção e apreensão do conhecimento), subjetiva (o sentir consigo e com o outro) e prática (as atitudes e comportamentos individuais e grupais e ações institucionais). A educação intercultural e o diálogo inter-religioso, assim como a leitura crítica da variedade prática do diálogo inter-religioso, assim como a leitura crítica da variedade prática de preconceitos, estigmas e formas de discriminação, constituem componentes da educação em direitos humanos (CANDAU et al., 1995).

Parte-se da tese de que a educação, como direito social de oferta obrigatória e muito recentemente considerada como direito universal constitui elemento componente de um projeto político de coletividade, mais do que o atendimento de interesses individuais; por isso, a educação deve ser considerada um direito de natureza social (SANTOS, 2019).

2. Educação, desigualdades sociais e novas tecnologias.

Dentre os obstáculos vivenciados na trajetória educacional do Brasil, também se destacam as questões estruturais e acesso à tecnologia. Os problemas de acesso a computadores e de conexão são constantemente denunciados por professores e gestores educacionais. A educação a distância no Brasil apresenta crescimento exponencial na última década. Aliado a este crescimento, há o aumento do interesse da sociedade em adquirir conhecimentos e requerer seus direitos através das políticas públicas. O fato de o Brasil apresentar uma diversidade vasta de grupos e culturas favorece a educação mediada por tecnologias que aproximem as pessoas de todas as regiões. (SOUZA, 2010).

Da soma da tecnologia e conteúdo nascem oportunidades de ensino adequadas ao ensino (BIANCHETTI, 2001) uma vez que a “era digital” no espaço educativo se transforma e o conhecimento viaja velozmente “na era digital virtual da informação”. (KENSKI, 2007).

Com base nessa premissa e diante da diversidade presente nos ambientes escolares, é preciso reformular o modelo de escola vigente com o objetivo de oferecer igualdade de oportunidade a todos. Reis (2013, p.79) afirma que “pensar a diversidade é fazer um movimento que busca repensar a escola [...] para que a escola da discriminação e segregação dê lugar à escola aberta a todos”.

A escola tem de proporcionar aos alunos meios eficazes para que ele mesmo aprenda a obter a informação, construa o conhecimento e adquira competências, desenvolvendo simultaneamente o espírito crítico. Educação de qualidade, segundo os pesquisadores (relacionados ao estudo), é aquela capaz de proporcionar aos alunos o desenvolvimento de habilidades fundamentais, para que possam comandar suas vidas e serem membros de uma cultura moderna, com participação ativa e efetiva na vida em sociedade. (PEIXOTO; ARAUJO, 2012).

Porém, incorporar as tecnologias na escola supõe uma determinação pedagógica global, e não só uma ação técnica. Sua inclusão tem de convergir para as particularidades de cada escola, para que possam, de fato, beneficiar a comunidade escolar sem aprofundar ainda mais as diferenças econômicas e sociais, em especial entre as escolas públicas e particulares. Essa determinação se torna ainda mais relevante caso se considere que o uso das TICs em sala de aula ainda desafia alguns professores, que se sentem inseguros para conciliar conteúdos acadêmicos com instrumentos e ambientes multimídia que não dominam plenamente. (ROSA; CECILIO, 2010).

Ao fato de que esta pandemia tem evidenciado a desigualdade que demarca a sociedade, pois, enquanto algumas crianças têm acesso à tecnologias de ponta, possuem acesso ilimitado à internet e recebem em casa o apoio dos pais ou responsáveis, tantas outras ficam à margem deste processo, seja pela falta de equipamento tecnológico adequado em casa, seja por estes não terem a formação escolar adequada para orientá-los em relação à realização das atividades ou ainda por situações de extrema pobreza e vulnerabilidade social. Questão indiscutível refere-se ao fato de que a ausência da mediação presencial do professor em relação às situações de aprendizagem torna obrigatório que no retorno das aulas presenciais levemos a cabo outra reflexão que há tempos perpassa os espaços escolares, sem o devido alcance em termos práticos, que se trata da individualização do ensino e dos processos avaliativos. Será necessário repensar a avaliação destas crianças, levando em consideração tudo o que as engloba e quais foram suas possibilidades de acesso e aproveitamento das atividades escolares durante o período da pandemia. Diante disso, será necessário realizar uma nova avaliação diagnóstica buscando mensurar os efeitos deste período de longo afastamento escolar, uma vez que, compreendemos que independentemente do acesso às atividades não presenciais e do suporte da família o ano letivo será prejudicado do ponto de vista qualitativo. Além disso, é imprescindível também que seja atribuído maior enfoque ao acolhimento destas crianças e jovens, destinando-os um olhar atento, que nos possibilite estar sensíveis à identificação não só dos prejuízos escolares, mas, das possíveis situações de violência sexual e física, bem como de situações de prejuízos à saúde mental. Em resumo, a desigualdade e a vulnerabilidade já é visível e muitas vezes ignorada,

na escola presencial foram fortemente acentuadas com a pandemia, é necessário olharmos para isso. (VIEIRA, 2020).

Em 1948, a nova Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas possuía reconhecimento por grande parte dos países e sob a presidência de Eleanor Roosevelt, a Comissão elaborou o rascunho do documento que se tornaria na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Roosevelt afirmou por diversas vezes que à Declaração seria como a Carta Magna internacional para toda a Humanidade. Sua adoção pelas Nações Unidas ocorreu no dia 10 de dezembro de 1948. Nesse contexto, os Estados Membros das Nações Unidas comprometeram-se a trabalhar uns com os outros para promover os trinta artigos de direitos humanos que, pela primeira vez na história, tinham sido reunidos e codificados num único documento. Em consequência, muitos destes direitos, de várias formas, compõem parte das leis constitucionais das nações democráticas. Reiterando que, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, só pode ser realizado o ideal do ser humano livre, isento do temor e da miséria, se forem criadas condições que permitam a cada pessoa gozar dos seus direitos econômicos, sociais e culturais, bem como dos seus direitos civis e políticos (PACTO SAN JOSE DA COSTA RICA, 1969).

A Declaração não se limitou a proteger os direitos e as liberdades tradicionais. Paralelo a isso, estendeu a proteção aos direitos das pessoas a novos setores como o direito de gozar asilo e o direito a uma nacionalidade, além de reconhecer a democracia como o único regime político compatível com o pleno respeito aos direitos humanos (DIAS; GORCZEVSKI, 2012, p. 17).

Já Herrera Flores sinaliza que direitos humanos, mais que direitos propriamente ditos, são processos; ou seja, o resultado sempre provisório das lutas que os seres humanos colocam em prática para ter acesso aos bens necessários para a vida. Ou seja, os direitos humanos não devem confundir-se com os direitos positivados no âmbito nacional ou internacional. Uma constituição ou um tratado internacional não criam direitos humanos. Admitir que o direito cria direito significa cair na falácia do positivismo mais retrógrado que não sai de seu próprio círculo vicioso (HERRERA, 2009)

Não obstante alguns doutrinadores apresentem diferentes divisões

da Declaração em relação aos direitos e liberdades previstas, sua divisão simples em duas categorias - civis e políticos e econômicos, sociais e culturais - é a mais comumente apresentada, utilizada inclusive pela ONU. Toda pessoa privada da liberdade tem direito a recorrer a um juiz ou tribunal competente, a fim de que este decida, sem demora, sobre a legalidade de sua prisão ou detenção e ordene sua soltura, se a prisão ou a detenção forem ilegais. Nos Estados partes cujas leis preveem que toda pessoa que se vir ameaçada de ser privada de sua liberdade tem direito a recorrer a um juiz ou tribunal competente, a fim de que este decida sobre a legalidade de tal ameaça, tal recurso não pode ser restringido nem abolido. O recurso pode ser interposto pela própria pessoa ou por outra pessoa (DIAS; GORCZEWSKI, 2012, p. 14).

Embora seja abstrata, essa interessante noção de desenvolvimento pleno da personalidade é importante por ser um fio temático que percorre toda a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Seu significado na consolidação de um conceito holístico da natureza humana de serem essencialmente livres social e potencialmente instruídos e capazes de participar de tomadas de decisão fundamentais é amparado por sua reiteração em diversos pontos: (i) o artigo 22 diz que toda pessoa tem direitos sociais, econômicos e culturais indispensáveis [...] ao livre desenvolvimento de sua personalidade. (“ii) o artigo 26 consagra um direito à educação e afirma: “a educação será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana”, e (iii) O artigo 29 reafirma a visão holística dos direitos humanos ao estabelecer: “Toda pessoa tem deveres perante a comunidade, onde e somente onde é possível o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade” (CLAUDE, 2005).

Como já indicado, a declaração representa o registro histórico, político e jurídico da repulsa às violações aos direitos humanos cometidos por Estados totalitários no âmbito da Segunda Grande Guerra. Indica, portanto, a construção de uma nova ordem mundial, baseada em relações democráticas e pacíficas entre os Estados, ordem que tem por fundamento a proteção dos direitos da pessoa humana (CREUSA, 2009, p. 53).

Essa nova ordem baseia-se, juridicamente, na Carta da ONU, documento que estabelece os propósitos e as diretrizes de atuação das Nações Unidas no cenário internacional. Assim, a Carta consiste numa referência no processo de formulação dos instrumentos internacionais

de proteção dos direitos humanos, os quais resultam tanto do trabalho legislativo das Nações Unidas, como de outras organizações de caráter regional, como é o caso da OEA (BORGES, 2009, p. 54).

A história da evolução da humanidade vem sendo acompanhada por movimentos sociais que resultaram na afirmação nacional e internacional dos Direitos Humanos (DH). Como consequência deste processo, foram criados e organizados instrumentos internos no âmbito de alguns países e, posteriormente, documentos internacionais que reafirmam a necessidade de os Estados respeitarem e garantirem os direitos humanos das pessoas (ALMEIDA; APOLINÁRIO, 2009).

Ao postularem a educação como um direito, os autores da Declaração Universal dos Direitos Humanos basearam-se, axiomaticamente, na noção de que a educação não é neutra em relação a valores. Com esse espírito, o Artigo 26 estabelece uma série de metas educacionais, analisadas aqui juntamente com a discussão que focaliza o direito a educação e a educação para os direitos humanos à luz desse artigo (CLAUDE, 2005).

Esses instrumentos, que possuem natureza e efeitos jurídicos variáveis, são influenciados pelos princípios assumidos na Carta, sendo esta explicitada em vários preâmbulos de instrumentos internacionais de direitos humanos desde a aprovação da Declaração de 1948. A DUDH, definitivamente, coloca o ser humano no cerne do debate político internacional, reconhecendo que a proteção dos direitos humanos se constitui em preocupação dos Estados, independentemente da condição desfrutada pelo ser humano (nacional ou estrangeiro; rico ou pobre) (BORGES, 2005, p. 55).

Essa nova ordem baseia-se, juridicamente, na Carta da ONU, documento que estabelece os propósitos e as diretrizes de atuação das Nações Unidas no cenário internacional. Assim, a Carta consiste numa referência no processo de formulação dos instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos, os quais resultam tanto do trabalho legislativo das Nações Unidas, como de outras organizações de caráter regional, como é o caso da OEA (BORGES, 2009, p. 54).

Wallerstein em 'O universalismo europeu: a retórica do poder questiona se há possibilidade de realizar tal construção complexa, envolvendo todas as culturas, num equilíbrio dinâmico. Segundo o autor, vale

a pena tentar, pois a alternativa é um novo mundo hierárquico e desigual, ainda mais racista e sexista. Por isso vivemos um momento onde todos devem agir, e os cientistas sociais terão um papel fundamental. Pois para uma correta postura moral e para ter força política, são necessárias análises das opções históricas reais de vanguarda (WALLERTEIN, 2009)

3. Cartografia da Educação Básica e Tecnologias em Santa Catarina

Nesse item aborda sobre a educação básica e tecnologias no Estado de Santa Catarina. Possui cerca de 72, milhões de habitantes segundo dados do IBGE, senso de 2020, um território de aproximadamente 95,4 mil km². O Estado é dividido em oito principais regiões: Litoral, Nordeste, Planalto Norte, Vale do Itajaí, Planalto Serrano, Sul, Meio-Oeste e Oeste. Santa Catarina fica no centro geográfico das regiões de maior desempenho econômico do país, Sul e Sudeste, e em uma posição estratégica no Mercosul. O Estado faz fronteira com o Paraná (ao Norte), Rio Grande do Sul (ao Sul), Oceano Atlântico (Leste) e Argentina (Oeste). O Estado tem 295 municípios e a Capital é Florianópolis. Entre as maiores cidades, destacam-se Joinville, Blumenau, Itajaí, Balneário Camboriú, Chapecó, Criciúma, Lages e Jaraguá do Sul. (SC, 2021).

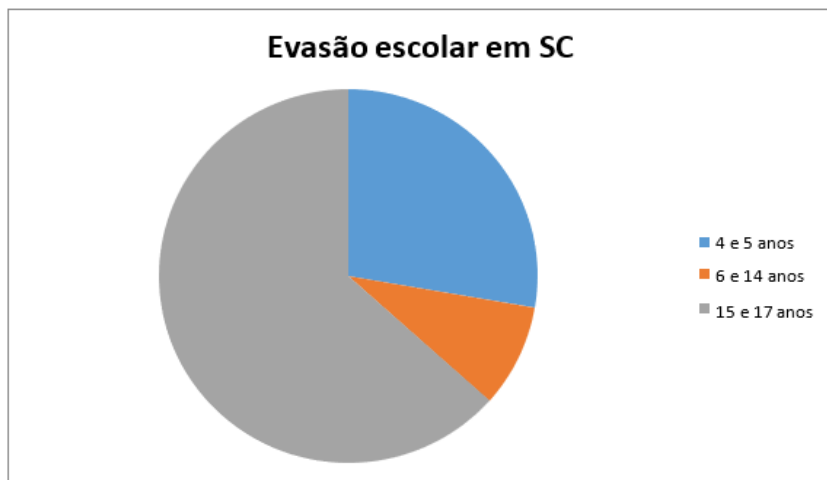
Com a suspensão das aulas em Santa Catarina por causa da COVID-19 estudantes pedem mais vídeo aulas e os professores buscam alternativas para explicar conteúdos. Famílias sem acesso à internet precisam pegar materiais impressos na escola. Estudantes, pais, professores têm enfrentado dificuldades com as atividades não presenciais e tentado se adaptar à nova rotina de estudos em casa, assim, as Secretarias de Educação de Santa Catarina trabalham para garantir que a retomada das aulas seja de forma mais segura possível. (MARTINS, 2020).

Em Florianópolis a suspensão das aulas foi em 17 de março de 2020 e na rede estadual, dois dias depois, com um decreto que estipulo a quarentena proibindo as aulas no território catarinense na rede pública, privada, do ensino infantil às universidades. Tanto na rede estadual quanto na municipal procuram atender os estudantes sem acesso à internet e disponibilizam materiais impressos, mas, os mais afetados na educação com a pandemia são os que não estão conseguindo buscar os materiais

impressos nas escolas e não ter acesso a plataforma online. Quase 35 mil professores na rede estadual se organizam para tentar atender da melhor maneira, mesmo com a distância, a mais de 540 mil alunos. Já no município, são 3,4 mil professores atendendo a 34,6 mil crianças do ensino infantil e fundamental, além da educação de jovens e adultos. (MARTINS, 2020).

Acesso à internet foi maior dificuldade de alunos da rede pública em 2020. Educação remota durante a pandemia expõe falhas na estrutura, no treinamento dos professores e na própria comunicação entre os docentes e os alunos. A disseminação do novo coronavírus alterou os planos de Santa Catarina para a educação, em fevereiro deste ano, o Estado se preparava para mais um ano letivo, Enem, provas e vestibulares, porém, a pandemia que já matou mais de 171 mil pessoas no mundo, obrigou as escolas e universidades a fecharem as portas por tempo indeterminado, assim, como alternativa ao cenário de isolamento, estabelecimentos de ensino adotaram a educação a distância para dar continuidade no aprendizado. A modalidade, porém, esbarra na dificuldade de acesso à internet pelos estudantes mais carentes, desconhecimento dos professores em relação ao novo método e falta de inclusão nos ambientes virtuais. O dilema, / expõe os desafios da rede no acesso à educação para todos. No início do mês de fevereiro, quando tentava planejar o futuro da educação em meio à pandemia, o governo catarinense declarou que 42% dos alunos da rede estadual não tinham computador em casa. Outros 18% dos alunos não possuíam, sequer, acesso à internet, ainda assim, na tentativa de acompanhar os 540 mil estudantes matriculados e não perder o ano letivo, a Secretaria de Estado de Educação operacionalizou atividades remotas. Outra preocupação é o abismo que pode se criar entre a educação pública e privada. Para o sindicato, os alunos na rede privada se enquadram em classes sociais mais altas e possuem mais equipamentos tecnológicos, a realidade do outro lado, no entanto, é diferente. (SINEPE, 2021).

Gráfico 1 – Evasão escolar em SC



Fonte: UNICEF (2020, p. 1).

Acredita-se que seja de fundamental importância saber o que ocasiona tal fenômeno a partir da identificação das causas que contribuem para que os alunos abandonem os estudos, a fim de que a escola possa elaborar estratégias de enfrentamento à problemática da evasão escolar.

O desconhecimento ou “miopia” dos gestores de políticas públicas na área da educação, o pouco interesse dos pais em participar da vida escolar de seus filhos, os baixos investimentos em uma educação de qualidade, além da condição socioeconômica desfavorecida de grande parte dos alunos que frequentam escolas da rede pública de ensino podem contribuir para que crianças e adolescentes não se beneficiem do retorno oferecido pela educação em longo prazo.

Verificam-se, na atualidade, vários fatores que podem influenciar no agravamento do fenômeno da evasão escolar. Entretanto, duas diferentes abordagens se destacam, a primeira está ligada a fatores externos à escola – desigualdade social, relação familiar, etc, enquanto a outra trata dos fatores internos da instituição – ligados à própria escola, na linguagem e no professor.

Essa realidade dos alunos das camadas populares difere do que ocorre com os alunos de classe dominante. Enquanto os filhos da classe dominante têm tempo para estudar e dedicar-se a atividades como dança,

música, língua estrangeira, e outras, os filhos dos estratos dominados mal têm acesso aos cursos noturnos, sem possibilidade alguma de frequentar cursos complementares e de aperfeiçoamento.

A tabela abaixo destaca a escolaridade por classe social no estado de SC. É visível que os pobres são os menos favorecidos, pois, possuem pouca condição social, falta de acessibilidade, falta de recursos. Indicadores como anos de estudo, reprovação, evasão, distorção idade-série, o currículo escolar desenvolvido, o desempenho dos estudantes, a relação professor-aluno, a qualidade do equipamento escolar e sua localização, entre outros, têm sido divulgados nos últimos anos mostrando as disparidades entre pobres e ricos no acesso, permanência e conclusão dos percursos escolares. Isto significa que as variáveis utilizadas nas análises dessas desvantagens escolares se ampliaram e com elas nossa possibilidade de melhor entender o fenômeno das desigualdades na educação e os mecanismos escolares existentes.

TABELA 1 – Escolaridade por classe social em SC

ESCOLARIDADE POR CLASSE SOCIAL EM SC			
Infantil		Fundamental	Médio
Pobres	45%	36%	34%
Classe média	79%	69%	62%
Ricos	97%	93%	87%

Fonte: PNAD (2020, p. 1).

Os dados acima indicam que o racismo é estruturante das desigualdades a que está submetida à população mais pobre, pois incide sobre ela e determina as suas condições sociais por gerações. Trata-se de um elemento de estratificação social, no comportamento e nos valores dos indivíduos e das organizações sociais na sociedade brasileira, perpetuando uma estrutura desigual de oportunidades sociais.

Santa Catarina manteve a posição de estado menos desigual na distribuição de renda do país. A informação, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), referente ao ano de 2018, mostra que o rendimento dos 10% mais ricos do estado equivale a 12,6 vezes o rendimento dos 10% mais pobres. Embora a diferença seja significativa,

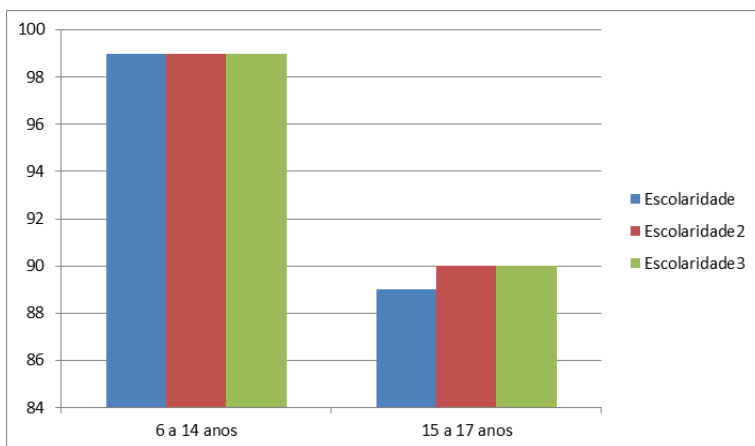
ela é quase três vezes menor que a média brasileira: 36,9 vezes.

No entanto, o Estado é chamado a assumir a educação do povo de forma universal, ou seja, abrangendo todas as províncias e todos os grupos sociais, com vistas a produzir os trabalhadores necessários à sociedade livre, como se pode perceber no discurso político, transcrito a seguir: a atribuição, ao Estado, da responsabilidade de promover a educação e assegurar o preparo das camadas populares (crianças, jovens e adultos) para o mundo das novas relações de trabalho.

Santa Catarina vem melhorando os índices em todas as faixas etárias, resultado do trabalho que vem sendo feito no âmbito da Educação estadual. A boa educação é a base para que tenhamos um Estado competitivo, com cada vez melhor qualidade de vida, onde todos se sintam bem e que atraia investimentos. (VIEIRA, 2020, p. 5). Entre as capitais do Brasil, Florianópolis tem a menor taxa do país: 0,8% entre a população com 15 anos ou mais.

Apesar do bom índice em comparação com outros estados do país, a desigualdade aparece no quesito raça: em Santa Catarina, a taxa é de 2,2% de analfabetos brancos e 5% de analfabetos pretos ou pardos. Esses números são correspondentes à população com 15 anos ou mais. A queda na taxa de analfabetismo no estado de SC é um consequente aumento da escolarização segundo o PNAD, conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 5 - Taxa de analfabetismo em SC correspondente ao ensino médio



Fonte: PNAD (2019, p. 5).

Principal pesquisa estatística da educação básica, o censo é coordenado pelo Inep e realizado, em regime de colaboração, entre as secretarias estaduais e municipais de Educação, com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país. O levantamento abrange as diferentes etapas e modalidades da educação básica.

Outro ponto fundamental para a introdução da informática nas escolas é a preparação dos alunos para entrar em um mundo mais tecnológico, podendo dar a eles uma base simples para que possam desenvolver suas próprias habilidades futuras. Na tabela a seguir, é possível verificar os números das dependências das escolas no estado de Santa Catarina.

TABELA 2 – Laboratórios de informática nas escolas do estado de SC segundo o censo de 2020

DEPENDÊNCIAS	
Biblioteca	50% (3.125 escolas)
Cozinha	93% (5.846 escolas)
Laboratório de informática	40% (2.520 escolas)
Laboratório de ciências	13% (806 escolas)

Fonte: IBGE (2020, p. 5).

A partir dos dados do IBGE, censo de 2020, utilizados, percebe-se que a importância dos laboratórios de informática é quase que uma retórica. Outra característica importante dos laboratórios de informática é que, muitas vezes, é nele que crianças e jovens têm o primeiro contato com computadores, firmando, assim, a importância social desse ambiente, pois é através deles que há a inclusão digital de pessoas que não poderiam ter acesso à tecnologia de outra forma.

O Brasil contava, em 2018, com 181.939 escolas de educação básica. Dessas, 28.673 (15,8%) ofertavam o ensino médio, conforme dados do Censo Escolar 2018, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em 31 de janeiro. A disponibilidade de recursos tecnológicos (laboratório de informática, internet e internet banda larga) nas escolas de ensino médio é maior do que a observada para o ensino fundamental. Esses recursos são encontrados em mais de 60% das escolas em todas as dependências administrativas. Biblioteca ou sala de leitura está presente em mais de 80% em todas as

dependências administrativas, passando de 90% nas redes federais e privadas (INEP, 2019, p. 3).

4. Considerações Finais

É importante dizer que o direito à educação se vincula em três vertentes: (1) pleno desenvolvimento da personalidade humana e fortalecimento do respeito aos direitos do ser humano e às liberdades fundamentais; (2) promoção da compreensão, da tolerância e da amizade entre todas as nações e a todos os grupos raciais e religiosos; e (3) promoção da compreensão, tolerância e da amizade entre todas as nações e a todos os grupos raciais e religiosos e incentivos às atividades da ONU para a manutenção da paz.

As novas tecnologias estão bastante presentes na rede de ensino, mas nem todos têm acesso a elas. São visíveis as desigualdades sociais, pois há oportunidades e também há desigualdades, sendo que há certo abismo – de um lado estão aquelas pessoas que possuem computadores, tablets, sinal de internet em casa, possuindo uma boa condição social e, de outro lado, aquelas crianças, adolescentes que não têm acesso à essas tecnologias, não têm recursos para obter um computador. Sendo assim, é importante refletirmos sobre a inclusão digital na educação desde o ensino infantil até o ensino superior.

O sinal de internet não é gratuito, universal e igual para a maioria. É relevante pensar na inclusão, nas políticas públicas, pois a realidade que estamos vivendo, de pandemia, acabou causando grande impacto na educação básica. Tiveram que se adaptar às aulas EAD tanto os alunos quanto os professores que enfrentaram dificuldades para trabalhar, uma vez que estão habituados ao quadro negro, ao giz de cera. É evidente que a situação atual atinge muito mais os grupos vulneráveis. A COVID-19, além de causar mortes, instabilidade social e econômica, acentuou a diferença entre os que têm mais dificuldades de aprendizagem, exigiu um novo educador que precisou se reinventar, se adaptar às novas metodologias.

A escolha pelo binômio - direito à educação e tecnologias assentou-se em pesquisa bibliográfica-investigativa, acrescida de análise de banco de dados de organismos nacionais e internacionais. Busca analisar

o direito à educação e as novas tecnologias, calcada na assertiva de que a educação é direito de todos e dever do Estado, da família e deve ser emancipatória e de qualidade.

No decorrer do tempo a educação foi reconhecendo novos elementos importantes para a sua efetivação, como a chegada das tecnologias. Importante salientar que a educação é um dos direitos que mais se destaca pela conquista de sua efetivação na plenitude. É comum a comunidade escolar reivindicar melhorias estruturais nas escolas investimentos para a infraestrutura e valorização de professores, funcionários e técnicos.

Outro elemento relevante no contexto educacional e escolar foi a chegada das tecnologias. Por muito tempo as escolas e espaços educativos realizaram debates e reflexões sobre o impacto das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem, porém o ingresso das mesmas foi inevitável. Inicialmente foi necessário entender a realidade e explicitar a potencial contribuição das tecnologias de informação e comunicação (TIC) para as escolas e a comunidade escolar brasileira.

A educação é o principal instrumento para se combater a exclusão digital, que atualmente também gera outros tipos de exclusões como a social, a relacionada ao mercado de trabalho e ao acesso à informação. A palavra da vez é a inclusão, todo ser humano possui como necessidade sentir-se incluído e o primeiro passo para que isso aconteça é através da educação. Destaca-se que a tecnologia e a educação inclusiva são resultados da trajetória da sociedade e das mudanças de paradigmas sociais, sendo assim são conquistas da humanidade. Por esse motivo que, hodiernamente, o sistema educacional precisa de acesso contínuo a serviços da área da tecnologia para estar dentro da sociedade da informação e do conhecimento.

Finaliza-se, assim, reconhecendo a necessidade de maior aprofundamento das questões elencadas, e conjugando o verbo ‘esperançar’, acreditando na produção de novas (e outras) tessituras nas tramas de laços sociais mais solidários e equânimes para a sociedade.

5. Referências bibliográficas

BRASIL, **Constituição Federal de 1988**. São Paulo: Saraiva, 2010.

CANDAU, Vera Maria et al. **Oficinas pedagógicas de direitos huma-**

nos . 2ª ed.Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

DUARTE, Clarice Seixas. **A educação como um direito fundamental de natureza social.** Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, out. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico, resultados preliminares – São Paulo. Rio de Janeiro:, IBGE, vol. 1, n 4. Disponível em: < <https://projetoacademico.com.br/como-citar-ibge-em-trabalho>. Acesso em: 02 julh.2021.

PEIXOTO, Madalena Guasco. **A pandemia e o direito à educação: não só existe uma pobreza imensa no Brasil, como está diretamente ligada, numa relação simbiótica e recíproca, à realidade educacional.** 2020. Disponível em:< <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/a-pandemia-e-o-direito-a-educacao/>.> Acesso em: 02 julh.2021.

QUEIROZ, Daniela Moura. **Educação como direito fundamental de natureza social. Observatório da Comunicação Pública da Ciência.** Disponível em: <<https://rbeducacaobasica.com.br/educacao-como-direito-fundamental-de-natureza-social/>. >Acesso em: 02 julh.2021.

WENCZENOVICZ, Thais Janaina. **Ensino a distância, dificuldades presenciais: perspectivas em tempos de COVID-19.** Revista Ibero Americana de Estudos na Educação., Araranquara, v. 15, n. 4, p. 1750-1768, out./dez. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana>>. Acesso em: 13 set. 2020.

MARTINS, Valéria. **Educação em SC tem obstáculos nas atividades remotas durante a pandemia “difícil entender os conteúdos” dizem alunos.** 2020. Disponível em:< [HTTPS://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2020/05/21/educacao-em-sc-tem-obstaculos-nas-atividades-remotas-durante-pandemia-dificil-entender-conteudos-dizem-alunos.ghtml](https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2020/05/21/educacao-em-sc-tem-obstaculos-nas-atividades-remotas-durante-pandemia-dificil-entender-conteudos-dizem-alunos.ghtml)>Acesso em: 18, mai 2021.

A EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Regiane Neves¹

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo científico busca compreender a importância da Educação em tempos de pandemia para o processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças na fase escolar, bem como, analisar as ações e reflexos sobre a conduta didática pedagógica dos docentes e a aplicabilidade dos mesmos nesse novo modelo de ensino relacionado ao novo cotidiano escolar e no processo de ensino e da aprendizagem. A utilização das ferramentas tecnológicas sempre foram temas relevantes como metodologia para desenvolver o aluno, porém, para alguns professores isso nunca seria capaz de acontecer na prática.

Em 2020 o mundo foi pego de surpresa por uma pandemia, que obrigou a todos a se reinventarem, com isso, a educação ganhou novos rumos e possibilidades, e os professores tiveram que se adequar a tecnologia para ensinar seus alunos, por um lado algo novo, por outro lado escancarou a fragilidade do ensino no Brasil. Realidades às vezes passadas despercebidas, mas que vieram à tona com essa nova forma de ensinar, tanto no conceito da pobreza, do social, como no processo de ensinar. Essa tecnologia inovadora como ferramenta de processo de ensino e aprendizagem, educação 4.1, que incentiva a participação, a cooperação, a socialização, a comunicação e a aprendizagem de maneira significativa, vista por muitos defensores desse modelo como uma educação que destruiria barreiras que atrasavam o desenvolvimento e o processo

¹ Graduada em Pedagogia e Letras e Pós-Graduada em Educação Especial Inclusiva, Educação Especial com ênfase em autismo, Psicopedagogia institucional e clínica, Neuropsicopedagogia institucional e clínica – e-mail: rregianeneves@gmail.com.

de ensino e aprendizagem dos alunos, começaram a olhar para um fator não tão debatido que a educação não pode transpassar o contexto social e econômico do aluno. Sendo necessário a revisão por parte de todos que fazem parte da educação no país, os seus métodos teriam que adequar-se à realidade, a sua fundamentação, e compreensão sobre o tema deveriam ser repensadas.

A BNCC/2017, orienta várias atitudes didático-pedagógicas dentro das 10 competências, estabelecendo a visibilidade e entendimento por parte dos professores e equipe sobre a educação, tanto nas áreas de pesquisa, como no ensino. O que acontece sempre na área da educação, são diferentes posicionamentos, compreensões conforme o seu interesse no momento a respeito dos mesmos assuntos, levando o processo de ensino e aprendizagem a equívocos notórios, tornando-se um desafio constante ao professor e conseqüentemente a educação. Porém, ser professor, é estar preparado para atuar de forma a refletir, analisando e agindo de maneira que as metodologias pedagógicas possam conduzir esse aluno a um caminho significativo do aprender, estimulando a ser ator do seu processo de aprendizagem. É visível que o professor não tem palavras em determinados casos e no processo de ensino e aprendizagem, cabendo aos gestores e a coordenação tomar direcionamentos, calando-se o docente. No contexto, apresentam-se instrumento metodológico e pedagógico de equívocos, porém, muito pouco o professor pode fazer na chamada “gestão democrática”.

A educação, proporciona vantagens, a qual, se dinamiza todo o processo do ser humano no ato de ensinar e de aprender. Portanto, o trabalho pedagógico, necessita ser voltado para um processo de aprendizagem significativa, ou seja, no qual o aluno, seja capaz de interagir, participar, movimentar-se, conhecer os seus limites, sendo essencial trabalhar o ensino de forma que a criança seja ator e construtor do seu próprio conhecimento e aprendizagem, possibilitando assim, diversos meios para esse processo que é único e de cada ser humano. A importância da educação na vida de uma pessoa reflete-se em diferentes âmbitos, na sua capacidade de se relacionar, na interpretação de informações, no lidar com suas próprias emoções e pessoas, nas tomadas de decisões, no senso crítico e, na satisfação pessoal e profissional. Nesse sentido, há diversas maneiras de estimular a construção e o processo de aprendizagem, seja

por meio da promoção de situações de ensino que busquem desenvolver a criança, seja, por outras práticas pedagógicas que necessitam ser transformadoras, significativas e não tão somente técnica ou mecânica como percebemos a educação nos tempos de pandemia.

O ser humano, é um ser em construção, desta forma a educação não pode e não deve ser estagnada no sentido do ensinar. Portanto, entende-se que o processo de ensino e aprendizagem ocorre de maneira sincrônica, pois trabalhar a educação em tempos de pandemia como algo significativo e estimulando saberes e desenvolvendo a criança ao mesmo tempo através de metodologias que as levem a buscarem, gerando possibilidades e incluindo a todos em um mesmo processo de ensino é um direito e um dever educacional. Essa pesquisa será de natureza bibliográfica, com aspectos qualitativos e interpretativos, fundamentada na BNCC/2017 e LDB 96, visando compreender e contextualizar a importância da Educação para o processo de ensino e aprendizagem. Ao longo da pesquisa citaremos autores como Cerutt, Paulo Freire, para fundamentar a pesquisa.

2 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA

A aprendizagem é um processo e como tal, deve ser garantida a todos, com os mesmos direitos e possibilidades educacionais. (A BNCC, 2017, p. 154), referência.

Portanto a BNCC/2017, estabelece critérios para uma educação voltada para o mundo, sendo indicadores do que os alunos devem aprender, de como e quando aprender, das distintas formas de organização do ensino e de avaliação da aprendizagem com ênfase na necessidade de previsão e provisão de recursos e apoio adequados. Considerando como apoio diversos, os recursos e estratégias, que promovam o interesse, a capacidade e o desenvolvimento integral do aluno, oportunizando, um acesso a técnicas que relacione ao ambiente em que vivem, favorecendo a autonomia, a construção, o seu desenvolvimento motor, cognitivo, a produtividade, a integração e a funcionalidade no ambiente escolar ou qualquer método de ensino.

Desta maneira, a aprendizagem precisa ser pautada no processo

do como ensinar, e esse ensinamento ocorre através do professor que atende esse público, devendo o docente conhecer e buscar métodos que favoreçam o seu trabalho, significa dizer que, a educação é um processo de construção do conhecimento, proporcionando assim ao aluno, o desenvolvimento da sensibilidade, criatividade, senso rítmico, do prazer de ouvir, da imaginação, memória, concentração, atenção, do respeito ao próximo, da socialização e da afetividade, contribuindo para uma efetiva consciência. Nesse sentido, para que haja um verdadeiro processo de ensino e aprendizagem, é preciso que o professor estimule o seu discente ir em frente e para tal desenvolvimento a metodologia deve englobar o contexto do momento e social da turma.

Nesse contexto, é um dever e um direito, possibilitar aos alunos serem precursores da sua própria aprendizagem.

O padrão de educação que se nos põe à frente é construído de tal forma que se prepara o grupo de aprendizes não para o descobrimento da sua condição humana posto que isto seria perigoso para a sociedade moderna, mas tão somente para a compreensão e domínio escalonada, ou seja, alguns não precisarão aprender nada e serão destinados aos trabalhos mais insalubres, outros, poderão ter algum domínio sobre a ciência para que possam operar maquinários ou realizar funções com alguma especialidade e, a maioria, terá capacidade de gestão e planejamento conduzindo a sociedade para a mesma situação de origem: pobres com pobres e ricos para ricos. (CERUTTI, ano, p. 4-5)

Em tempos de pandemia, na qual, as crianças passam a maior parte do tempo em casa, muitas vezes em contextos sociais desfavoráveis, a educação passou a ser uma barreira para a aprendizagem, seja, por que os acessos por meios de comunicação não chegam, sejam por contextos familiares, econômicos e sociais. Nesse sentido, a educação nos dias atuais não consegue fazer o seu papel para a maioria das crianças estudantes brasileiras, o que é preocupante em visão futura. Segundo dados da **UNICEF**, cerca de 4,8 milhões de crianças e adolescentes, de 9 a 17 anos, não têm acesso à internet em casa. Isso, corresponde a cerca de 17% de todos os brasileiros nessa faixa etária. Nesse contexto, já se percebe o grande desafio futuro da educação no país.

2.1 A APRENDIZAGEM NA PANDEMIA

Várias evidências apareceram em meio a pandemia e ao processo de aprendizagem. Além das questões de infraestruturas, conectividades, acesso, a implementação de novas modalidades de ensino de maneira rápida, evidenciou a necessidade de preparação dos professores e gestores escolares e de todos da educação. Tais fatores associados também a, estudantes que não possuem os recursos necessários para o acompanhamento de aulas online, alunos sem acesso à internet, e um grande esforço para aprender e gerenciar o tempo dentro de casa. Para as crianças da educação infantil estudar no modelo EAD é ainda mais difícil, tudo isso, somado ao contexto de estresse, e não se pode esquecer dos pais, que precisam conciliar suas próprias tarefas diárias com as atividades escolares dos filhos, ou aqueles que não dão apoio nenhum ao aluno. Esse entendimento sobre o assunto, deve ser pautado nos saberes propostos pelo docente, o que são necessários à prática educativa. O essencial, é que o professor, observe como está acontecendo o processo de ensino e aprendizagem, para que sua prática pedagógica possa realizar um trabalho conjunto de desenvolvimento para todos ou criar possibilidades que ajude esse aluno. O professor está para o aluno, assim como o discente está para o professor, não importando, qual o nível ou público a ser ensinado, devendo a aprendizagem ser estabelecida em uma parceria, em uma relação voltada para desenvolver os alunos, baseando-se no respeito e compreensão, compreendendo e vivenciando as vivências dos alunos, para que o processo de aprendizagem aconteça de maneira significativa e de direitos. Ressalta-se, que não há uma docência sem discência, pois, não se compreende uma prática docente sem o aluno, pois o ensino e a aprendizagem passam pelo reconhecimento das duas partes envolvidas, os dois aprendem e ensinam ao mesmo tempo, e isso se chama educação significativa. Portanto, ensinar exige uma responsabilidade metódica, o respeito por quem está ali para aprender, e esse aprender, só ocorre, quando a aprendizagem acontece de maneira a desenvolver as potencialidades e competências desse público. Por isso, é primordial que o ensino, aconteça de maneira lúdica, e essa ludicidade se encaixe a realidade do momento.

A Educação possibilita ao aluno ser atuante, participativo, criativo,

imaginário, entre outros fatores, por isso, ela é essencial para o ser humano, portanto, é fundamental que a aprendizagem ganhe, possibilite condições para seguir o processo do conhecimento e do construir o seu. A utilização de técnicas, métodos, recursos pelo professor na pandemia, é parte fundamental deste processo de aprendizagem, promovendo as crianças, o desenvolvimento de suas capacidades, seus conhecimentos, competências e habilidades, abrangendo assim, todas as áreas. Com isso, o educador deve estar sempre buscando novas metodologias para que possam desenvolver a todos, o mais importante, é permitir que esse aluno interaja, a fim, de se sentir incluído. Paulo Freire (2006, p. 34), salienta que, “*Ensinar exige pesquisa e que o professor não pode achar que seu conhecimento é absoluto*”, ou seja, o mundo e os conhecimentos não estagnam, inovam-se, e cabe ao professor se dotar dessas mudanças para ter um bom relacionamento e conseguir desenvolver seus alunos, sendo a Educação uma fase da aprendizagem contínua. Nesse contexto, ensinar passa a exigir uma convicção de que a mudança é possível, pois não faria sentido, um profissional da docência não acreditando que o seu trabalho e participação na área da educação não transforme a aprendizagem em realidade e em possibilidades lúdicas. Assim, a Educação é o caminho, o início do processo de aprendizagem, uma boa Educação, garante a criança um processo tranquilo de aprendizagem nas demais etapas do ensino. Vale ressaltar e chamar a atenção para os desafios impostos pela pandemia e que tem refletido na Educação Infantil, e em todas as etapas do ensino e no processo de ensino e aprendizagem, com isso, o trabalho está sendo descontextualizado e desconectado da proposta curricular para a Educação em vários sistemas da educação formal do Brasil. Na contramão de toda essa contextualização e no momento que se encontra a Educação, desenvolver os aspectos que oportunize saberes, conhecimentos, metodologias e propostas significativas farão toda a diferença. Vale chamar a atenção que, não se pode fazer esse tipo de oferta educacional e curricular em nome de um cumprimento de 200 dias letivos e 800 horas (CNE, 2020), pois desrespeita os princípios orientadores que o próprio Conselho Nacional de Educação direciona, indo na contramão daquilo que nos últimos anos foi defendido por muitos especialistas, pois ensinar é primordial, é fazer que o aluno pense, crie, recrie, conte e se isso não for buscado trabalhar, a educação não fará seu principal papel que é

formar cidadãos pensantes e críticos e como formar ser crítico em meio a uma pandemia e a um contexto desfavorável a aprendizagem, ao ensino e a educação? Nesse sentido, vale repensar a oferta de como estamos ensinando e de que forma os alunos estão absorvendo essa aprendizagem em tempos de pandemia, buscando compreender a especificidade da educação e suas metodologias aplicadas nas aulas remotas, ensino híbrido, mesmo que as famílias estejam compartilhando esses momentos. Pois a educação não é indissociável da participação da família, porém, o importante seria apresentar uma ideia de currículo e projeto educativo referências alguns especialistas da área, para que não ocorra um prejuízo no aprendizado das crianças, já que as aulas virtuais não conseguem suprir as expectativas concretas e interativas. Conforme a SBP (Sociedade Brasileira de Pediatria) cita a Dra. Bruna Lacava, “As crianças com menos de 2 anos não devem ser expostas a telas e nas de 2-5 anos esse tempo de exposição não deve ultrapassar 1 hora ao dia”. Ainda segundo a SBP, é preciso admitir que as medidas adotadas no ensino online poderão causar um retrocesso no aprendizado, pois as crianças são ativas, gostam de se movimentar e ficar uma hora ou mais frente a uma tela, não conseguirá prender a atenção da mesma, cabendo ao docente trabalhar estratégias que possibilitem essa interação e processo.

Portanto, não há uma teoria sem uma prática ou prática sem teoria, o que deve existir nesse momento, é um diálogo constante entre elas, o que não pode ocorrer são visões dissociada de ambas. Refletir nesse momento sobre a prática pedagógica com base em teorias, é uma das ações que podem ajudar o docente, além de tornar práticas suas reflexões sobre as suas teorias e processo de ensino, revendo suas metodologias e buscando inovar e executar, uma delas, é voltar o olhar de como trabalhar essa nova forma de ensinar, respeitando e desenvolvendo-as conforme cada faixa etária, voltar esse olhar, é fundamental, e proporcionar uma aprendizagem através de um ensino significativo e inclusivo sendo um dever educacional e um desafio para a educação.

3 A PANDEMIA E SEUS DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO

O fundamental nesse momento, é que o professor entenda que a sua didática é essencial para o desenvolvimento do processo de ensino e

da aprendizagem, tornando a aprendizagem um processo de transformação, desenvolvimento do indivíduo, sendo um instrumento democrático, assim, suas ações didáticas necessitam proporcionar a contextualização do processo ensino aprendizagem desses alunos. Portanto, a didática e a metodologia do professor para ensinar na Educação em tempos de pandemia, precisa ser diferente, pautada no mundo real de seus alunos, e nada mais essencial nesse momento que os métodos de ensino sejam um contexto significativo, atrativo, dinâmico, criativo, que consiga estimular a aprendizagem e o processo de conhecimento dos alunos, sendo construído, pois o professor dessa nova atualidade educacional, necessita aguçar o processo de aprendizagem, utilizando-se de técnicas, estratégias, abrindo leques de possibilidades, despertando assim, o desenvolvimento integral e possibilitando uma aprendizagem, a qual, o aluno assimile com suas vivências esse processo contínuo de amadurecimento e novas formas de ensino.

Pois aprender de maneira lúdica, é essencial, pois garante um processo tranquilo, favorável ao gostar de aprender, ao gostar de estar ali no momento. O aprender faz parte da construção do ser humano dia a dia, mas, ensinar é arte para aprender, portanto, a educação, bem como o ensino e a aprendizagem, é a construção de um processo significativo, pois a criança está em desenvolvimento motor, cognitivo e psíquico. É importante nesse contexto, a busca por novas formas metodológicas e didático-pedagógicas, para que possam serem desenvolvidas e introduzidas no dia a dia do processo de ensino, seja, online, remoto ou outra forma de ensino. O necessário é apresentar formas diferentes de estimulação e produção do conhecimento, favorecendo um repensar por parte docente frente a educação, superando a tendência de transmissão tediosa de repasse de eixos temáticos, conteúdos escolares, mas maneiras associadas a tudo que se vive nesse momento de pandemia. A linguagem, é um processo de ensino, é um instrumento metodológico e pedagógico com significativa importância, pois encaminha vantagens de natureza e caráter, interdisciplinar, na qual, dinamiza-se todo o processo de ensino-aprendizagem das crianças na Educação, tornando-se fundamental.

Desta maneira, a educação quando percebida pelos educadores como fonte de ensino-aprendizagem, possibilita ações mais comuns do dia a dia, em momentos transformadores de vivências, estimulando o desenvolvimento de forma a preservar o social e a história da dos seus

alunos ou da sua turma. Importante salientar que, assegurar a formação, não é suficiente para introduzir a prática dessas novas ferramentas no contexto escolar e de ensino, porém, é o início para a construção da nova didática pedagógica em meio ao desafio da Educação em 2020 e 2021, dentro das instituições de ensino, ou seja, linguagem essa, importante tanto quanto, às demais áreas dos conhecimentos, tornando-se necessário para o processo de ensino-aprendizagem das crianças e principalmente na Educação. De fato, a educação é um elemento sempre presente na cultura humana. Sendo imprescindível na formação da pessoa, para que ela se torne adulta, e atinja a capacidade de pensar por conta própria e exerça sua criatividade de maneira crítica e livre.

4 CONCLUSÃO

Através desta pesquisa, averiguamos a importância da Educação em tempos de pandemia e para o processo de ensino e aprendizagem, a necessidade de técnicas e métodos para estimular o processo do aprender, de como é fundamental que o professor tenha consciência de seu papel nesse momento e da sua importância do mundo do aluno está inserido nesse novo modelo de ensino, para que esse contexto possa ajudar o processo de ensino e aprendizagem, pautado na significatividade do ensinar e do aprender. Verificou-se, que muitos professores não compreendem esses novos modelos de ensino na Educação, bem como, todos que fazem parte da educação, ainda meio perdidos, buscando técnicas para trabalhar com os alunos, percebeu-se que muitos usam apenas, para entretenimento das crianças, professores sendo obrigados a agir como animadores de festas infantis em uma função que é de ensinar e não de entreter seu aluno, isso infelizmente está se refletindo muito na Educação Infantil, mas, não como importância para o ensino e para a aprendizagem, o que é preocupante para o futuro da Educação formal.

Nesse contexto, o processo de aprendizagem precisa trazer o mundo do aluno para o momento, ou seja, para a Educação, o professor precisa entender essas novas ferramentas, as possibilidades e criar também outras, abrindo um leque de maneiras para trabalhar, explorar e desenvolver o aluno em meio a essa nova roupagem de ensino, possibilitando, a interação social, e o aprender, despertando nesses alunos, o interesse,

a curiosidade, o diálogo e a interação. Por outro lado, é de fundamental um novo olhar para a capacitação também e o aperfeiçoamento dos docentes possibilitando a eles aperfeiçoamento em informática e trazendo novas ferramentas de conteúdos digitais que possam ser usadas na elaboração de aulas mais interativas e atrativas. Desta maneira, a formação do professor não pode ser estagnada, mas, contínua, para que ele possa atender de forma a complementar os anseios desse público e desse momento do ensino e que é tão importante para a Educação, compreender que seus métodos devem ser adaptados à realidade, a fim, de desenvolver a criança integralmente, possibilitando-o além de apreender, interagir com todos e construir o seu processo de aprendizagem. Nesse sentido, a aprendizagem para ser verdadeiramente significativa, ainda percorrerá um caminho longo. Desta maneira, houve um repensar, onde a pesquisa nos levou a analisar e nos levantou uma problemática real da Educação em tempos de pandemia no Brasil e suas incógnitas. Pois ao contrário, o aluno terá grandes desafios e dificuldades no processo de aprendizagem, o que percebeu-se, é que muitos não compreendem a BNCC/2017, a LDB/96, e esse novo modelo de ensino, não conseguem interpretá-lo, ou quando interpretam, interpretam com suas convicções pessoais, dentro de um contexto não educacional, mas de uma grande festa online, principalmente os coordenadores pedagógicos e gestores, afirmando que a Educação nesse momento tem que ser lúdica, porém, a ludicidade não é se fantasiar para ensinar, é ensinar de maneira lúdica. Portanto, é um equívoco dizer que educação nesse momento não consegue ensinar, e que o aluno não aprende, é o paradoxo da educação nesse século XXI. A maneira de ensinar, é que favorece ou não a aprendizagem do aluno e o seu desenvolver, desrespeitadas por muitos profissionais da área. Assim, muitos desafios frente a Educação em tempos de pandemia estão estagnados por convicções particulares, o que é inaceitável frente a Educação, pois educar exige respeito e um repensar constante de sua prática didática pedagógica, pois a Educação é laica, não permite convicções e sim as leis que a regem.

REFERÊNCIAS

A teoria do conhecimento de Paulo Freire e sua pedagogia libertadora

– parte I Faculdade de Educação da Unicamp - Cidade Universitária, Campinas - SP - Campinas, SP, 09 de outubro de 2019. Acesso em 17 de setembro de 2020.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNC_C_05deset_site.pdf. Acesso em: 05 de setembro de 2020.

BRASIL. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/ 1996, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996

CERUTTI, Saulo. **O RETORNO AO SOCIAL:** a exigência de um novo ensino jurídico para uma nova sociedade. In: II Seminário Internacional Culturas e Desenvolvimento, II Congresso Sul-Brasileiro de Promoção dos Direitos Indígenas e V Colóquio Catarinense de Ensino Religioso, 2014, Chapecó. Educação Intercultural em Territórios Contestados. Chapecó: ARGOS, 2014. v. I

PIAGET, J; Seis estudos de psicologia. Tradução Maria Alice Magalhães D Amorim e Paulo Sergio Lima Silva. 20 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994.

ENSINO REMOTO EMERGENCIAL: VIVÊNCIAS EM LETRAMENTO DE PERCURSO

Ana Carolina Martins da Silva¹

José Antônio Ribeiro de Moura²

Matheus Scherdien da Cruz³

Maria Alzira Leite⁴

Heitor Costa⁵

1. INTRODUÇÃO

O texto traz relatos de experiência sobre o ensino emergencial remoto no âmbito do Ensino Superior. O objetivo é apresentar alguns desafios e situações que permearam a prática pedagógica na migração do ensino presencial para o ensino remoto emergencial, durante a pandemia da COVID-19. O método de pesquisa foi descritivo, pautado em discussões e observações qualitativas. Para a construção deste texto, foram realizadas reflexões sobre a vivência dos sujeitos no contexto educacional de

-
- 1 Doutora. Profa. Adjunta da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs). Líder do Grupo de Pesquisa em Linguagens, Tecnologias e Políticas Públicas (GPLTPP – Uergs/RS). e-mail: ana-martins@uergs.edu.br.
 - 2 Doutor. Docente Superior da Universidade Feevale/RS. Membro do Grupo de Pesquisa em Linguagens, Tecnologias e Políticas Públicas. (GPLTPP – Uergs/RS). e-mail: mourareis@uol.com.br.
 - 3 Acadêmico do Curso de Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Membro do Grupo de Pesquisa em Linguagens, Tecnologias e Políticas Públicas. (GPLTPP – Uergs/RS). e-mail: matheus-cruz@uergs.edu.br.
 - 4 Doutora. Docente na Universidade Tuiuti do Paraná. Membro do Grupo de Pesquisa em Linguagens, Tecnologias e Políticas Públicas. (GPLTPP – Uergs/RS). e-mail: mariaalzira35@gmail.com.
 - 5 Doutor. Professor associado da Universidade Federal de Lavras (UFLA). Membro do Grupo de Pesquisa em Linguagens, Tecnologias e Políticas Públicas (GPLTPP - Uergs/RS) em sua fundação. e-mail: heitor@ufla.br.

2020. O artigo está estruturado da seguinte forma. Introdução; seção 2, apresentação de contextualização da situação da migração do ensino presencial ao remoto; seção 3, registro de quatro relatos sobre as vivências e as percepções a respeito do momento educacional imerso em Pandemia (três de professores e um de discente - membros de instituições de ensino superior). Na Seção 4, os principais pontos abordados, são retomados, revelando a síntese de pensamento desenvolvido pelos autores a respeito do assunto.

Originalmente, esse texto foi publicado no e-book “Educação e Múltiplas Linguagens: olhares Transdisciplinares.” Organizado por Silveira e Santana (VOL. 2. 2021). A obra teve como objetivo reunir pesquisadores de diferentes áreas, para refletir sobre múltiplas linguagens, pois, segundo os editores, esperavam: “o envio de propostas elaboradas por autores e pesquisadores que refletem sobre a Educação nos mais diferentes âmbitos das linguagens, ao desenvolver conceitos por meio do atravessamento transdisciplinar.” (SILVEIRA e SANTANA, 2021). Essa demanda tinha consonância grande, com as discussões que ocorriam no âmbito do Grupo de Pesquisa Linguagens, Tecnologias e Políticas Públicas, da Uergs, considerando que, quando, em 2020, o Governo Federal anunciou medidas para tentar conter o avanço da Covid-19, todos foram colocados em distanciamento social (uma das recomendações), o que culminou na suspensão das aulas presenciais no contexto educacional. No espaço (virtual) de saberes multidisciplinares do GPLTPP, foram investidos estudos e trocas de experiências sobre uma nova forma de saber fazer. A construção do texto pareceu necessária e oportuna. Sua publicação, agora, nessa versão atualizada, segue essa reflexão, visando ampliar os registros desse período que, em 2021, ainda se estende.

A partir observação dos relatos, é possível dizer que existe, na rede de desafios ligados aos letramentos, apropriações referentes ao uso das tecnologias digitais; integração aos novos hábitos da vida familiar, conhecimento e aplicação de diferentes linguagens, tendo em vista as adaptações relativas ao ensino remoto emergencial. Ao longo do texto, a progressão da escrita foi em direção de duas visões: docentes universitários e um discente. Essas visões foram sendo socializadas em diversos momentos, desde aproximadamente junho de 2020, depois sendo sistematizadas em reuniões, via Google Meet, pelo Grupo de Pesquisa em

Linguagens, Tecnologias e Políticas Públicas, de novembro de 2020 a fevereiro de 2021. É importante ressaltar que o GPLTPP foi estruturado como fruto de estudos sobre Ensino a Distância durante o período da Pandemia e na Pandemia, ou seja, de forma totalmente remota. Nessa esteira, a fundação do Grupo e a construção do artigo já se constituíram em eventos singulares – novas experiências.

Cabe enfatizar, que, além de estudos sobre os letramentos, mais especificamente os letramentos de percurso, foram analisados percursos docentes que delineiam a trajetória das práticas sociais e permeiam as vozes dos sujeitos no ambiente de trabalho. Esses sujeitos são únicos (enquanto ser individual) e representativos (enquanto categoria universitária). Assim, se faz necessária essa menção sobre a escolha do sujeito de fala, que, nas seções que apresentam relatos, são expostas subjetividade e pessoalidade, mas redigidas as memórias em uma apresentação de caráter científico, impessoal, formato no qual os processos são generalizados. Considerando que a observação das ações humanas serve de base para suas análises, reconstruções e ou inovações, esse artigo objetivou, por meio do relato das manifestações descrever desafios e situações que permearam a prática pedagógica na migração de emergência do ensino presencial para o ensino remoto, durante a pandemia da COVID-19.

Com apoio teórico em: Almeida (2007), Bates (2017), Filatro (2018), Freire (1987), Mattar (2020) e sobre Letramento de Percurso, em Silva (2019), sob visões plurais de formação, é possível dizer que, de um lado, há necessidade de maior investimento em ações coletivas, e, de outro, é necessário priorizar as relações dialógicas, imbricadas no trabalho colaborativo na esfera universitária em prol de um ensino e aprendizado significativos para todos os envolvidos no processo fazendo uso de múltiplas linguagens. A imersão no uso social de novas tecnologias comunicacionais e de ensino-aprendizagem constituíram-se em letramento de percurso.

2. Das aulas presenciais às aulas remotas

Em 2020, com a migração para aulas remotas, em medida emergencial, (distanciamento social), por causa da pandemia COVID-19, muitas dúvidas emergiram, tais como, O que é o ensino emergencial? É uma

educação a distância? Quais seriam as proximidades e os distanciamentos dessas modalidades de ensino? Existem muitas flutuações semânticas sobre a terminologia ‘ensino remoto’. Se de um lado, a expressão *remote teaching* é usada como o oposto de aprendizagem on-line (HODGES et al., 2020), por outro, é empregada como sinônimo dessa aprendizagem. (DAVIS, 2020). Nesse quadro da Covid-19, essa expressão também sofreu alteração na medida em que as diferentes esferas sociais (e.g., mídia, escola e família) apropriavam-se de novos significados e diferentes usos, por exemplo, ‘aula-remota’, ‘ensino emergencial remoto’ e ‘atividades remotas’. O predicativo ‘remoto’ orientou profissionais para uma ideia de gestos que ultrapassaram um agir docente, ancorado na sala de aula no formato presencial. Assim, esse tipo de saber fazer os aproximou de uma imagem de ensino remoto, cujo espaço transcende o limite físico das instituições de um tempo imbricado no on-line e em uma mediação tecnológica via meios digitais. Talvez, nesse ponto, a educação a distância ganhe uma representatividade na medida em que o ensino e a aprendizagem transpassam outros espaços.

Cabe lembrar Formiga (2009:45), quando salienta que a definição de “educação a distância” se aproxima de um conceito ligado a uma “aprendizagem flexível”, pautada em tempo e espaço. Tendo em vista a contemporaneidade de uma sociedade em rede, inovações e metodologias ativas, os termos educação e ensino, juntamente com as novas rotinas advindas de uma pandemia, podem direcionar a uma polissemia de ensino ou educação fora do espaço presencial de escola. Moore e Kearsley (2010: 02) observam que a EaD cerceia

[...] o aprendizado planejado que ocorre normalmente em um lugar diferente do local de ensino, exigindo técnicas especiais de criação do curso e de instrução, comunicação por meio de várias tecnologias e disposições organizacionais e administrativas especiais.

Diante desses conceitos, é possível dizer que o uso de tecnologias na educação pode se tornar um eixo-chave na construção de um trabalho colaborativo, implicando em aprendizagem recíproca (LÉVY, 1996). Em função disso, os docentes que ministram aulas na modalidade presencial e a distância precisaram buscar novas formas de aproximação com seus alunos, pois essa nova realidade traz novas possibilidades de ensino

e aprendizagem, utilizando os meios disponíveis para novas práticas pedagógicas transformando a aprendizagem em todos os níveis de ensino. Diante do exposto, ressalta-se a influência das novas demandas no cenário educacional e a utilização das tecnologias na aprendizagem, pois possibilitam novos ambientes de ensinar e aprender diferentes dos ambientes tradicionais. (ALMEIDA, 2007). Segundo o mesmo autor, as reais contribuições das redes e das tecnologias para a educação surgem à medida que são utilizadas como mediadoras para a construção do conhecimento. Nessa esteira, as novas mídias digitais e a produção cada vez maior de sistemas de *softwares* livres proporcionaram a emergência de conteúdos públicos e voluntários por meio do movimento de acesso aberto e WIKI (SOUZA, 2015). É importante salientar que algumas instituições não tiveram dificuldades na migração das aulas presenciais, pois possuíam uma plataforma educacional que dispunha dos meios de oferta, inclusive na modalidade presencial, para suporte às aulas, por exemplo, disponibilização de material didático com a apresentação de conteúdo, de material complementar (*e.g.*, artigos e vídeos) e para postagem de atividades das aulas.

A fim de intensificar a capacitação dos professores para as opções e os benefícios que as plataformas possuíam, por intermédio de seus Núcleos de Apoio ao Ensino e Aprendizado, Núcleos de Educação a Distância, dentre outros, foi ofertada a capacitação docente, na modalidade remota, mediante fóruns, tutoriais, dicas de saúde, teorias sobre usos das TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação), legislação relativa à modalidade on-line, dicas de organização dos materiais disponibilizados pelos discentes, de forma padronizada para melhor utilização pelos discentes, espaço para relatos de docentes retratando suas experiências nas aulas e práticas colaborativas para a parte pedagógica desta migração e dicas de avaliação on-line, dada a impossibilidade de avaliações presenciais. Alguns exemplos desses espaços são apresentados no Quadro 1.

Quadro 1: Ferramentas e Tutoriais para os docentes

Fóruns	Esclarecer dúvidas e explorar o máximo da plataforma
Tutoriais	Como utilizar PPT, incorporar vídeo, como fazer aulas ao vivo, gravações das aulas na plataforma e na One Drive
Dicas de Saúde	Pausas para exercícios físicos no home office, ginástica laboral,
Dicas de Organização da disciplina	Como organizar os componentes curriculares a fim de padronizar para os alunos
Dicas de Avaliação online	Criar avaliação onde o aluno envia um arquivo, como avaliar uma Atividade, Atividade automatizada pela plataforma, elaborar “banco de questões”
Relatos de discentes	Discentes postaram, ao longo do período, suas experiências com suas turmas e diferentes abordagens utilizadas nos diversos Cursos
Práticas Colaborativas	No mesmo sentido dos relatos, os docentes compartilharam suas práticas adequadas às diversas disciplinas

Fonte: elaborado pelos autores (2020).

A parte tecnológica da capacitação envolveu profissionais técnicos da Educação a Distância ou profissionais que tinham experiência na área, possibilitando, mediante aos diversos recursos educacionais disponíveis para discentes e docentes, diversificação do uso das tecnologias educacionais. Diante disso, houve a adaptação ao modelo de aulas e de cursos, uma vez que diversas áreas contemplam e exigem ferramentas específicas. Nessa prática, pode-se lembrar de desafios dos professores e das instituições de ensino superior para proporcionar igualdade que envolve o saber fazer e o aprendizado e envolve as condições e a qualidade de acesso aos meios digitais por parte da comunidade universitária. Bates (2017:320) lembra que é desafiador:

- a) ensinar de forma a ajudar a desenvolver o conhecimento e as habilidades necessários na sociedade de hoje;
- b) trabalhar com turmas cada vez maiores;
- c) desenvolver métodos de ensino apropriados para um corpo discente cada vez mais diversificado;
- d) trabalhar com uma variedade de modalidade de oferta.

Além da diversidade, outros desafios fazem parte da revolução que a era digital demanda, ademais, as florescentes redes sociais moldam cada vez mais as transformações dos ambientes profissionais, educacionais, pessoais, entre outros (BUENO, 2015). Fica exposto, dessa forma, que o acesso e a mediação da aprendizagem via remoto são as principais diferenças entre o uso educacional e a aprendizagem baseada em computadores ou na aprendizagem colaborativa on-line. As construções humanas deveriam ter o propósito de liberar o potencial individual e construir uma sociedade onde todos tenham as mesmas oportunidades (PARKER, 2016).

3. Olhares para a prática de ensino remoto

O uso das tecnologias na aprendizagem tende a possibilitar novos ambientes para ensinar e aprender. As contribuições das redes sociais e das tecnologias para a educação surgem à medida que são utilizadas como mediadoras para a construção do conhecimento (ALMEIDA, 2007). Esse pensamento nos instiga a refletir que a educação em rede, via TICs e/ou TDICs (Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação), constitui-se num reforço importante para a educação presencial, que não será substituída, mas receberá esse aporte pedagógico, ainda que pese o fator de diferença social no acesso aos meios. A partir dessa visão, apresenta-se relatos de três docentes compartilhados no GPLTPP, no mês de novembro de 2020, que encontrou eco nas experiências de outros, haja vista que o agir docente e as observações relativas às atitudes dos alunos, durante as aulas remotas, acabaram por representar desafios e expectativas gerais produzidas pelo momento de exceção da pandemia na comunidade universitária como um todo. Além disso, há a apresentação de um relato, igualmente fundamental, sob o ponto de vista de discente.

3.1. Relato 1 - Professor uma Instituição de Ensino Superior particular da Área de Economia e Finanças

O primeiro relato foi dado por um professor universitário, cujas aulas, no viés remoto, têm caráter teórico muito forte, sendo um grande desafio instigar a atenção e a participação dos discentes. Porém, é importante salientar que na mesma disciplina, com turmas diferentes, o

desempenho dos alunos foi diverso. Relatou que uma das turmas mostrou ser muito participativa e aceitou a tarefa de escrever um artigo científico, contemplando o conteúdo da aula. Esses alunos reconheceram que a ideia facilitaria a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), futuramente. A outra turma foi mais resistente. Com mais alunos do que a anterior, o professor preferiu dividir em capítulos o conteúdo. Os alunos em grupo apresentaram uma síntese da matéria e compartilharam seus rascunhos na sala virtual em uso da plataforma digital *e-learning* da instituição com os demais colegas.

O professor acrescentou que, em outra disciplina, a cada aula, abordava uma temática. Uma parte com exposição e outra parte com a resolução das atividades que eram postadas até a próxima aula em espaço virtual específico. Na parte expositiva, além dos tradicionais slides gerados a partir de um software para apresentação, foram compartilhados vídeos e recortes de entrevistas de profissionais especializados sobre o tema. Além disso, nas atividades realizadas na disciplina, foram propostas questões objetivas e pesquisas em estudo dirigido. Pode perceber, portanto, que, durante as aulas, ocorreram novas necessidades diante das dificuldades dos alunos em acessar as aulas remotas, sendo a conexão à Internet a maior delas, isto é, os alunos residentes em regiões com baixa frequência de sinal de Internet ou pacote de serviços insuficientes para as novas necessidades tiveram problemas de acesso. Ainda salientou que outro ponto de fragilidade foi a situação do aluno não possuir o computador. Em alguns casos, ter que compartilhar esse computador com outro morador que possui a mesma necessidade e no mesmo horário. A alternativa foi o uso crescente de dispositivos móveis como celulares e *tablets* no contexto da sala de aula. Ele frisou que a instituição ofereceu empréstimos de computadores além de outras possibilidades de acesso aos alunos que manifestaram essa necessidade, a fim de minimizar os problemas de acesso às aulas.

De acordo com o docente, percebia-se também que alguns alunos estavam na sala virtual, porém, quando eram convidados a participar, não se apresentavam. Com isso, havia indícios de que muitos alunos apenas acessavam o ambiente “pela presença”. Essa condição foi observada algumas vezes em que a aula terminava e o aluno permanecia “logado” na sala virtual. Acrescentou que as aulas presenciais têm duração de 3

horas, porém as aulas remotas muitas vezes se estendiam além desse período, pois o aluno “já estava em casa”, e, na ausência do deslocamento da Universidade para seu lar, surgiu um “tempo extra” de participação dos alunos na aula. Além disso, o intervalo entre as aulas ministradas presencialmente (uma aula por noite) não acontecia nas aulas remotas. Então, todo o tempo era preenchido por conteúdo.

A partir do desenvolvimento das aulas, a comunicação entre professor e alunos ser realizada de forma mais descontraída, observou. O professor destacou que algumas orientações institucionais de manter uma postura mais formal, no presencial, foi dando lugar a uma orientação de desenvoltura no ensino remoto, o que permitiu uma linguagem mais coloquial em situações nas quais os filhos e os animais de estimação passaram a fazerem parte das aulas. Ele ainda acentuou que alguns alunos não ligavam as suas câmeras nas aulas, mesmo quando solicitados. Esse comportamento pode estar ligado à baixa conexão de internet.

De modo geral, cabe dizer que os docentes enfrentaram limitações particulares, durante esse período de pandemia, recursos operacionais escassos e investimentos em infraestrutura sempre adiados que, em razão do momento, foram antecipados. Dentre elas, destacam-se o aumento do tamanho da memória RAM do computador e do notebook utilizados, adequação do plano de Internet banda larga e aquisição de repetidor de sinal para maior abrangência do espaço físico. Outras aquisições de ordem ergonômica foram uma mesa na sala e uma cadeira de escritório. Além de tudo, foi preciso assimilar as atividades acadêmicas em outro espaço (fora da instituição), concorrendo com ruídos do próprio lar, construção ou reformas de vizinhos, em um vai-e-vem de caminhões de entrega, movimentação de colaboradores, pois nem sempre foi possível negociar os horários que coincidiram com reuniões de trabalho com a Coordenação do Curso, além das capacitações oferecidas pela Instituição e Banca Avaliadora de TCCs dos Cursos. Entre transtornos e soluções, o ano 2020 revelou-se de intenso aprendizado e desafios, conforme relatou o professor.

3.2. Relato 2 - Discente de uma Instituição de Ensino Superior Pública da Área de Engenharia de Bioprocesso e de Biotecnologia

Outro relato está vinculado a um discente que compartilhou suas vivências no contexto da Covid-19. Segundo ele, no começo da

pandemia/isolamento, em meados de março, para os discentes e professores, só existiam incertezas do que estava por vir. O discente enfatizou que receber a notícia de que as aulas tinham sido suspensas não foi fácil. Ele ponderou sobre as dificuldades em assistir às aulas na modalidade remota, considerando que o curso prevê muitas aulas práticas no laboratório. Ainda, afirmou que as disciplinas da área de Exatas ficam mais complexas sem a interação presencial com o professor, o que dificulta o aprendizado. Relatou que foram dias de angústia, sem notícias sobre as aulas, com apenas rumores sobre possível retorno. Quando as aulas voltaram foi um pouco conturbado, pois, para cumprir a carga horária e diminuir o tempo perdido, os professores fizeram um semestre virar dois, fazendo com que as aulas fossem completamente “puxadas” e “corridas”. O fato dos discentes e docentes aprenderem juntos e, na prática, como era ter e fazer uma aula remota, foi o que ajudou a tornar mais fácil e tranquila essa transição, mas, mesmo assim, ainda foi complicado. Das outras dificuldades que a modalidade remota trouxe, a primeira e principal, foi a necessidade de computadores, na época em que as aulas começaram. Segundo ele, havia quatro familiares em sua residência que dependiam de computadores e eles possuíam apenas dois notebooks. Como as aulas podiam ser assistidas pelo celular, isso facilitou. Outra dificuldade foi em relação a cadeiras. A modalidade remota estava exigindo mais de 8 horas sentado. Então, houve a necessidade de investir em cadeiras mais confortáveis.

Atualmente, segundo o discente, está sendo mais fácil ter as aulas nesse formato, pois houve tempo para conseguir adaptação e programação com os novos horários e estrutura, mas ainda existem dificuldades, não só individuais, mas coletivas, que é em relação às dúvidas, pois como não se tem o contato presencial com o professor em aula ou nos corredores na universidade, tem-se de esperar a próxima aula on-line ou enviar um e-mail, cuja resposta, às vezes, por ser escrita, não é o suficiente para sanar a dúvida. Além disso, ele pontuou dificuldade em relação as atividades, pois como são muitas, fica-se muito tempo ao computador, tirando as horas de aula, tornando cansativo. Embora seja uma situação provisória e de urgência, não deixa de ser uma experiência boa, porque permanece mais tempo com a família, não se tem mais estresse de locomoção da casa para a universidade (aproximadamente, 1h30min para ir e

1h30min para voltar, totalizando 3 horas “perdidas” do dia). Agora, consegue-se investir em outras coisas; mesmo tendo esses problemas, ainda se consegue ter proveito e tempo para si.

3.3. Relato 3 - Docente de uma Instituição de Ensino Superior Pública da Área de Letras

Outro relato corresponde a uma docente que relembrou o fato das tecnologias na educação, as discussões sobre as múltiplas linguagens e as inovações pedagógicas digitais já terem sido conhecimentos muito debatidos e estudados nos anos 90, quando se estudava sobre a importância de incorporar as novas tecnologias aos processos educativos. Segundo suas observações, à época, as novas tecnologias representavam o uso da internet, o uso do CD-ROM, os filmes, as fotografias, a dança, o teatro, dentre outros estímulos e linguagens. Postulava-se que essas interações estivessem pautadas pela presença recíproca e mediadora de educadores e educandos no mesmo espaço. Usava-se a TV e o rádio, além de recentes meios, como a internet, como criação de blogs e de abertura de canais no Youtube. Eram momentos em que se estava fazendo Educação a Distância, Educação *on-line*, mas não se teorizava sobre ela, pensava-se que era educação. A docente comentou que as muitas dificuldades encontradas, à época, são semelhantes a de muitos docentes que gravam um vídeo pela primeira vez em função da suspensão das aulas presenciais para tentar frear a transmissão da COVID-19: falta de habilidade para o uso das ferramentas, falta de equipamento de qualidade, dentre outros.

Abordou também a questão da divulgação dos trabalhos, que não era grande, pois se fazia de forma quase artesanal, amadora (pelo e-mail e facebook) sem capitalizar o *blog* nem o canal. Talvez, por isso, vídeos considerados importantes não atingiam grandes visualizações. Não tinha como evitar a sensação de perda de tempo, disse ela, e acrescentou que talvez faltasse justamente o que o indiano Sugata Mitra⁶ comenta como um dos pilares do “Sole”, qual seja, o encorajamento. Mitra criou um sistema, de sigla: SOLE (*Self Organized Learning Environment*) ou AAAO (Ambientes de Aprendizado Auto-Organizados). Esse sistema estaria

6 SUGATA Mitra. **SOLE** – Self organized learning environment; ou **AAAO** – Ambientes de Aprendizado auto-organizados. Disponível em Vídeo: <https://youtu.be/Sw71Zrw0i3I>

ancorado em três pontos: a) banda larga; b) colaboração; e c) encorajamento e admiração. Atualmente, por causa do impacto mundial do fechamento presencial de estabelecimentos educativos, a importância desse pontos se estabelece, pois a questão da qualidade da internet abriu espaços para alguns e fechou para outros; a colaboração nem sempre foi possível, apesar das plataformas propiciarem ferramentas como fóruns, wikis, etc. Na prática, muitos discentes, no caso das Instituições de Ensino Superior, foram aos fóruns e a esses ambientes como uma obrigação, não exatamente entendendo a qualidade da troca de acervos e do apoio recíproco dentre colegas para o conhecimento. Quanto ao encorajamento, a comunidade passou a prestigiar um pouco mais as ações educacionais on-line, por entender que as comunidades em questão estavam fazendo seu melhor com grande esforço para que os semestre letivos não fossem perdidos, apontou a docente. Para ela, a pandemia trouxe essa dualidade: ao mesmo tempo que trouxe perdas inusitadas, trouxe oportunidades. Em seu relato, disse que, assim como os demais, participou de várias reuniões administrativas e de cunho pedagógico pelo Google Meet, ou acompanhando pelo Youtube. Fez migração de material (do papel para o digital), organizou grupo de Whatsapp com as turmas, gerou projetos de extensão totalmente on-line com seus colegas de Universidade, ministrou aulas via Google Meet em formato de vídeo conferência, nas quais trouxe músicos, publicitários, ativistas ambientais para dialogar com os acadêmicos. Ainda, no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) utilizado pela instituição (Moodle), a docente “desenhou” atividades de aprendizagem para seus alunos, cujo objetivo era proporcionar a aplicação de metodologias inov-ativas.

O termo ‘inov-ativas’ foi criado por Filatro (2018)⁷ e pela professora Carolina Costa Cavalcanti, coautora do livro “Metodologias inov-ativas na Educação presencial, a distância e corporativa” (2018). Para Filatro, em entrevista ao site Raleduc - Tecnologia & Educação, ao ser perguntada sobre O que são as metodologias inov-ativas? Qual o desafio de implementá-las?, respondeu

7 [Entrevista] Design Instrucional e metodologias inov-ativas com Andrea Filatro **Redação Raleduc**. publicado em 3 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://blog.aleduc.com.br/2018/12/03/entrevista-design-instrucional-e-metodologias-inov-ativas-com-andrea-filatro/> Acesso em 16/02/2021.

[...] são baseadas na atividade do aluno, na sua interação com conteúdos, com ferramentas e com outras pessoas, estudantes, professores, comunidade etc. E elas são baseadas também na ação, na reflexão, na aprendizagem em grupo, na coletividade, na colaboração. (FILATRO, 2018).

Esse conhecimento pedagógico aplicado pela docente qualificou-se também em ensino remoto, pois relatou que fez dois cursos de capacitação on-line entre março e junho: i) o curso PFCD 2020 - Formação Continuada para o uso de Tecnologias Digitais no Ensino Superior, ministrado pelos colegas de sua instituição; e ii) o MOOC EaD de AaZ - Artesanato Educacional, coordenado pelo Prof. João Mattar (ABED), de onde se reuniram pessoas de todo o Brasil.

Uma curiosidade sobre o segundo curso é a oferta de formação no momento que Brasil mais precisava proporcionar encontro para estudos na área. Foi nessa ocasião que alguns pesquisadores decidiram formar o Grupo de Pesquisa, do qual todos os autores fazem parte. Esse grupo, cujas características e interesses giram em torno das pesquisas em linguagens, educação, letramentos, tecnologias, informação, comunicação e diversidades nos processos de inclusão e de promoção social, pretende repercutir conhecimentos científicos referentes às duas linhas de pesquisa: i) linguagens, educação e identidades; e ii) tecnologias, desenvolvimento regional e políticas públicas.

3.4. Relato 4 - Docente de uma Instituição de Ensino Superior Pública da Área de Computação

O último relato foi dado por um professor universitário da área de Computação, cujas disciplinas têm aulas exclusivamente teóricas. Por ter conhecimento de várias plataformas digitais de aprendizagem, o docente informou que a migração de suas aulas de viés presencial para o remoto foi menos árdua. Mesmo assim, ele participou de todos os cursos ofertados pela sua instituição para apoiar os professores a realizarem essa migração, pois ele buscou alguma funcionalidade não conhecida nessas plataformas. Suas aulas foram elaboradas por meio de vídeos facilmente encontrados no Youtube. Dessa forma, ele deixou de ser um “depositador de conteúdo” (Freire, 1987) para ser um curador de conteúdo. Além disso, ele utilizou PBL (*Problem Based Learning*) nas suas disciplinas. PBL

é uma forma de aprendizado que estimula a proatividade e o aprimoramento pessoal em um grupo acadêmico por meio de discussões profundas de casos interdisciplinares.

A dinâmica de elaboração de suas disciplinas foi (i) a curadoria de conteúdo, sendo teórico, prático e/ou entrevista com profissionais da área, (ii) elaboração de problemas para os discentes resolverem baseado no conteúdo de determinada aula ou um conjunto de aulas, (iii) solicitação de gravação de vídeos pelos discente para facilitar a sua compreensão dos trabalhos entregues pelos discente (ele entende e os alunos costumam argumentar, em especial, na revisão de prova, que o que está escrito não era o que eles queriam dizer. Dessa forma, a compreensão do documento entregue pelos discentes é complementada com esse vídeo.), (iv) constante lista de exercícios de fixação (fixar o conteúdo) e (v) eventualmente, realização de momentos para esclarecimentos de dúvidas. Essa dinâmica pode ter sido favorecida em decorrência da característica dos discentes de suas turmas, pois são da área de Computação (alunos do curso de Ciência da Computação e de Sistemas de Informação).

Até o momento, da redação desse texto, o resultado estava sendo avaliado como um sucesso no seu ponto de vista, pois o índice de reprovação e evasão de suas disciplinas se aproximou de 0%. Ele está atuando dessa forma pelo segundo período letivo consecutivo. O professor ressaltou que, embora a sua instituição tenha um programa de empréstimo de netbook, não tinha conhecimento dos alunos de suas disciplinas terem utilizado esse programa, tão pouco terem externado algum tipo de dificuldade, tais como, acesso restrito à Internet, utilização do ferramental tecnológico e nova prática de ensino (PBL), o que atribui à característica dos discentes de suas turmas.

4. Manter o foco em situações de emergência

Quanto ao ensino remoto emergencial, percebe-se que a mais adequada discussão seja em torno de “manter o foco”. Em relação a isso, percebe-se que há muitos fatores de dispersão de atenção e, muitas vezes, pela grande oferta de conhecimento e de oportunidades *on-line*, muitas pessoas começam de tudo, ao mesmo tempo, mas terminam poucas coisas, sobrando frustração em seu entorno e para si. Além disso, os

docentes precisam transcender sua autoestima ou estilo de vida, pois privacidade e preservação de imagem ficam pouco comprometidas, quando se tem de trabalhar em casa, com câmeras focadas no rosto, captando os movimentos e os ambientes dos lares. A vida privada também acaba se tornando uma dispersão do foco do trabalho.

O “foco” nessa sociedade multimídia, que emergiu com a COVID-19, é o maior desafio da Educação que usa mecanismos de EAD, mas que se aplicam a uma atitude de emergência chamada Ensino Remoto. Os docentes, imbuídos no seu papel de educar para vida, fizeram, e ainda fazem, o que tinha de fazer: continuaram estudando e ensinando, porém acredita-se que a potencialidade da EaD só virá “a favor” quando funcionarem a favor do mundo, dos nossos educandos e da vida em abundância. Como fazer? Havia muitas bibliografias de referência, muitas pesquisas, entretanto, no caso de ser um estado de emergência, elas, que necessitavam de tempo para estudo e traziam indicações, perspectivas a serem avaliadas caso a caso, foram assimiladas meio de roldão, o que fez como se ficasse exausto mais rápido. Diante disso, a comunidade acadêmica perdeu o caráter de bloco monolítico e deixou de existir assim com o artigo definido. Existem comunidades acadêmicas, de diferentes perfis.

No caso das Instituições de Ensino Superior públicas, em especial as que se mantiveram atuando de alguma forma, parece que trabalharam muito e bem, com pouco dinheiro e pouco incentivo geral, mas com muita garra e atitude de luta pela vida. Na maior parte das regiões, essas instituições participaram de programas nas mídias (TV, rádio, jornal, perfis de facebook), além de gerar suas próprias mídias. Os projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão, nas mais diversas linguagens, se intensificaram com o remoto, ao contrário de parar completamente. Com o advento da pandemia, as *lives* assumiram grandes proporções e as Instituições de Ensino começaram a atingir públicos externos, dos mais variados, de forma inesperada.

Refletindo sobre os relatos constantes deste texto, bem como, de outros, agora em profusão, é denotado que a pandemia “jogou” docentes e discentes para dentro de um processo que viria requerer um estudo profundo e uma prática constante, no qual foram mergulhados de uma hora para outra. No caso dos professores, é como se estivessem

em “estágio”, novamente, agora sem o conforto de ser um acadêmico, com a responsabilidade de estar recebendo salário e com a preocupação de não perder alunos (por evasão ou “perder” no sentido de perdê-los para o Coronavírus). Por outro lado, há docentes de algumas áreas (e.g., Computação) não foram impactados de sobre maneira nem os discentes de suas disciplinas. Talvez, por eles serem de uma área que conseguem assimilar a tecnologia utilizada no Ensino Remoto. Além disso, pode proporcionar a mudança de perspectiva por utilizar metodologias ativas. Quanto ao discente, a palavra “angústia” traduz um sentimento individual, mas que se comprova coletivamente, pois os acadêmicos estão em situação diferente do esperado para quem passou por um processo seletivo e ingressou em um curso superior. Em alguns casos, não há apenas o estranhamento quanto à situação, mas há questões concretas, como falta do alimento mais em conta nos restaurantes universitários, manutenção de moradias universitárias, dentre outros. São os tempos da Covid-19. Um aprendizado de método, de vida, de percurso.

Silva (2019) identificou um tipo de letramento que parece representar a soma de letramentos como esses, que as comunidades educacionais estão vivenciando atualmente: digital, corporal, multiletramentos, dentre outros. Letramento está se configurando como um aprendizado de uso da linguagem escrita, envolvendo mais dimensões do que apenas o manejo do alfabeto; envolve o uso da linguagem evoluindo em aspectos sociais, instrumentais, educacionais, ambientais, dentre outros. No Letramento de Percurso, soma-se a essas dimensões o inusitado, o caos, o movimento, a famosa roda da história, uma resposta para uma pergunta que não foi expressa, um ato militante, unindo teoria, prática, percepção e processos inesperados. A saber:

O Letramento de Percurso põe no centro a si mesmo – e todos esses sujeitos: o que doutrina, o indiferente, o que ensina, o que educa e o leitor na mesma caminhada. [...]No Letramento de Percurso, o texto leva o leitor aos movimentos: do discurso para seu conhecimento de mundo e do conhecimento de mundo para o discurso, simultaneamente, pois o processo de construção textual é efetuado nesse movimento. Talvez, o próprio gestual de baixar a cabeça para e escrever e, em algum momento, levantar os olhos para algum lugar, para organizar o pensamento, seja o Letramento de Percurso. (SILVA, 2019:2).

Mattar (2020), em seu artigo online no site E Agora EAD, ao comentar o “aprendendo sobre Educação a Distância durante a pandemia do Covid-19”, enumera alguns pontos que convergem com os relatos apresentados:

Em primeiro lugar, ficou claro que é necessário trabalhar com as competências digitais de professores, alunos e gestores de escolas e instituições de ensino superior (IES). [...] Em segundo lugar, vivenciamos que é possível fazer educação a distância sem polos de apoio presencial, ainda que seja legítimo discutir a qualidade do que se fez em EaD durante a pandemia. Mas fomos também lembrados de que a exclusão digital ainda é um grande empecilho para o desenvolvimento da educação a distância. [...] Mas isso (refere-se aos estudantes que não têm equipamentos e/ou acesso à Internet⁸) nos levou também a um terceiro aprendizado: a liderança para conduzir as mudanças necessárias ao desenvolvimento da educação a distância não sairá, necessariamente, de onde mais esperamos. (MATTAR, 2020)

Quando se questiona sobre de onde virá a liderança para conduzir as mudanças necessárias ao desenvolvimento da educação a distância, pelo que se tem visto, realmente, ela virá do percurso. A Covid-19 exigiu separação, mas as convicções dos educadores e dos educandos os deixaram próximos em ações, reflexões e atitudes educacionais.

A sala de aula, muitas vezes distante do aluno, acomodou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs), como Blackboard⁹, Moodle¹⁰, Google Classroom¹¹, Udemy¹², Coursera¹³ e EDx¹⁴. As atividades síncronas e assíncronas agora são possíveis para o mesmo tema de debate. Caso não possa estar presente, o aluno pode assistir a aula depois.

Obviamente, as dificuldades de inclusão comentadas, as infraestruturas precárias de muitas Instituições, ainda mantém certo grupo de pessoas fora dessa “novidade”. Outras, estão explorando suas oportunidades

8 Contextualização dos autores.

9 <https://www.blackboard.com>

10 <https://moodle.org>

11 <https://classroom.google.com>

12 <https://www.udemy.com>

13 <https://www.coursera.org>

14 <https://www.edx.org>

e, ainda que de forma muito tímida, mexendo um pouco nas diferenças de classes sociais quando há acesso aos meios/conectividade.

As comunidades virtuais, ancoradas em cooperação trazem à luz outro tipo de pessoa. As “ferramentas virtuais” (agendamento de compromissos, compartilhamento de documentos, compartilhamento de telas, conferência por áudio/vídeo, e-mails e mensagens instantâneas, escrita, revisão e edição colaborativa, mapas mentais) trazem à luz outro tipo de pessoa. Porém, as pessoas não são e nunca foram iguais, nunca estiveram e nem estarão no mesmo ponto de evolução ou de retrocesso. As pessoas são múltiplas, o que permite que as teorias de ensino e aprendizagem flutuem, dentro desse presente de descobertas inesperadas (Conectivismo), um passado tradicional/formal (Cognitivo-behaviorista) e um futuro imaginado e construído (Socioconstrutivista), refletindo as diversas “eras de desenvolvimento educacional, social e psicológico” da humanidade.

5. Considerações Finais

Ao cabo deste texto, que se espelha em relatos, memórias e letramentos de percurso, pode-se dizer que as ações em múltiplas linguagens feitas podem ser quantificadas, mas o quanto trabalhado e o quanto foi exigido em termos de atividade braçal (uso do computador - por horas) e intelectual (pensar no trabalho o tempo todo, enquanto há um vírus mortal rondando a todos); o investimento em tecnologia, a dedicação ao material de apoio e aos cursos de capacitação (de ritmo intenso) são de difícil medida. Importante ressaltar a força de vontade e a união de esforços de todas as equipes envolvidas no processo educacional. O apoio das equipes técnicas das IES, dos formadores multidisciplinares que contribuíram com sua teoria e prática, para, além da prática, cada docente poder produzir teoria a partir dessa experiência. Como um desafio para uma próxima pesquisa, fica a possibilidade de trabalhar, não de forma compartimentada, como fizemos, mas transdisciplinar. O ensino remoto ou de qualquer modalidade pode, e deve ser utilizado, apreciadas as circunstâncias, os objetivos e as metas a serem atingidas pela comunidade acadêmica. Respeitando diferenças, condições socioeconômicas, com ponto de chegada: o conhecimento. No caso das Instituições de Ensino

Superior, cujos objetivos comuns são de inserir na sociedade egressos com qualidade de pessoa e de profissional, continua-se a trabalhar múltiplas possibilidades, em múltiplas linguagens, mantendo as portas abertas, ainda que fechadas, nesta situação pandêmica.

Referências

- ALMEIDA, M. E. B. Tecnologias digitais na educação: o futuro é hoje. In: **Encontro de Educação e Tecnologias de Informação e Comunicação**, 5, 2007. *Anais...*, 2007. Disponível em: <http://etic2008.files.wordpress.com/2008/11/pucspmariaelizabeth.pdf>. Acesso em: 08/12/2020.
- BUENO, W. da C. (org). **Estratégias de Comunicação nas mídias sociais**. Barueri, SP, Editora Manole, 2015.
- DAVIS, E. **What is remote teaching**. *Top Hat Glossary*, 2020. Disponível em: <https://tophat.com/glossary/r/remoteteaching/#:~:text=Remote%20teaching%20occurs%20outside%20of,boards%20or%20learning%20management%20systems> . Acesso em: 08/03/2021.
- FILATRO, A. Design Instrucional e metodologias inov-ativas com Andrea Filatro. [Entrevista concedida] a **Redação RALEDOC [online]**. Publicada em 3 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://blog.aleduc.com.br/2018/12/03/entrevista-design-instrucional-e-metodologias-inov-ativas-com-andrea-filatros/> Acesso em: 08/03/2021.
- FORMIGA, M. “A terminologia da EAD”. In: LITTO, Frederic e M.; FORMIGA, Marcos (Org.). **Educação a distância: o estado da arte**. 2. ed. São Paulo, Pearson Education, pp. 39-46, 2009.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: <https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/10/Pedagogia-do-Oprimido-Paulo-Freire.pdf>. / Acesso em: 09/03/2021.
- HODGES, C. et al. The difference between emergency remote teaching and online learning. *Educause Review*, 27 mar. 2020. Disponível em: <https://er.educause.edu/articles/2020/3/the-difference-between-emergency-remote-teaching-and-online-learning> Acesso em: 09/03/2021.
- LÉVY, P. *Cibercultura*. São Paulo, Editora 34, 1996.
- MATTAR, J. “**O que estamos aprendendo sobre Educação a Distância durante a pandemia do Covid-19**”. *E agora EAD*. Publicado em 03 de

Junho de 2020. Disponível em: <https://eagoraead.wixsite.com/ensinaradistancia/post/o-que-estamos-aprendendo-sobre-educa%C3%A7%C3%A3o-a-dist%C3%A2ncia-durante-a-pandemia-do-covid-19> Acesso em: 09/03/2021.

MOORE, M. G.; KEARSLEY, G., **Educação a distância: uma visão integrada**. Tradução de Roberto Galman. São Paulo, Cengage Learning, 2010.

PARKER, G.; ALSTYNE, M. W. V., SANGEET, P. C. **Plataforma - A Revolução da Estratégia**. São Paulo, HSM Editora, 2016.

SILVA, A.C. M. da. **Letramento de percurso: uma concepção de letramento inspirada em escritas Pibid**. Itapiranga: Editora Schreiber, 2021.

SOUZA, Márcio Vieira de; GIGLIO, Kamil (org.). **Mídias digitais, redes sociais e educação em rede: experiências na pesquisa e extensão universitária**. São Paulo, Editora Edgard Blucher. v.1.2015.

SILVEIRA, É. L.; SANTANA, W. K. F. de. **Edital de Publicação de e-book: Educação e múltiplas linguagens: Olhares Transdisciplinares**. (Organizadores), 2021.

SILVEIRA, E. L.; SANTANA, W. K. F. (Orgs.). **Educação e Múltiplas Linguagens: olhares transdisciplinares**. Vol. 2. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

SILVEIRA, É. L.; SANTANA, W. K. F. de. **Edital de Publicação de e-book: Educação e múltiplas linguagens: Olhares Transdisciplinares**. (Organizadores), 2021. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/576934959178046/posts/1529939193877613> Acesso em abr. 2021.

TECNOLOGIAS, INTERAÇÃO E ENSINO: AS LIVES COMO APOIO

Ana Carolina Martins da Silva¹

José Antônio Ribeiro de Moura²

Almir Pereira de Omena Neto³

Eduarda Crysttna Zortea⁴

Lilian da Silva Carvalho⁵

Vitória Leonora Bolla Viegas⁶

-
- 1 Doutora em Letras. Profa. Adjunta da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs). Membro do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Letras da Uergs. Líder do Grupo de Pesquisa em Linguagens, Tecnologias e Políticas Públicas (GPLTPP – Uergs/RS). CV: <http://lattes.cnpq.br/7364759247330183> e-mail: ana-martins@uergs.edu.br.
 - 2 Doutor em Diversidade e Inclusão pela Universidade Feevale. Mestre em Administração Universidade Metodista/SP. Docente Superior da Universidade Feevale/RS. Membro individual da ABED - Associação Brasileira de Educação a Distância. Membro do Grupo de Pesquisa em Linguagens, Tecnologias e Políticas Públicas. (GPLTPP – Uergs/RS). CV: <http://lattes.cnpq.br/7485615451216168> e-mail: mourareis@uol.com.br.
 - 3 Mestrando do PPG Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará. Professor Efetivo da rede Pública de Fortaleza e Maracanaú, Ceará. Prefeitura Municipal de Fortaleza. E. M. João Mendes de Andrade. Membro do Grupo de Pesquisa em Linguagens, Tecnologias e Políticas Públicas. (GPLTPP – Uergs/RS). CV: <http://lattes.cnpq.br/6058225132541576> e-mail: almirneto@gmail.com.
 - 4 Acadêmica no curso Bacharelado em Administração, na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Unidade de Erechim. Membro do Grupo de Pesquisa Linguagens, Tecnologias e Políticas Públicas (GPLTPP – Uergs/RS). CV: <http://lattes.cnpq.br/5067976897750499> e-mail: eduarda-zortea@uergs.edu.br.
 - 5 Graduada em Letras, Especialista em Teoria e Prática da Formação do Leitor pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Professora da Educação Básica da Escola Municipal de Ens. Fund. Alberto Pasqualini e da Escola Estadual de Educação Básica Gomes Carneiro. Membro do Grupo de Pesquisa Linguagens, Tecnologias e Políticas Públicas (GPLTPP – Uergs/RS). e-mail: liliasilva87@hotmail.com CV: <http://lattes.cnpq.br/0796783272690734>.
 - 6 Graduação em andamento em Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, UERGS, Brasil. Bolsista, Enquadramento Funcional: PIBID, Membro do Grupo de Pesquisa Linguagens,

1 INTRODUÇÃO

Em 2019, os primeiros casos de que se tem conhecimento de *Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2* (SARS- Cov 2) ou COVID-19⁷, começaram a surgir na China e logo a doença se transformou em uma pandemia mundial (SILVA; SANTOS; SOARES, 2020). Com a suspensão das aulas presenciais, em função da COVID-19, muitos canais de comunicação, que antes eram de lazer ou de *marketing*, acabaram tornando-se ferramentas de interação entre educadores e educandos, governos e população e, até mesmo, familiares. As festas de aniversário por *Zoom*, ou as formaturas por *Google Meet*, as reuniões de Câmaras de Deputados, por exemplo, são provas disso. Um fenômeno que despontou, logo após o impacto da pandemia ter sido parcialmente assimilado, foi o das *lives*.

Ferramenta utilizada inicialmente de forma ampla por artistas, também foi útil a educadores, políticos, grupos das mais variadas vertentes. Nesse sentido, levando em conta a relevância desse processo comunicativo, o Grupo de Pesquisa em Linguagens, Tecnologias e Políticas Públicas da UERGS-RS (GPLTPP) gerou o Projeto: *Lives* ou *Webinars*⁸

Tecnologias e Políticas Públicas (GPLTPP – Uergs/RS). e-mail: vitoria-viegas@uergs.edu.br CV: <http://lattes.cnpq.br/2117187561686454>.

- 7 COVID-19: “Os coronavírus são uma grande família de vírus comuns em muitas espécies diferentes de animais, incluindo camelos, gado, gatos e morcegos. Raramente, os coronavírus que infectam animais podem infectar pessoas, como exemplo do MERS-CoV e SARS-CoV. Recentemente, em dezembro de 2019, houve a transmissão de um novo coronavírus (SARS- CoV-2), o qual foi identificado em Wuhan na China e causou a COVID-19, sendo em seguida disseminada e transmitida pessoa a pessoa. A COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, que apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, a maioria (cerca de 80%) dos pacientes com COVID-19 podem ser assintomáticos ou oligossintomáticos (poucos sintomas), e aproximadamente 20% dos casos detectados requer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória, dos quais aproximadamente 5% podem necessitar de suporte ventilatório. Fonte: “COVID-19”, In BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. O que é COVID-19? Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid> [consultado em 14-12- 2020].

- 8 Webinar – “Webinar é um seminário online em vídeo, gravado ou ao vivo, que geralmente permite a interação da audiência via chat. As principais plataformas de Webinar são Youtube Live, WebinarJam e GoToWebinar. Considerado um eficiente formato de conteúdo, é muito utilizado para geração e qualificação de Leads.” Fonte: “Webinar” in Blog de Marketing Digital de Resultados: Webinar:

como ferramentas de mediação social durante a pandemia: conceito, estrutura, aplicação, cujo objeto *live*, ou transmissão ao vivo, foi descrito, analisado, em busca de respostas para: As *lives* foram ferramentas de amplo uso para apresentar as principais políticas públicas adotadas pelos Estados e Municípios e para mitigar os efeitos da pandemia na Educação?. Com o objetivo geral de investigar o uso da ferramenta chamada *live* ou *webinar*, no contexto da educação, das políticas públicas e da interação social, com vistas a produzir subsídios para qualificar os serviços prestados ao público via *web*, o projeto seguiu com os seguintes objetivos específicos: mapear o uso desta ferramenta em determinados canais do *YouTube*, de relevância para as áreas de estudo do GPLTPP; analisar aspectos de mediação no método '*live/webinar*' de interação em plena expansão e uso e, além de gerar inúmeros estudos e debates internos, já publicou um relatório parcial, em formato de capítulo de livro, intitulado: '*Lives e Sindicatos: mediação social durante a pandemia* (SILVA et al. 2021).

Como Metodologia, o Projeto de Pesquisa seguiu a pesquisa exploratória, com aspectos descritivos, com navegações na plataforma *YouTube*, procurando conhecer as interfaces de alguns de seus canais, suas práticas, suas alterações em função do contexto da pandemia, bem como suas estratégias de mobilização social; teve aspectos de pesquisa explicativa, com o estudo de teorias de comunicação, educação a distância (EAD) e de políticas públicas. Como procedimentos metodológicos: a) verificação e mapeamento de “programação” dos Canais no *YouTube*, observando dados característicos da linguagem digital, tais como uso de imagens, de recursos de interação, programa ao vivo, ou gravado; b) Análise da forma da *live/webinar* com maior visualização, sob a ótica da transparência, visibilidade de políticas públicas, qualidade de informação; uso da ferramenta remota; c) Verificação de estratégias de comunicação visando mobilizações sociais.

Esse estudo fez-se mister para compreender uma parte do processo

o que é, como fazer e como gerar resultados incríveis! Disponível em: <https://resultadosdigitais.com.br/blog/webinar/#:~:text=Webinar%20%C3%A9%20um%20semi%20n%C3%A1rio%20online,gera%C3%A7%C3%A3o%20e%20qualifica%C3%A7%C3%A3o%20d%20Leads>. [consultado em 14 dez. 2020].

de supervalorização das *lives*, que, devido ao isolamento social⁹ como protocolo, acabou se transformando, no dia a dia, num modelo de “aproximação social”, como o caso da *live* “Ensino mediado por Tecnologias, Alfabetização possível em tempos de Pandemia” com Renato Janine Ribeiro, ex-ministro da Educação e Professor da Universidade de São Paulo (SP), promovida pelo Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ.

A Pesquisa não se dedicou a fazer análise do conteúdo, porém a forma como a peça de comunicação foi montada: recursos de acessibilidade, de câmera, áudio, cores, mediação, dentre outros. Os estudos teóricos, no geral, seguiram pensadores que se manifestaram sobre questões de comunicação e seus suportes, mecanismos e ferramentas como: Clark e Mayer (2011), resenhados por João Mattar (2012); Cortella (2010-2020); Defleur (1993); Junqueira (2018); Laplantine (2003); Moreira (2021); Silva, Santos e Soares (2020); Thompson (2012) e Volpato (2021), dentre outros, que se manifestaram em tecnologias popularizadas durante esse período pandêmico, como por exemplo: vídeos, e-books e *lives*.

O Plano de Pesquisa foi estipulado para três meses/2020/2021, entretanto, como o semestre letivo atípico da Uergs, Semestre II/2020, e de outras IES (algumas ainda em Semestre I/2020, em janeiro de 2021) estendeu-se até o final de janeiro de 2021, o cronograma da pesquisa atrasou, em função dos compromissos de avaliações, tanto dos docentes, quanto dos discentes, além das responsabilidades de encerramento de semestre, tais como encerramento de disciplinas, conceitos. Dessa forma, as reflexões e publicações só começaram a ser concretizadas a partir de março de 2021, sendo que a conclusão oficial, com os dados parciais, deu-se em fevereiro de 2021.

As considerações finais foram sistematizadas em dois passos: a)

9 Isolamento social “lockdown”, “Oriunda do inglês, a expressão “lockdown”, na tradução literal, significa confinamento ou fechamento total. Embora não tenha uma definição única, tem sido utilizada para designar uma medida mais radical para que haja distanciamento social, uma espécie de bloqueio total para que as pessoas fiquem em casa.” Fonte: “Isolamento social lockdown”, In BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Proteção à vida: CNS debate importância de isolamento social e lockdown. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1176-protacao-a-vida-cns-debate-importancia-de-isolamento-social-e-lockdown> Publicado: Quinta, 14 de Maio de 2020, 08h00. Última atualização em Quinta, 14 de Maio de 2020, 18h10. [consultado em 14-12-2020].

em forma de estatística descritiva (tabelas e gráficos), a partir dos estudos teóricos e das observações registradas em formulário do *Google Forms* e b) em forma de análise dos resultados, condensados, de forma simplificada, no relatório e, posteriormente, em trabalhos acadêmicos, como esse.

A pesquisa justifica-se porque atendeu aos objetivos das linhas de pesquisa do GPLTPP, bem como a busca de ações interdisciplinares e integradoras das áreas de conhecimento: Letras, Comunicação, Tecnologias e Políticas Públicas, no âmbito dos integrantes do Grupo e de possibilitar integração com o Curso de Graduação em Administração na Unidade universitária da UERGS em Erechim, na área das Ciências Humanas, conforme legislação da Instituição.

A motivação para refletir práticas em um momento histórico tão complexo, quanto inusitado, qual seja a Pandemia relacionada à COVID-19, é fundamental para os pesquisadores (docentes e acadêmicos), pois estiveram exercitando sua função dentro e fora da sala de aula, integrando os conhecimentos historicamente construídos, com os que são alavancados pelos bolsistas, no processo dessa pesquisa, tais como: ferramentas de comunicação, aprofundamento dos estudos e aplicação da Lei nº 12.257 de Acesso à informação (aprovada em 18.11.2011), e emprego das tecnologias na educação.

O artigo se divide nas seguintes seções: 1) Introdução e a metodologia utilizada; 2) *Lives*: conceito, estrutura, aplicação e aspectos culturais; 3) “*Lives*: Ensino mediado por tecnologia, com Renato Janine Ribeiro - descrição e análise; Considerações finais e, ao cabo, as Referências bibliográficas utilizadas. Como resultado, pretende-se contribuir com o conhecimento na área comunicacional, em especial, na função significativa das *Lives* e *Webinars* em tempos de exceção, como esses de Pandemia, via utilização das *lives*.

2. LIVES: conceito, estrutura, aplicação e aspectos culturais

Ao abordar o tema “*lives* em tempos da pandemia de COVID-19”, foram tomados conceitos genéricos disponibilizados *on-line*, para aprofundá-los sob outras concepções e percepções que se podem retirar de palavras em contextos diversos.

A primeira palavra importante a se considerar nesse âmbito é a

palavra comunicação. Poder-se-ia dizer que, dentro dela, de seus significados, cabem todos os reflexos do que aconteceu no sentido de alavancar a linguagem humana e – na pandemia COVID-19 - as *lives*.

Defleur (1993), quando resgata as origens da Comunicação de massa, relata que, desde que a humanidade se movia nas cavernas, e se registrava nelas, passando pelos tempos em que a comunicação girava em torno de cada comunidade, avançando para o momento em que as comunidades passaram a ser vistas como sociedades e, afinal, como aldeia global, a necessidade de informação, participação, convivência, estabelecimento de relações, passou a ser a distinção entre a humanidade e os outros animais. Entretanto, o cotidiano do mundo capitalista e globalizado afastou as pessoas das pessoas e as aproximou dos animais. As relações pessoais passaram, no geral, a acontecer em ambientes de convivência pública, escolas, bancos, shoppings, campos de futebol. A convivência estreita, focou-se em pequenos grupos familiares, ou de amizade. Quando a pandemia eliminou os espaços públicos, a necessidade de pertencimento emergiu com muita força e, estar sincronamente com artistas, colegas, pastores, padres, vendedores, dentre outros segmentos, veio contemplar essa demanda.

Mais do que nunca, esteve em alta a palavra mediação, ou seja, colocar em contato, fazer uma ponte, facilitar o acesso e a compreensão. Nesse sentido, aqueles que tinham algo para comunicar, tentaram de todas as formas apresentar, pelos meios que fossem possíveis, recados, dicas, manifestações culturais. Acompanhar, entender e saber usar, adaptar-se ao progresso das ferramentas tecnológicas utilizadas na educação para a execução do ensino-aprendizagem se tornou condição fundamental. As mudanças de ensino ocasionadas devido as transformações sociais e de multiferramentas, promovidas pela evolução tecnológica, oportunizaram o acesso a diferentes conhecimentos, com maior velocidade e até mesmo com maior amplitude, uma vez que a capacidade de armazenamento e conexões realizadas pelas redes é cada vez mais precisa. Isso, não mudou só aspectos de transmissão, mas aspectos culturais profundos começaram a se apresentar como modificados, como o valor do tempo em casa, com os filhos e o valor de estar longe de casa, praticamente, na mesma proporção. Enquanto outros, que se imaginava superados, voltaram com

uma força extraordinária, como pensamentos retrógrados, arbitrários, que estavam ficando restrito a nichos, tiveram seu auge, como o chamado “discurso do ódio”¹⁰. O Movimento¹¹ contra o Discurso do Ódio o define: “todas as formas de expressão que propagam, incitam, promovem ou justificam o ódio racial, a xenofobia, a homofobia, o antissemitismo e outras formas de ódio baseadas na intolerância”.

Thompson (2012, p. 119), ao questionar como o desenvolvimento dos meios de comunicação afetou os padrões de interação social, sugere uma *conscientização* de que esse desenvolvimento não consiste apenas em novas redes de transmissão de informação entre pessoas “cujas relações sociais básicas permanecem intactas”. Para o autor: “Mais do que isso, o desenvolvimento dos meios de comunicação cria novas formas de ação e de interação e novos tipos de relacionamentos sociais”. Ele indica três tipos de interação produzidas pelos meios de comunicação: a) Interação mediada: envolve a interrupção da ligação dos elementos de copresença: espacial-temporal; é preciso adaptação de comportamentos à nova situação; há uso outros meios de se orientar com relação a outras pessoas distantes; usa meios técnicos: papéis, fios elétricos, ondas eletromagnéticas, outras, que possibilitam transmissão de informação e conteúdo simbólico remotamente no espaço, no tempo; b) Interação face a face: contexto de copresença; partilhamento de mesmo referencial de espaço e tempo; tem caráter dialógico; uso de diferentes deixas simbólicas: fala, gestos, entonação, etc.; c) Quase-interação-mediada: relacionamentos sociais estabelecidos pelo uso de: livros, jornais, rádio, TV; mídia de massa; envolve tempo e espaço; está orientada a uma série indefinida de receptores potenciais (THOMPSON, 2012). Para uma melhor visualização de seus leitores, o autor gerou uma tabela, na qual apresenta semelhanças e diferenças dentre essas interações.

10 Leia mais em: <http://www.odionao.com.pt/>

11 O Movimento Contra o Discurso de Ódio – Jovens pelos Direitos Humanos online foi uma campanha do Sector de Juventude do Conselho da Europa, que decorreu até final de 2017, feita pelos jovens e com os jovens, online e offline. O Movimento continua. : <http://www.odionao.com.pt/>

Reprodução da Tabela 3.1 Tipos de Interação

Características interativas	Interação face a face	Interação mediada	Quase-interação-mediada
Espaço-tempo	Contexto de copresença; sistema referencial espaço temporal comum	Separação dos contextos; disponibilidade estendida no tempo e no espaço	Separação dos contextos; disponibilidade estendida no tempo e no espaço
Possibilidade de deixas simbólicas	Multiplicidade de deixas simbólicas	Limitação das possibilidades de deixas simbólicas	Limitação das possibilidades de deixas simbólicas
Orientação da atividade	Orientada para outros específicos	Orientada para outros específicos	Orientada para um número indefinido de receptores potenciais
Dialógica/monológica	Dialógica	Dialógica	Monológica

Fonte: Thompson (2021, p. 123).

Considerando suas observações e análises, pode-se classificar o uso das *lives*, como um tipo de interação mediada, porque há separação de contextos, com características de interação face a face, pois com o uso de som, imagem, legendas, traduções em libras, outros recursos de acessibilidade, pode dar acesso a uma multiplicidade de deixas simbólicas. O fato das *lives* estarem alocadas em redes sociais de amplo acesso, tais como *Facebook*, ou *YouTube*, amplia as possibilidades de interação, colocando mais um tipo em sua compreensão. As *lives* podem proporcionar também uma quase-interação-mediada, considerando suas possibilidades de disponibilização estendidas no tempo e no espaço, e, se anteriormente, essa classificação poderia ser monológica, com o aprimoramento dos canais de comunicação, que incluem serviços como *chat*, que permitem deixar comentários, dos quais os autores das *lives* são avisados, essa ferramenta passa a ser dialógica, criando um tempo entre os tempos, que não é hoje, ontem ou amanhã, é agora – o momento em que os autores das *lives*

recebem os comentários e interagem, ou não. Assim, a mediação dos conteúdos simbólicos pode ser acessada por qualquer um, em qualquer hora, pelos mais diferentes suportes. Talvez esse seja o segredo do seu sucesso.

Laplantine (2003, p. 67-72), ao comentar sobre os primeiros teóricos da Antropologia, aponta que ela estuda a humanidade: comportamento, origens, cultura, costumes, crenças, objetivando compreender como formou-se e tornou-se o que é, sua evolução, enquanto aspecto genérico/humano e enquanto aspecto singular/indivíduo. Nesse sentido, talvez essa forma de ver a humanidade possa ajudar a estudar também as *lives* e suas relações com o momento presente, pois, em seu resgate histórico, aponta que, para explicar a evolução cultural, os evolucionistas utilizavam uma abordagem que considerava que cada grupo humano teria se desenvolvido através de um caminho próprio, mas rejeitou pressupostos evolucionistas que identificavam as similaridades culturais como reflexos de causas básicas e implícitas, uma vez que acreditavam que a mente humana reagia semelhantemente quando confrontada com situações ambientais similares. Para ele, as similaridades culturais podem ser produto de diferentes fatores históricos, ambientais e psicológicos.

Em suas explicações, diz que Lévi-Strauss acreditava que independente do tempo, do espaço e também das circunstâncias, a lógica da mente humana faz com que ela trabalhe do mesmo modo, pois segundo ele a mente humana era programada. Traz também Durkheim, que, segundo Laplantine (2003,) julgava que a causa que determinava um fato social deveria ser buscada nos fatos sociais anteriores e não no estado da consciência individual. Entendia os fatos sociais como coisas que só poderiam ser explicadas se relacionadas a outros fatos sociais. O autor ainda menciona Mauss, que dizia que para entender um fenômeno social em sua totalidade era necessário observar o comportamento de seres em sua totalidade, sendo preciso enxergar a ação, o fenômeno tanto com uma visão de etnólogo, quanto com uma visão de ator social que vive a ação.

Assim, ao olhar a eclosão das *lives*, como fenômeno em expansão, pelo aspecto cultural, é possível considerar que a máquina e a tecnologia propiciaram à grande maioria da população do planeta, uma volta à convivência social, por uma estado de consciência social, psicológica,

não apenas individual, mas também coletiva, como uma comportamento totalista de necessidade animal de matilha, de manada, em pleno isolamento.

Como se pode observar, a questão da adaptação do ser humano em meio à pandemia, com as medidas de segurança e distanciamento social para diminuir a propagação do vírus, fez com que as pessoas buscassem meios alternativos para continuarem a realizar seus trabalhos como empregados, as empresas fazerem treinamento de pessoal, melhorar a credibilidade de seus produtos, aumentar suas vendas e atingir públicos maiores, o que mudou, não apenas a cultura social como um todo, mas interferiu no mercado e na cultura organizacional.

Pensando a situação pelo lado filosófico, no vídeo denominado “Paradigmas da Tecnologia da Educação” (2010), Mário Sérgio Cortella discorre sobre a necessidade da modernização da educação, uma vez que, para ele, naquele momento, ela era é um mecanismo necessário para o ensino. Contudo, o filósofo ressalta a importância de reconhecer os princípios e fundamentações das atividades práticas que se deseja ofertar, exemplificando em sua fala, como o método tradicional é eficiente como direcionamento de informações e conhecimentos, muitas vezes até mais preciso que de ferramentas como datashows e outras TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação)¹² visto que a troca é de humano para humano, de experimentação sob experiência. Nessa perspectiva, o autor relata que a utilização de ferramentas tecnológicas deve ocorrer de modo a aprimorar as práticas e atividades humanas, mas não de substituição, sendo necessário o cuidado para “não colocar a temática da digitalização como a única alternativa que nos ofereça sucesso”. Logo, sua principal provocação é pensar a docência a partir do aprimoramento e estudo de novas técnicas, sem dependê-las, mas como mecanismo de transformação dos atuais métodos e modelos de interesse à prática educativa.

12 “TIC - Tecnologias da informação e comunicação - conjunto de recursos tecnológicos integrados entre si, que proporcionam, por meio das funções de hardware, software e telecomunicações, a automação e comunicação dos processos de negócios, da pesquisa científica e de ensino e aprendizagem. Surgiu, no decorrer da história, no cenário da Terceira Revolução Industrial e foi gradualmente se desenvolvendo a partir da década de 70 e foi ganhando atenção sobretudo na década de 1990.” Fonte: Canal TI, 201. Disponível em: <https://www.canalti.com.br/tecnologia-da-informacao/tics-tecnologias-da-informacao-e-comunicacao/>

Dado o devido tempo histórico, praticamente 10 anos depois, no vídeo “Pandemia, Tecnologia e a Educação” (2021), no qual Cortella é entrevistado sobre sua atual situação de trabalho, e de suas noções sobre as condições da educação e do funcionamento do mercado de trabalho na situação pandêmica, é possível visualizar exatamente os levantamentos pontuados no vídeo anterior, visto que o filósofo retrata seu acometimento às redes como mecanismo de dar continuidade às suas aulas e palestras, servindo como ferramenta de base às temáticas trabalhadas por ele, ligadas à prática educativa. Esse uso da tecnologia, para fins já praticados antes, de outras formas, como palestras, fóruns, e outros, acaba ficando exatamente como uma mediação, nesse caso, não como uma transformação do ser e crer.

O *site* de compartilhamento de vídeos, *YouTube*, tem desempenhado papel fundamental nesse processo, disponibilizando vídeos enviados por seus usuários através da internet. A saber:

O termo vem do Inglês “*you*” que significa “você” e “*tube*” que significa “tubo” ou “canal”, mas é usado na gíria para designar “televisão”. Portanto, o significado do termo “youtube” poderia ser “**você transmite**” ou “**canal feito por você**”. [...]O site foi fundado em 2005 por Chad Hurley, Steve Chen e Jawed Karim. A ideia de criar o site surgiu devido a dificuldade que existia na época para partilhar vídeos na internet. Juntos eles criaram um site simples que em pouco tempo conseguiu um enorme sucesso. Em 2006 foi comprado pela empresa Google, por 1.65 bilhões de dólares. (SIGNIFICADOS¹³, atualizado em 27.jun.2021)¹⁴.

O *Facebook*, ambiente ainda muito usado, apesar de todas as outras variantes, abriu em seu ambiente espaço para *lives*, o que lhe garantiu, ainda mais espaço dentre as preferências dos internautas. Volpato (2021), ao divulgar um *ranking* das redes sociais mais usadas no Brasil e no mundo, em 2021, apontou que as 10 mais usadas são: “1. Facebook (130 mi¹⁵); 2. *YouTube* (127 mi)”; na sequência, ele aponta ainda: “3. WhatsApp (120

13 Fonte: “youtube” In Significados. Disponível em: <https://www.significados.com.br/youtube/> [consultado em 14 dez.2020, reconsulta em 26 out. 2021].

14 Fonte: “youtube” In Significados. Disponível em: <https://www.significados.com.br/youtube/> [consultado em 14 dez.2020].

15 Sigla mi significa milhões

mi); 4. Instagram (110 mi); 5. Facebook Messenger (77 mi); 6. LinkedIn (51 mi); 7. Pinterest (46 mi); 8. Twitter (17 mi); 9. TikTok (16 mi); 10. Snapchat (8,8 mi).” Não por acaso, Youtube e Facebook hospedam e permitem *lives* gratuitamente.

Facebook é uma rede social lançada em 2004. O Facebook foi fundado por Mark Zuckerberg, Eduardo Saverin, Andrew McCollum, Dustin Moskovitz e Chris Hughes, estudantes da Universidade Harvard. [...] O Facebook é gratuito para os usuários e gera receita proveniente de publicidade, incluindo banners e grupos patrocinados. Os usuários criam perfis que contêm fotos e listas de interesses pessoais, trocando mensagens privadas e públicas entre si e participantes de grupos de amigos. [...] O Facebook possui várias ferramentas, como o mural, que é um espaço na página de perfil do usuário que permite aos amigos postar mensagens para ele ver. (SIGNIFICADOS, publicado em: 30.jan.2014)¹⁶.

Segundo Volpato (2021), “O YouTube é a principal rede social de vídeos *on-line* da atualidade, com mais de 2,3 bilhões de usuários ativos e mais de 1 bilhão de horas de vídeos visualizados diariamente.” Sobre o Facebook, diz o autor:

O Facebook retomou o primeiro lugar no Brasil em 2020 e o manteve em 2021. O feito fica ainda mais expressivo quando consideramos que ele é dono de outras três redes sociais que estão no top 5 (Whats, Insta e Messenger). E, claro, segue sendo a mais utilizada pela população mundial: com mais de 2,85 bilhões de contas ativas – sendo 130 milhões delas brasileiras. (Volpato, 2021, s/p).

Praticamente jogado abruptamente dentro desse universo, devido a situação pandêmica, o ensino precisou se adaptar, bem como a prática metodológica dos profissionais educadores. Assim, sendo a tecnologia e a internet as maiores fontes de troca de informações e de comunicação, a saída mais prática foi torná-la uma ferramenta de estudo e de conexão educativa, algo existente, mas ainda não tão popularizado no país. Para que isso ocorresse, foi preciso que os estudantes começassem também um

¹⁶ Disponível em: <https://www.significados.com.br/facebook/#:~:text=Facebook%20%C3%A9%20uma%20rede%20social%20lan%C3%A7ada%20em%202004.&text=Este%20termo%20%C3%A9%20composto%20por,ser%20%22livro%20de%20caras%22>. Acesso em 26 out. 2021.

processo de “aprender como aprender”, estruturando melhor suas buscas e fontes para a construção de conhecimentos e à realização de trabalhos.

Em Aula Magna, intitulada “A emergência de uma educação digital de qualidade no pós-pandemia” realizada pela Uergs em junho de 2021, ministrada pelo professor José António Moreira da UAB / PORTUGAL, via *live* pelo *YouTube*, Moreira discorre ideais sobre como pensar a educação após o período pandêmico, levando em consideração as redes e tecnologias como ferramentas essenciais para a desenvoltura educativa dos processos de ensino-aprendizagens da atualidade e do futuro. Nessa perspectiva, Moreira afirma a necessidade de construir uma educação que não seja fadada à dicotomia de ensino a distância e de ensino presencial, mas atenta às necessidades de uma educação digital, que mescle as singularidades incluídas em ambas as esferas. Contudo, ressalta que é necessário maior estudo e análise de processos metodológicos e pedagógicos a serem exercidos, a fim de aprimorar o contato com tais ferramentas, uma vez que este na atual conjuntura ocorre de forma extrema e emergencial, não sendo bem traçadas suas capacidades de aprimoramento e formação positiva aos processos educacionais. Segundo Moreira, a educação digital não exclui o ensino de geografia física e nem favorece apenas os ambientes virtuais, mas se apropria dos diferentes espaços tecnológicos e trabalha a partir deles, em conjunto, permitindo maior amplitude sobre o que é o ato educativo e suas diferentes esferas para os alunos e profissionais. Todavia, isto só é possível a partir da capacitação dos professores, que se bem instruídos, proverão um ensino atento às questões digitais sem desconsiderar os aspectos humanos. Para isso, são apresentados quatro conceitos imprescindíveis para o aperfeiçoamento da desenvoltura de um ensino digital de qualidade, sendo eles: a redefinição, modificação, ampliação e substituição de técnicas e metodologias que devem ser experimentadas e analisadas quanto ao seu resultado de capacitação educativa. Diz que, para promover o desenvolvimento de um ecossistema de educação eficaz, são necessários investimentos em infraestrutura, e de formações específicas para a organização e administração de plataformas, além da criação de normas éticas que assegurem a regularidade e o retorno das aprendizagens. Além disso, Moreira ressalta a importância de promover modelos educacionais

baseados na colaboração humana, na qual a pedagogia e as metodologias educacionais construam e façam proveito das tecnologias e redes ao seu dispor.

Após esta rápida revisão conceitual, pode-se perceber que há muito mais dentro de cada palavra do que seu significado dicionarizado pode apresentar. É nessa busca, pela melhor forma de usar as palavras, as ferramentas e os espaços em interação, que estudo se constrói.

3. LIVES: Ensino mediado por tecnologia, com Renato Janine Ribeiro

As *lives* selecionadas para estudo no Projeto de Pesquisa, o Corpus, foram localizadas a partir de três conjuntos de tags¹⁷. No grupo que incluía as tags: ciência e tecnologia; COVID-19; ensino superior; universidades estaduais; evasão; retenção; matemática; *live*: foram selecionadas as de maior visualização dentre outubro de 2020 a outubro de 2021, três *lives*, dentre elas, a *live* selecionada para estudo nesse trabalho, que foi “Ensino mediado por tecnologia, com Renato Janine Ribeiro”, vídeo com 3,5 mil visualizações. Na busca, estava registrado como transmitido há 7 meses (em relação ao dia 16/01/2021), o que chegaria em julho de 2020, dentro do recorte temporal. Entretanto, no Card da capa do vídeo, consta a data 27/05, o que, apesar de não conferir com a busca, ainda está dentro da pesquisa. Está disponível no canal “Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ”, em: https://youtu.be/jcP6qO_ZdRQ. Renato Janine Ribeiro, ex-ministro da Educação e professor da Universidade de São Paulo (USP) foi o palestrante e a mediadora foi a coordenadora do Fórum, Profa. Tatiana Roque. O evento contou com a presença do vice-reitor Carlos Frederico Rocha. Segundo o canal, a transmissão foi simultânea no canal no *YouTube* e pelo *Facebook* do Fórum de Ciência e

17 As tags são palavras-chave descritivas que podem ser adicionadas aos vídeos para ajudar os espectadores a encontrar seu conteúdo. (...)As tags podem ser úteis se as pessoas geralmente escrevem errado ao pesquisar o conteúdo do seu vídeo. Caso contrário, a contribuição das tags na descoberta do seu vídeo será pequena. IN SUPORTE YOUTUBE. Como adicionar tags no no seu vídeo. Disponível em: <https://support.google.com/youtube/answer/146402> Acesso em 21 mar..2021.

Cultura da UFRJ.

Na *live*, o entrevistado aponta que, nesse momento pandêmico, o ensino tem “até uma grande vantagem de tempos atrás, que é a existência da internet”. Este é um grande fator que poderia perfeitamente não existir, se a Pandemia ocorresse há 20 anos. Segundo Ribeiro, hoje a maior parte está conectado na internet, a grande maioria da população brasileira, se não for pelo computador de mesa ou *laptop*, será *smartphone*. Esse, segundo ele, é muito utilizado pelos mais jovens, o que pode reduzir o impacto negativo, mas não diminui o tamanho do impacto. O entrevistado enfatiza que é preciso distinguir o que se está fazendo e chamando de Ensino Remoto da Educação a Distância, não é mesma coisa. A EaD é programada, diz Ribeiro, não é uma solução de emergência. Ele lembra que a palavra emergência não é sinônimo de urgência, urgência é pressa e emergência é risco de vida. Para o ex-ministro, a educação está numa solução de emergência, no limite de perder alguma coisa muito séria, muito grave, ou seja, na posição de emergência.

Para verificar os aspectos estruturais quanto ao uso da Tecnologia, na construção da *live*, foi criado um questionário no *Google Forms*, no qual havia perguntas que aferiram sobre a *live* de forma geral: a demonstração de conhecimento do conteúdo por parte dos palestrantes; a demonstração de conhecimento sobre Interação *on line*; o grau de conhecimento demonstrado pelos Cursistas, observando os comentários do *chat*; bem como, aspectos de Mediação dentro da *live* (dicas, quadros, instruções para resolver impasses tecnológicos, mediador no *chat*, tentando resolver questões apresentadas, tanto pelos palestrantes, quanto pelos internautas; uso de itens de acessibilidade (tais como libras, legendas, leitores de tela, descrição das imagens, por exemplo) apoiados livremente na Teoria de Mayer. Junqueira (2018, p. 71), ao comentar a Teoria de Mayer, que envolve as aprendizagens multimídias, enfatiza que:

A Teoria Cognitiva da Aprendizagem Multimídia, proposta pelo pesquisador Richard Mayer, estabeleceu diversos princípios para o desenvolvimento de conteúdos e produtos multimídia que tomam em consideração suas pesquisas sobre como as pessoas aprendem ao interagir com palavras e imagens e como isso interfere, positiva ou negativamente, com a atividade cognitiva do aprendiz, facilitando ou dificultando a

aprendizagem dos conteúdos apresentados no formato multimídia. (JUNQUEIRA, 2018, p. 71).

O autor aponta que tal teoria, baseia-se em uma tríade que procura reduzir o processamento cognitivo essencial e fomentar o processamento generativo.

Na pesquisa, por meio do formulário, esses princípios foram desmembrados em perguntas, nas quais apresentamos, a partir do preenchimento de respostas para estes questionamentos, a qualificação *da live* “Ensino mediado por Tecnologias, Alfabetização possível em tempos de Pandemia”, Canal da UFRJ, com canal no *Facebook/Instagram*: www.instagram.com/forum.ufrj (Palavras-chave: Pandemia; Ensino remoto; Educação; Tecnologias), ficou assim descrita:

A *live* usa tanto da tecnologia como da interação humana de forma positiva, pois o palestrante demonstra ter conhecimento do conteúdo ali abordado; o mediador/entrevistador intercala as ações de fala com a mediação do *chat*, o que se pode depreender de seu comentário sobre as pessoas estarem saudando o professor no *chat*; e também repassando as perguntas dos participantes, demonstrando uma interação muito rica nas trocas de experiências dos internautas e na busca de tentar resolver questões que se apresentem no decorrer da *live*, sejam elas expostas pelo palestrante ou pelos internautas.

Uma característica positiva observada, é a apresentação por um tradutor de libras. O ponto alto da *live* foi o estilo conversacional e respeitoso entre os participantes, que superou qualquer possível deficiência em termos de estratégia técnica de atração da atenção dos internautas.

Quando perguntado “Na sua opinião, no geral, a *live* cumpre o objetivo a que se destina” a maioria dos pesquisados responderam que “a *live* procura informar como caminhar a partir deste momento e como proceder com relação à educação”. Quanto à pergunta “Sob a ótica da transparência/políticas públicas/qualidade de informação: na sua opinião, no geral, o cidadão comum está sendo bem informado, de maneira clara e verdadeira com esta *live*”, concebemos que foi muito esclarecedora e falas de fácil entendimento, e sobre a ótica dos letramentos, sabe-se que uma grande parcela da população ainda não tem acesso ou ferramentas adequadas nem internet para acessar os conteúdos disponibilizados.

E, por último, “Sob a ótica dos letramentos: essa ferramenta auxilia no uso social da linguagem, proporcionando na prática o uso diversificado da língua portuguesa, para além de apenas seu conteúdo restrito?”, entendeu-se que sim, contudo, sabe-se que uma grande parcela da população ainda não tem acesso ou ferramentas adequadas nem internet para acessar os conteúdos disponibilizados.

Considerou-se que a ferramenta é usada em sua forma mais adequada, seguindo os princípios para o *design* de materiais educacionais multimídia (CLARK, R. C; MAYER, R. E. apud MATTAR, 2011), identificou-se a ausência de palavras, sons e imagens irrelevantes aos objetivos da aprendizagem, não há muitas legendas de animações narradas, e que o vídeo segue de forma contínua, sem cortes, não havendo indicação que o tema foi tratado em outra ocasião, e que há somente palavras faladas, sem imagens escritas e, finalmente, observou-se que foram usadas estratégias de comunicação visando mobilizações sociais, de forma dialógica.

A transformação da *live* em vídeo, por conta da gravação e da postagem no *YouTube*, foi considerada extremamente positiva em sua grande maioria e positiva em grande parte, uma vez que o vídeo facilita a transmissão do conteúdo, pois ilustra as situações próximas do real. O vídeo também permite o acesso por várias vezes, posteriormente, inclusive para aqueles que não puderam participar do Evento “ao vivo”.

Neste contexto, observou-se que a *live* promovida pelo Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ cumpre com o seu propósito, desenvolvendo uma conversa inteligente, fomentando ideias e soluções para problemas que podem ocorrer, ou que já ocorreram durante a pandemia, assim como, levantando possibilidades de procedimentos com relação à educação; discute o tema com propriedade pelos palestrantes, com atualidade e informações pertinentes, considerando o suporte do conjunto de mídias que o Fórum disponibiliza.

Considerações Finais

A pandemia global assolando a humanidade, o ano de 2020 mudou tudo, em termos de expectativas e modos de vida. Necessidade de tendências emergentes de educação e tecnologia e ainda compreender as

necessidades de seu público, colocar e mapear as lacunas de habilidades em primeiro plano é essencial para criar uma jornada de aprendizado bem-sucedida. Neste contexto, as *lives* e webinars apresentaram-se como formatos de interação e de estreitamento de relacionamentos.

A partir de nossos problemas de pesquisa, identificamos em estudo que as *lives* e webinars são ferramentas muito utilizadas, que abrangem uma diversidade de temáticas de interesse social, porque discutem os temas com propriedade pelos palestrantes, com atualidade e informações pertinentes, desenvolvendo uma conversa eficaz, trazendo ideias e soluções para problemas que podem ou já ocorreram, assim como, aproximam seu proponente com o público, o que pode se traduzir numa nova adaptação cultural da própria humanidade, haja vista a amplitude do fenômeno.

Nesse sentido, a *live* estudada trouxe como temas propostos: Ensino mediado por tecnologia, quanto aos alunos; múltiplas culturas e formas de aprendizagem, conscientização da população sobre como o Brasil funciona na prática; chamamento de atenção para a importância da ciência no enfrentamento da pandemia de COVID -19 e de suas implicações sociais. Nessa perspectiva, essas ferramentas são extremamente importantes na mediação e interação com a sociedade, e proporcionaram a continuidade dos debates que eram realizados de forma presencial, e puderam ir além, na ampliação do público simultâneo, para um público que tem acessado as gravações disponibilizadas em formato de vídeo nos canais do *YouTube*.

De modo conceitual, as *lives* e webinars são recursos, à medida que amadurecem, para as empresas, entidades e unidades escolares emergentes, fornecerem novos formatos interessantes de comunicação, que auxiliam nos processos de treinamento, capacitação e ensino-aprendizagem de novas metodologias, aplicativos, como redes de engajamento que incorporam novos conhecimentos, o que pode servir como um modelo cultural para colaboração futura.

Esta constatação pôde ser evidenciada nos comentários dos participantes, que obtiveram boas experiências com esse formato, em que os temas foram abordados de forma explicativa, apresentação de dados, mostraram uma linguagem abrangente, com explicações de maneira

simples, apresentando a estrutura das *lives* e webinars com *design* apropriado em termos de visual, de conteúdo, suporte e material de apoio disponibilizado para os internautas (docs em pdf, slides, explicações no vídeo e por escrito nos documentos indicados), utilizando diversos tipos de gêneros textuais, escritos, orais, em línguas, visuais (fotos, teatro), além do permanente diálogo dentre os palestrantes, que enriqueceram o aprendizado.

Isto posto, essas ferramentas envolvem uma comunicação clara, consistente e constante, que deve ser estabelecida e mantida pelos palestrantes/especialistas ou gestores, na qual é preciso estabelecer normas e dar recomendações para o bom uso de cada canal de comunicação disponível.

Tais ferramentas propiciaram relacionamentos fundamentais para encorajar a colaboração entre os participantes, mesmo que estejam geograficamente dispersos. Já existe, portanto, uma experiência proporcionada pelas *lives* e webinars, que pode ser identificada e replicada para garantir um modelo possível/alternativo de trabalho remoto, sobretudo na educação, e possa ser mais facilmente adaptado e integrado às vidas das pessoas e com vistas a produzir subsídios para qualificar os serviços prestados ao público via *web*.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm Acesso em mar. 2020.

CLARK, R. C; MAYER, R. E. **E-Learning and the Science of Instruction: Proven Guidelines for Consumers and Designers of Multimedia Learning.** 3rd Edition, Pfeiffer, 2011 (Kindle Edition). Resenha de João Mattar. Bibliografia básica do curso Multimedia. Cf. o Sumário detalhado. Disponível em: <http://joaomattar.com/blog/2012/01/28/e-learning-and-the-science-of-instruction/> Acesso em: out. 2020.

CORTELLA, M.S. **Paradigmas da tecnologia na educação,** 2010. Disponível em: <https://youtu.be/VJbouCuoJKk> Acesso em out.2021.

CORTELLA, M.S. **Pandemia, tecnologia e a educação,** 2020. Disponível em: <https://youtu.be/HMnyrikZ09E> Acesso em out. 2021.

DEFLEUR, M. L. **Teorias da Comunicação de Massa**. Melvin L. Defleur e Sandra Ball-Rokeach. tradução da 5ª edição norte-americana, Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar ed. 1993.

JUNQUEIRA, E. S. Teorias da Aprendizagem na EAD. *In*: JUNQUEIRA, Eduardo S. **Tutores em EAD: Teorias e Práticas**. 1. ed Fortaleza: Dummar, 2018. cap.3, p.65-80.

LAPLANTINE. F. **Aprender antropologia**. François Laplantine; tradução Marie-Agnês Chauvel; prefácio Maria Isaura Pereira Queiroz. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MOREIRA. J.A. **Aula Magna: A Emergência de uma Educação Digital de Qualidade no Pós-Pandemia**. Ministrante: prof. José Antônio Moreira (UAB - Portugal). Mediador: prof. Elizandro Max Borba (UERGS) *In Uergs*. Disponível em: <https://youtu.be/7hHyrKTU4uc> Acesso em 21 jun. 2021.

SILVA, A. C. M. et al. Lives e Sindicatos: mediação social durante a pandemia. *In*: SILVEIRA, E.L.; SANTANA, W.K.F. (Orgs.). **Educação e Múltiplas Linguagens: olhares Transdisciplinares**. Vol. 2. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. Disponível em: <https://pedrojoaoeditores.com.br/site/educacao-e-multiplas-linguagens-olhares-transdisciplinares-vol-2/> out. 2021.

SILVA, D. S. da C. ; SANTOS, M. B. dos; SOARES, M. J. N.. Impactos causados pela covid-19: um estudo preliminar. **Revbea**, São Paulo, v. 15, n. 4:128-147, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/10722/7857> . Acesso em: 04 fev. 2021.

THOMPSON, J.B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão. Revisão da Tradução: Leonardo Avritzer. 13.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

VOLPATO. B. Ranking: as redes sociais mais usadas no Brasil e no mundo em 2021, com insights e materiais gratuitos. **Resultados Digitais**. Publicado em 24 de agosto de 2021. Disponível em: <https://resultadosdigitais.com.br/blog/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/> Acessado em 20 out. 2021.

A PANDEMIA E O REFORÇO À EXCLUSÃO PEDAGÓGICA DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA

Márcia Raimunda de Jesus Moreira da Silva¹

Francisca Monteiro da Silva Perez²

Orleane Oliveira Jambeiro³

José Antonio Ribeiro de Moura⁴

Introdução

A inclusão social é um fenômeno que propicia o surgimento de

-
- 1 Mestranda em educação ambiental. Especialista em Educação Especial (UEFS); Analista Universitária /UNEB. Especialista em AEE (UNESP); Professora da Educação Básica de AEE. Pedagoga (UNEB); Membro do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão /NAI / UNEB. Membro do Grupo de Pesquisa em Linguagens, Tecnologias e Políticas Públicas. (GPLTPP – UERGS/RS). <http://lattes.cnpq.br/0926611137256209>. marajesu@gmail.com.
 - 2 Mestra em educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Especialista em Psicopedagogia pela Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ) e Graduada, com Licenciatura em Pedagogia e Bacharelado em Administração, pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Psicopedagoga CAPS III. Membro do Grupo de Pesquisa em Linguagens, Tecnologias e Políticas Públicas. (GPLTPP – UERGS/RS).<http://lattes.cnpq.br/8162692285398542>. francimonte@gmail.com.
 - 3 Mestranda em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA). Especialista em Gestão de Organizações Educacionais (UNEB). Graduada em Letras, Professora da Educação Básica e EJA. Supervisora do PIBID e Membro do Grupo de Pesquisa Linguagens, Tecnologias e Políticas Públicas (GPLTPP – UERGS/RS). Membro individual da ABED - Associação Brasileira de Educação a Distância. <http://lattes.cnpq.br/1989136734894259> <https://orcid.org/0000-0003-0492-6671>. jambeiroorleane@gmail.com.
 - 4 Doutor em Diversidade e Inclusão pela Universidade Feevale. Mestre em Administração Universidade Metodista/SP. Docente Superior da Universidade Feevale/RS. Membro individual da ABED - Associação Brasileira de Educação a Distância. Membro do Grupo de Pesquisa em Linguagens, Tecnologias e Políticas Públicas. (GPLTPP – UerGS/RS). CV: <http://lattes.cnpq.br/7485615451216168> e-mail: mourareis@uol.com.br.

uma nova sociedade através de leves e profundas modificações nos ambientes físicos e na mentalidade de todas pessoas, inclusive das pessoas com deficiência. A inclusão social constitui, então, “um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades a todos” (SASSAKI, 1997, p.3).

No Brasil o discurso da inclusão social quer ser expressão de uma mudança de paradigma, na direção do reconhecimento da pluralidade e das diferenças, como parte das situações de exclusão vigentes e das diferenças, como parte das situações de exclusão vigentes e das soluções para elas, mas tende a inscrever tal mudança no contexto da “generosidade” da cultura brasileira para com o outro, fazendo crer que o problema é fundamentalmente econômico e seu enfrentamento será apenas facilitado pelo recrutamento político da cultura.

Concebemos que não existe exclusão. Os problemas estão na inclusão (re-inclusão) e, portanto, não há o que se poderia chamar de exclusão. Chamam-se de exclusão dos modos e dos problemas de uma inclusão precária e instável, marginal, daqueles que estão alcançados pela nova desigualdade social. A fetichização conceitual da exclusão. O problema da exclusão tornou-se visível nos últimos anos, porque começa a demorar muito a inclusão.

Baquero (2013) propõe que ao invés de reprimir, conter ou atender de maneira assistencialista os grupos socialmente vulneráveis é preciso propor políticas de mobilização desses grupos populacionais utilizando suas vontades, iniciativas, criatividade e capacidade de inovação.

Contudo, com as novas mudanças imprimidas pelo momento pandêmico vivenciado por toda sociedade e os mais diversos segmentos, incluindo o educativo, percebe-se com maior clareza que a exclusão tornou-se uma ferramenta que alcançou com maior força aos estudantes em situação de vulnerabilidade social e os com deficiência devido, sobretudo, à dificuldade em manejar ou possuir tecnologias educacionais, a realização de mediação pedagógica ou a existência de alternativas pedagógicas atentas às suas condições educacionais.

Objetivos

Objetivo: dar visibilidade ao desconforto, exclusão e retrocesso

que vem sendo perpetrado a esta parcela estudantil carentes de efetivas políticas públicas educacionais, neste momento pandêmico, buscando compreender como a educação tem alcançado estes alunos, o uso de tecnologias educacionais, principalmente a tecnologia assistiva e como está sendo desenvolvida a mediação pedagógica para a aprendizagem do mesmo

Desenvolvimento

Na LDB de 1996, em decorrência dos inúmeros debates a respeito da inclusão ou não do termo sistema nacional de ensino, esse termo acabou por não figurar. Como vimos, no que diz respeito à organização da educação nacional, estabeleceu-se apenas o que cabe à União: - Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

A inclusão escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais ou deficiência é um desafio porque confronta o (pretensão) sistema escolar homogêneo com uma heterogeneidade inusitada, a heterogeneidade dos alunos com condições de aprendizagem muito diversas. E isto inquieta e desafia os professores em geral.

A questão central que deve ser problematizada e não escamoteada, portanto, é a inclusão feita de forma marginal, insuficiente e limitada e que produz processos excludentes e que configuram uma “nova” desigualdade. Nesse sentido, a maneira pela qual algumas sociedades produzem inclusão se apresenta de modo insatisfatório, uma vez que a exclusão se tornou um modelo de vida dessas sociedades.

Neste contexto, a sociedade precisa discutir as formas de inclusão, o preço moral e social da inclusão, pois vivemos em uma sociedade degradante que nem sempre faz questão de perceber os excluídos. O que a sociedade capitalista propõe hoje aos chamados excluídos está nas formas crescentemente perversas de inclusão, na degradação da pessoa e na desvalorização do trabalho como meio de inserção digna na sociedade.

Trata-se da forma de inclusão “daqueles que estão sendo alcançados pela nova desigualdade social produzida pelas grandes transformações econômicas e para os quais não há, senão, na sociedade, lugares residuais” (MARTINS, 2002, p. 26). As análises de Martins referenciam

a produção crítica da área de educação que observa está na sua relação com os processos de “inclusão excludente”.

Outros autores que ressaltam a situação da exclusão, mas já sem a capacidade de causar indignação porque já passamos a vê-la de maneira “naturalizada” são Gentili e Alencar (2001), onde a perda de um pé de sapato, em um menino de classe média, para quem vê o pé descalço, incomoda, chama a atenção para a perda do sapato por quem carrega a criança, mas não conseguem ver os dois pés descalços de pessoas excluídas social, educacional e economicamente desprovidos.

Como é sabido, no início da pandemia com o fechamento das escolas, os professores de forma geral tiveram que se reinventar enquanto profissionais da educação para conseguirem continuar proporcionando ensino/aprendizagem aos alunos e garantia de direitos educacionais, mesmo não contando, pelo menos, com recursos eletrônicos e formação continuada apropriados.

Os desdobramentos que aconteceram a partir dessa situação excepcional foram várias, por exemplo: estudantes sem conexão com a internet, sem computadores, sem tecnologia assistiva, desmotivação, doenças físicas e mentais, medo, desânimo, dificuldades para se adaptar às aulas, dificuldades para produzir e apresentar aulas online, dúvidas sobre como envolver os alunos nas aulas, dúvidas de como avaliar, como realizar a mediação pedagógica entre outros.

Os professores que trabalham em turmas que têm alunos com alguma deficiência são muito mais desafiados, pois é necessário pensar em várias outras questões, como, formas de se comunicar com eles, como apresentar os conteúdos de forma acessível, como realizar a mediação pedagógica e, agora tecnológica, dependendo da deficiência do aluno com grandes impactos sobre a prática pedagógica.

Segundo, Florence Bauer, que representa a Unicef⁵ no Brasil “as meninas e os meninos sem acesso à internet em casa são aqueles que mais sofrerão os impactos sociais da pandemia, incluindo o aumento da desigualdade no acesso a direitos fundamentais, como educação, saúde,

5 O Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância é um órgão das Nações Unidas que tem como objetivo promover a defesa dos direitos das crianças, ajudar a dar resposta às suas necessidades e contribuir para o seu desenvolvimento criando condições duradouras.

proteção e participação” (ONU BRASIL, 2020, s/p).

Nessas condições atípicas de educação, todos, família, escola, professores e aluno se sentem ansiosos, inseguros e se questionam com relação ao processo de ensino/aprendizagem. Neste sentido, a inclusão das crianças no ensino fundamental requer diálogo entre educação infantil e ensino fundamental, diálogo institucional e pedagógico, dentro da escola e entre as escolas, com alternativas curriculares claras.

O papel da escola consiste em colocar o conhecimento nas mãos dos excluídos de forma crítica, porque, a pobreza política produz pobreza econômica. “Ninguém ignora tudo, ninguém sabe tudo”, dizia Freire. Ninguém é ignorante de tudo, mas o “analfabeto político” não consegue entender as causas da sua pobreza econômica. Por isso Paulo Freire associava alfabetização e politização. A pedagogia neoliberal é uma pedagogia da exclusão justamente porque reduz o pedagógico ao estritamente pedagógico, buscando retirar da pedagogia a sua essência política. A pedagogia da esperança é o oposto da pedagogia da exclusão. Ensinar é inserir-se na história: não é só estar na sala de aula, mas num imaginário político mais amplo.

Enquanto teoria da prática educativa, a pedagogia nos remete à necessidade de tentar buscar elementos que nos auxiliem na compreensão dos fatores e intencionalidades que fundamentam e orientam a prática educativa. Neste contexto, torna-se imperativo o estudo das teorias educacionais, as quais podem surgir de determinada tendência ou conjunto de ideias pedagógicas articuladas, assim como podem gerar novas tendências ou concepções educacionais.

As concepções ou ideias pedagógicas têm basicamente sua origem em movimentos sociais, filosóficos e antropológicos em determinados momentos da história humana e terminam assim por influenciar as práticas pedagógicas associadas às expectativas da sociedade nos diferentes contextos nos quais foram produzidas.

Ou seja, o estudo das teorias educacionais, mais do que possibilitar um conhecimento teórico sobre a educação, contribui para a constituição em nós, educadores, de uma postura que permeia toda a prática profissional.

Neste seguimento, concordamos com o educador e pesquisador José Carlos Libâneo (1990) quando considera que é conhecendo a teoria

que sustenta a sua prática que o educador pode desejar e fazer a sua transformação em direção à conscientização e à consequente liberação de condicionantes sociais, tornando o processo de ensino-aprendizagem efetivamente significativo tanto para o educador como para o educando. A prática escolar é fruto das condições pedagógicas, históricas e socio-políticas que estão presentes e asseguram a concretização do trabalho docente

Os professores buscam saídas para não deixar nenhum aluno para trás, apesar de enfrentarem muitas dúvidas de como proceder em algumas situações como, o pouco ou nenhum engajamento dos pais com relação a aprendizagem dos filhos, ou por não conseguirem contribuir, por falta de estrutura tecnológica, espaço adequado ou ainda por não acreditarem que conseguirão obter êxito pelo grande desafio que enfrentam e também pela falta de experiência ou formação em educação.

Muito mais importante do que insistir com os pais para que os alunos participem das aulas e atividades nessas situações, seria se dispor a ouvir esses pais ou responsáveis, na tentativa de saber e registrar as dificuldades existentes e encontrar possibilidades e fortalecimento dos vínculos com a escola para que ela seja presente na vida desses alunos e possa lhes dar garantias efetivas de pertencimento, de acesso e de aprendizagem, mas conforme relato de uma mãe “Por mais que os pais busquem informações e que a escola se esforce para realizar a orientação à família, não se compara ao olhar e à atuação do professor no processo de ensino” (CASTELLANI, 2021)

Esses alunos podem não está realizando as atividades por não terem acesso a elas, apesar do professor disponibilizar, pois geralmente são alunos mais assistidos com a colaboração da professora do AEE⁶ e não da professora da turma. O profissional de AEE assiste aos alunos para que eles possam viver, aprender e conviver na escola, com igualdade de oportunidade e segurança necessárias. Durante esse período de pandemia é importante o trabalho de colaboração e parceria entre o professor da sala de aula e esse profissional, favorecendo a interlocução e o alinhamento do trabalho desses profissionais.

O apoio entre eles irá favorecer uma melhor articulação para

6 Atendimento Educacional Especializado.

criação de recursos pedagógicos acessíveis como também o planejamento de atividades que sejam inclusivas para todos os alunos da turma, outro ponto importante a ser considerado é como estão acontecendo, se estão, as aulas de AEE, durante esse período de pandemia, considerando algumas particularidades, como os alunos que se comunicam por meio da LIBRAS⁷, BRAILLE⁸, ou aqueles que dependem de tecnologia assistiva para realizarem as atividades em casa. Esses alunos, mesmo que tenham deficiência igual, tem necessidades e potencialidades diferentes, percorreram um caminho que correrá o risco de retroceder se não houver continuidade do trabalho pedagógico individualizado e contínuo.

Pesquisas recentes como, (MASCARO, 2017; REDIG, 2014; entre outras), sinalizam que nem as instituições de ensino comuns nem as ditas inclusivas, sequer as especializadas, dispõem de meios ou recursos pedagógicos e de acessibilidade que possam colaborar com a inclusão desses indivíduos nas diversas condições da vida, como, escolar, social, trabalho.

De acordo com as diretrizes de orientações (PARECER CNE/CP Nº: 5/2020), aprovada pelo conselho nacional de educação em 28 de abril de 2020, que direcionam como o ensino deve acontecer durante a pandemia do coronavírus, (BRASIL, 2020, p. 14-15)

As atividades pedagógicas não presenciais aplicam-se aos alunos de todos os níveis, etapas e modalidades educacionais. Portanto, é extensivo àqueles submetidos a regimes especiais de ensino, entre os quais os que apresentam altas habilidades/superdotação, deficiência e Transtorno do Espectro Autista (TEA), atendidos pela modalidade de Educação Especial.

[...]

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve também ser garantido no período de emergência, mobilizado e orientado por professores regentes e especializados, em articulação com as famílias para a organização das atividades pedagógicas não presenciais a serem realizadas.

Infelizmente, as orientações, teoricamente estão para dar o norte do trabalho pedagógico a ser concretizado, mas na prática, ainda encontra-se muito distante do almejado/realizado, isto porque, se ao professor

7 Língua Brasileira de Sinais.

8 Sistema de escrita tátil utilizado por pessoas cegas ou com baixa visão

formado para tal atuação junto ao estudante com deficiência a função envolve dificuldades e supõe-se que houve treinamento/formação continuada, o mesmo não se pode dizer do professor da sala regular (grande maioria sem formação) ou dos pais e responsáveis sobre quem recaiu com maior impacto o trabalho de acompanhamento desta aprendizagem.

Desta forma, as reclamações de acordo aos achados desta pesquisa na produção do artigo se estende a um conjunto de elementos que dificultam a aprendizagem visto que geralmente a tecnologia assistiva que ele tinha acesso na sala de recursos, de maneira presencial, pode não estar fazendo parte do seu cotidiano pedagógico, para a grande maioria, considerando que o espaço escolar transferiu-se para o espaço doméstico e, a mediação pedagógica realizada, por dois professores, ficou restrito aos familiares sem formação para tal exercício.

Dentre as dificuldades enfrentadas por familiares está a ociosidade presente na vida dos estudantes com deficiência, pois trocaram a rotina escolar e o convívio com seus pares, por uma aprendizagem solitária, muitas das quais sem mediação, conforme depoimento de uma professora pesquisadora e de uma mãe:

Inclusão educacional implica conviver. Tanto as pessoas com deficiência quanto as que não têm condição de deficiência precisam conviver porque isso é um fator de facilitação do processo de inclusão. E elas não estão tendo oportunidade de interagir, trocar. (LEITÃO, 2021)

Meu filho fica ocioso em quase todo o horário que deveria estar na escola. Esse tempo, na maioria das vezes, ocasiona comportamentos inadequados, fica ainda mais sozinho e não busca outras pessoas da família para interagir ou brincar. (CASTELLANI, 2021).

A entrega de material impresso pode não ter tanta contribuição para sua aprendizagem, quando tratar-se de fato isolado, pois muitas vezes eles precisam de fazer uso de tecnologia assistiva, de mediação pedagógica e tecnológica confirmando a necessidade de acessibilidade, para não haver, sobretudo, um grande retrocesso a partir da alteração de aula presencial para a modalidade de ensino remoto.

Desta forma, o diálogo constante, o planejamento em conjunto, as orientações aos pais ou responsáveis precisam estar alinhadas, pois em condições consideradas normais, a comunicação entre professor da sala

comum, professor de AEE, família e escola já são difíceis, por diversos fatores, participação colaborativa entre família e profissionais da escola, entre outras, nesse momento de pandemia os distanciamentos que muitas vezes já existiam passaram a ser maiores.

Pensar em inclusão nas mais diversas perspectivas, seja educacional, social ou de trabalho, significa interação, suporte, acessibilidade, parcerias, seja com professores ou pais ou alunos, se não for assim, não estaremos proporcionando inclusão, nem realizando práticas inclusivas. Cabe destacar que a maioria das barreiras que impedem a locomoção e, portanto, a participação efetiva do estudante com deficiência nas atividades comuns diárias é construída pelo próprio homem.

Desta maneira, é urgente que o público com deficiência também tenha o direito de participar da sociedade em toda sua plenitude com direito de exercer seus diversos papéis e funções sociais. No entanto, é essencial que os suportes disponibilizados possam oferecer meios para que eles vençam os desafios impostos e consigam transpor, em alguns casos, o estigma de incapacidade que carregam. Neste contexto educacional para Padilha e Oliveira (2013), é importante que o termo direito seja pautado na dignidade humana é entendido como parte da luta social por uma sociedade mais justa.

Quando se questiona sobre de onde virá a liderança para conduzir as mudanças necessárias ao desenvolvimento da educação a distância, pelo que se tem visto, realmente, ela virá do percurso. A Covid-19 exigiu separação, mas as convicções dos educadores e dos educandos os deixaram próximos em ações, reflexões e atitudes educacionais. É necessária a participação de todos nesse processo: do professor, da família, da coordenação pedagógica e, principalmente, dos órgãos governamentais. Para se ter uma educação inclusiva, é necessário que:

[...] a inclusão esteja presente na conjuntura do desenvolvimento da escola, permeando todas as políticas, de forma que estas aumentem a participação e a aprendizagem de todos os alunos. O paradigma educacional atual demanda políticas educacionais que contemplem os anseios exigidos nas diversas áreas da educação. Nesse contexto, a implantação das políticas públicas de educação inclusiva no âmbito educacional é relevante, pois contribui efetivamente com uma educação que fará a diferença (SILVA; SANTOS, 2014, p. 216).

O professor deixa de ser visto como agente exclusivo de informação e formação dos alunos, uma vez que as interações estabelecidas entre as crianças também têm um papel fundamental na promoção de avanços no desenvolvimento individual.

Acreditamos que uma escola inclusiva precisa conscientizar seu corpo docente da relevância do momento que estamos vivendo e o quanto isso mudará os modelos de educação tradicionais. Os pais, alunos, professores e equipe pedagógica precisam trabalhar conjuntamente. Buscar parcerias com universidades é uma possibilidade de auxílio para todos os envolvidos no processo. E a escola é um excelente local para isso, pois, no Brasil, ela necessita de muito suporte, porque muitas estão com problemas de infraestrutura física.

A pandemia da Covid-19 descortinou os desafios e tensões enfrentados pela educação na contemporaneidade. Falta de investimentos, exclusão digital, currículos engessados e práticas pedagógicas descontextualizadas são alguns dos problemas vivenciados pelo sistema educacional brasileiro há anos. A necessidade de distanciamento social iniciou uma corrida para dar conta das novas demandas educacionais e para manter a rotina e o cronograma escolar. Formou-se, então, um cenário de tentativa e erro que tornou urgente repensarmos a educação e resignificarmos o fazer pedagógico, para além da frágil transferência de práticas presenciais de ensino para a sala de aula virtual. As incongruências do sistema de ensino brasileiro e a necessidade de reinventar os modos de ensinar e aprender de forma que o presencial e o virtual se imbricam. Para que se torne efetiva, precisarão dispor de redes de apoio que complementam o trabalho do professor - a formação docente que contemple os aspectos tecnológicos e pedagógicos da educação, visando contribuir para que educadores possam atuar como articuladores ao desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem apoiado pelas tecnologias digitais. Porque os equipamentos tecnológicos podem ser os melhores e mais potentes, mas só funcionarão se o professor tiver condições de atuar como provedor de conhecimento e mediador, num processo colaborativo e interativo, de modo a potencializar e a diversificar as tecnologias digitais para o ensino e a aprendizagem. Atualmente, as redes de apoio existentes são compostas pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE) e pelos profissionais da educação especial (intérprete, professor de

Braille, etc) da saúde e da família.

O processo de inclusão escolar não é um processo fácil, principalmente em um país onde os professores são desvalorizados e as boas políticas públicas não são efetivadas. Mas a inclusão escolar é um movimento sem volta.

Materiais e métodos

O trabalho desenvolvido utilizou como metodologia a Pesquisa Bibliográfica, para atingir aos objetivos propostos neste momento pandêmico obedecendo ao distanciamento físico imposto pelas políticas sanitárias, para não sermos mais um número na escala de mortes que o Brasil atravessa. Os autores, todos professores com atuação na educação básica e na superior, permanecem em trabalho na modalidade remota e sentiram a necessidade de falar do “lugar que ocupam” e das inquietudes da prática.

O artigo foi escrito com o suporte de publicações científicas e oficiais, consultas a sites e blogs especializados, reportagens e observando os depoimentos de pais e responsáveis para com a situação de exclusão dos estudantes com deficiência “incluídos” na educação básica ou superior, sem os devidos recursos de acessibilidade, orientações e mediações pedagógicas e tecnológicas além de leituras de outros materiais científicos divulgados.

A escrita do artigo, realizado a quatro mãos trouxe momentos riquíssimos tanto na fase de pesquisa, quanto no momento da escrita mediada pela tecnologia da comunicação, pelo uso da plataforma Google Drive, onde a produção do artigo - apesar dos autores residirem em regiões remotas, apresentou um quadro teórico harmonioso e uniforme, posto que a prática docente e a formação crítica reflexiva, permeou essa construção.

Resultados e discussões

Inferimos das pesquisas realizadas, das “escutas sensíveis” nos “corredores” e “salas de atividades complementares” digitais dessa nova modalidade de educação, que apesar de contínuos esforços pela categoria docente, a aprendizagem do estudante com deficiência vai muito além de entrega de atividades. É necessário mediação pedagógica, suporte tecnológico, tecnologia assistiva e principalmente, a convivência com outros, a

interação, a brincadeira.

É necessário a construção de práticas pedagógicas, recursos didáticos, formação contínua e políticas públicas educacionais que contemplem a inclusão de fato e de direito do estudante com deficiência, que supere o discurso de quem ocupa cargos políticos, mas desconhece o fazer pedagógico do professor e do estudante.

A atuação vai muito além de “estudante com deficiência atrapalha”. Vai muito além de existir um estudante com deficiência ou necessidade educacional. É preciso conhecer cada um, mesmo com igualdade de deficiência. Precisamos construir olhares, práticas e possibilidades de inclusão e mediação tecnológica. Da forma que está, não existe inclusão, pois para esse estudante, a pandemia significou não apenas o avanço na sua aprendizagem, mas muitas vezes o seu retrocesso, pois é necessário o suporte da saúde e do serviço social, ausentes neste período pandêmico.

Ao apontar a situação de seus filhos, os pais e responsáveis estão cobrando de cada autoridade gestora a responsabilidade por fazer a inclusão de acordo a necessidade desse educando e com os devidos suportes. Não é o discurso de inclusão que a faz, mas sua prática, sua mediação, o planejamento, a escola que tem em seu projeto pedagógico a inclusão em pauta. Os pais precisam de suporte, os professores de formação e formação continuada, além de não terem formação pedagógica, muitos não tem nem equipamentos.

As pesquisas realizadas apontam que a situação de exclusão não se atém a uma determinada região, mas é em todo o Brasil, estando em maior presença aos que são economicamente desfavoráveis. Assim, este artigo não deve servir como veículo de fomento à desesperança, mas uma voz em meio aos silêncios das perdas e do não saber fazer. É um momento de visibilização da situação em que se encontra o estudante com deficiência. Já basta de não terem voz, é preciso ter vez. Assim, entendemos que as denúncias darão suporte à construção de novas realidades, inclusive para os familiares desses sujeitos.

Que todos busquem, cobrem, façam e tornem a luta de cada um, como se fosse a luta de todos e de todas os que se encontram à margem da sociedade e da educação, e somente desta forma, teremos melhorias nos avanços das políticas de educação inclusiva, onde não permitiremos retrocessos.

Conclusões

Os resultados alcançados apontam um massacre pedagógico escancarado para com estes estudantes, bem como uma grande lacuna na formação continuada e o importante papel que os pais podem desenvolver junto aos seus filhos com deficiência. A boa notícia é que graças a essa política já se podem acompanhar excelentes resultados de pessoas com deficiência que hoje já conseguiram ingressar nas universidades e encontram-se no mercado de trabalho.

(IN)Conclusões

Área carente de recursos educacionais, tecnologias educacionais e assistiva somados a necessidade de investimentos financeiros maciços na formação docente, sobretudo para construção de práticas pedagógicas inclusivas para que o estudante seja protagonista da sua própria aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BAQUERO, Marcello. **Qual a Democracia para a América Latina?** Porto Alegre: UFRGS, 2013.

BRASIL. **Diretrizes para orientar escolas da educação básica e instituições de ensino superior durante a pandemia do coronavírus.** 2020. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_PAR_CNECPN52020.pdf. Acesso em: 28 ago. 2021.

Entrevista concedida à Assessoria de Comunicação (Ascom) pela professora Obdália Ferraz, líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Multiletramentos, Educação e Tecnologias (Geplet), vinculado aos programas de pós-graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC) e em Educação e Diversidade (Mped) da UNEB.

CASTELLANI, Marcíria. Inclusão on-line: os desafios educacionais dos alunos especiais. **Correio Braziliense**, Brasília, 02/05/2021. Sessão Especial. Disponível em: <https://tecnoblog.net/247956/referencia-site-abnt-artigos/>. Acesso em: 12/10/2021.

FERRAZ, Obdália. **Assessoria de Comunicação (ASCOM)**, líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Multiletramentos, Educação e Tecnologias (Geplet), vinculado aos programas de pós-graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC) e em Educação e Diversidade

(Mped) da UNEB.

GENTILI, Pablo; ALENCAR, Chico. **Educar na Esperança em Tempos De Desencanto**. Petrópolis: Vozes, 2001.

LEITÃO, Vanda Magalhães. Educação de estudantes com deficiência é desafio para comunidade escolar na pandemia. **Diário do Nordeste**, Ceará, 27/04/2021. Sessão Especial. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/educacao-de-estudantes-com-deficiencia-e-desafio-para-comunidade-escolar-na-pandemia-1.3077963/>. Acesso em: 12/10/2021.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da Escola Pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1990.

MASCARO, C. A. A. de C. **O atendimento pedagógico na sala de recursos sob o viés do plano educacional individualizado para o aluno com deficiência intelectual**: um estudo de caso. 2017. 152 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

ONU BRASIL. UNICEF: **garantir acesso de crianças vulneráveis à Internet é essencial na resposta à COVID-19**. 2020, online. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/unicef-garantiracesso-de-criancas-vulneraveis-a-internet-e-essencial-na-resposta-a-covid-19/amp/>. Acesso em: 28 ago. 2021.

PADILHA, A. M. L. OLIVEIRA, I. M. Inclusão escolar, diversidade e desigualdades sociais. In: _____. (Orgs.). **Educação para todos**. As muitas faces da inclusão escolar. Campinas: Papyrus Editora, 2013. p. 17-57.

SILVA, M. M. da S.; SANTOS, A. P. dos. **Educação inclusiva: considerações sobre políticas públicas e formação de professores**. In: RAHME, M. M. F. FRANCO, M. A. M. DULCI, L. C. (Orgs.). Formação e políticas públicas na educação: tecnologias, aprendizagem, diversidade e inclusão. Jundiaí: Paco, 2014. p.216-250.

EDUCAÇÃO, INFÂNCIAS E O CAMPO: PROPOSTAS E REFLEXÕES PEDAGÓGICAS EM TEMPOS PANDÊMICOS

Maria José dos Santos¹

Meridelma Araújo de Barros Quitino²

Alison Douglas Lima da Silva³

Josélia Nascimento da Silva⁴

Anne Karolynne Mendonça da Silva⁵

Cícero Alberto Ferreira Silva⁶

Introdução

Devido ao cenário atual, em que a sociedade mundial vem enfrentando a disseminação comunitária da Covid-19 em todos os continentes, caracterizado como pandemia, os estados e municípios foram levados

-
- 1 Especialista em Psicopedagogia Institucional – UNOPAR; Técnica da Educação do Campo – SEMED – São Luís do Quitunde -AL, BRAZIL, E-mail: maria30p-psicopedagoga@hotmail.com.
 - 2 Pedagoga – Universidade Federal de Alagoas/UFAL - Técnica da Educação da Educação Infantil – SEMED – São Luís do Quitunde -AL, BRAZIL, E-mail:meredelma82@hotmail.com.
 - 3 ORCID:<https://orcid.org/0000-0001-7696-1455>; Mestrando em Educação - GELLITE - Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE- Universidade Federal de Alagoas, Professor de Educação Básica, BRAZIL, E-mail:alisondougs@gmail.com.
 - 4 Especialista em Gestão e Coordenação Educacional – CESMAC – Gerente de Políticas Educacionais – SEMED – São Luís do Quitunde -AL, BRAZIL, E-mail:nascimento.joselia@gmail.com.
 - 5 Especialista em Gestão e Coordenação Educacional – CESMAC – Coordenadora em Educação Física Escolar – SEMED – São Luís do Quitunde -AL, BRAZIL, E-mail: anne_karolms@hotmail.com.
 - 6 Especialista em Gestão Pública - UNOPAR- Secretário de Educação– SEMED – São Luís do Quitunde -AL, BRAZIL, E-mail:albertoferreira70@yahoo.com.

a editar e elaborar decretos entre outros instrumentos legais e normativos, para deste modo obter caminhos possíveis para o enfrentamento da emergência de saúde pública, entre elas, suspensão das atividades escolares.

Em 18 de março de 2020 o Conselho Nacional de Educação (CNE) veio a público elucidar aos sistemas e redes de ensino, de todos os níveis, etapas e modalidades, considerar a necessidade de reorganizar as atividades acadêmicas por conta de ações preventivas a propagação da Covid-19.

No Município de São Luís do Quitunde-AL, inicialmente, o ensino foi realizado, com atividades não-presenciais para o ano letivo de 2020, avançando gradativamente para o Ensino Híbrido e o Ensino Presencial no ano subsequente, de acordo com os dados epistemológicos das autoridades sanitárias e de saúde do município. Percebe-se que os desafios para as redes de ensino e as instituições escolares são enormes na busca de garantir as particularidades de cada escola e de sua comunidade escolar.

Pensando nisso, a Secretaria Municipal de Educação de São Luís do Quitunde-AL, junto a sua equipe de coordenadores, técnicos, professores e pesquisadores vieram planejando ações estruturais e pedagógicas para atender aos educandos da rede, como também buscar caminhos para fortalecer e dar continuidade ao desenvolvimento e a aprendizagem em diferentes modelos organizacionais de ensino.

No entanto, para as escolas do campo no município de São Luís do Quitunde -AL, esses desafios se apresentam em uma escala maior, por todas as especificidades do campo. Existem cerca de 18 escolas localizadas na zona rural, uma distante da outra e com difícil acesso no período da chuva. E ao tratar do fazer pedagógico as escolas têm diferentes conjunturas: escolas polos com turmas regulares, escolas que funcionam com turmas multisseriadas ou até mesmo a multietapa e escolas em tempo integral, sem contar com o déficit educacional acumulado historicamente.

Destarte dessas situações, como as escolas do campo podem continuar mantendo vínculos com as crianças e suas famílias, na busca de garantir a continuidade do desenvolvimento e aprendizagem durante o período de distanciamento social?

Trazemos como objetivo geral neste estudo refletir a partir das propostas pedagógicas 2020 – 2021, sobre como as escolas do campo da

cidade de São Luís Do Quitunde-AL mantiveram vínculos com as crianças e famílias buscando a progressão do conhecimento escolar, alinhado com cada especificidade de ensino: Não Presencial, Ensino Híbrido e Ensino Presencial, relacionado com o currículo em movimento, proporcionam adequações na proposta pedagógica de acordo com as particularidades de cada escola.

Espaço da educação das infâncias e famílias no campo

Nascimento; Brancher e Oliveira (2013) esclarecem que o conceito de infância não existia antes do século XVI. Com Rousseau, a criança começou a ser vista de maneira diferenciada do que até então existia. Porém, foi apenas a partir da década de 90 que os estudos sobre as crianças, passam a considerar o fenômeno social da infância. O que fez surgir o conceito de diferentes infâncias. Diante disso, é nítida a necessidade de ver e ouvir a criança, nos espaços de educação infantil. Ter respeito pelas infâncias.

O direito à infância não inclui o trabalho, pois, é o brincar é o caminho que leva ao desenvolvimento na infância. Nenhuma criança pode ter esse direito negado, pois nas brincadeiras ela constrói cultura nas interações sociais com seus pares.

Sabe-se que a infância é uma construção social e histórica. Neste período da vida, meninos e meninas são considerados sujeitos históricos e direitos, o que constitui formas de estar no mundo manifesta nas relações e práticas diárias por elas vivenciadas, experimentando a cada instante suas brincadeiras, invenções, fantasias, desejos que lhes permitem construir sentidos e culturas das quais fazem parte, permitindo-nos afirmar que são ativos, capazes, com saberes diversos, que se manifestam com riqueza, demonstrando suas capacidades de compreender e expressar o mundo. (GOBBI, 2010, p.1)

Diz o artigo 205 da Constituição Federal (1988, np) que “a educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. A garantia desse direito é uma incógnita para os povos do campo, por todas as complexidades históricas que envolvem

a luta por esse direito. Sendo assim é necessário ressaltar que segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013) a identidade do campo é definida pela vinculação com as questões inerentes à sua realidade, com proposta pedagógica que contemple sua diversidade em todos os aspectos, tais como sociais, culturais, políticos, de gênero, gerações e etnia. Assim, pode-se dizer que as infâncias do campo devem ser vistas e valorizadas.

Segundo Leão (2019, p.37) “o urbanocentrismo se coloca como um obstáculo a ser superado para que as especificidades do campo sejam tidas como prioridades, para que a educação do campo seja tida como prioridade, para que a educação não seja “no”, mas “do” campo.” Como superar o urbanocentrismo na prática pedagógica nas escolas do campo? Tendo em vista que a Educação do Campo no decorrer de sua história foi desvalorizada como algo de menor qualidade, isso tanto na estrutura física da escola quanto os profissionais que nelas atuam.

Assim, tanto na Educação Infantil quanto nos anos iniciais do Ensino Fundamental do Campo, do município de São Luís do Quitunde-AL, tem como objetivo romper com o paradigma do urbanocentrismo, onde a educação seja no e do campo. Para isso, a escola do campo vem trilhando caminhos para o fortalecimento da pedagogia libertadora, segundo Freire (1987, np) “Libertadora porque, implicando no enraizamento que os homens fazem na opção que fizeram, os engaja cada vez mais no esforço de transformação da realidade concreta, objetiva”

Deste modo, tomando como referências diferentes experiências dos seus sujeitos: os povos do campo. O propósito é valorizar suas identidades, para que possam construir vínculos com esse contexto, de forma que possam não somente compreender e transformar a si mesmo, mas, também de conhecer, compreender e transformar seu contexto, sua realidade.

Considerando que o Ensino Fundamental (anos iniciais) tem como finalidade o desenvolvimento integral das crianças, tendo como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os estudantes se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e escrita e ao envolvimento em práticas diversificadas de letramento. Como aponta o Parecer CNE/CEB nº11/2010 que os conteúdos dos diversos

componentes curriculares devem ser trabalhados, e que “[...] ao descortinarem às crianças o conhecimento o conhecimento de mundo por meio de novos olhares, lhes oferecem oportunidades de exercitar a leitura e a escrita de um modo mais significativo”. (BRASIL, 2010, P.21)

Ao longo do Ensino Fundamental - Anos Iniciais, a progressão do conhecimento ocorre pela consolidação das aprendizagens anteriores e pela ampliação das práticas de linguagem e da experiência estética e intercultural das crianças, considerando tanto seus interesses e suas expectativas quanto o que ainda precisa aprender.

Deste modo, o texto assume a centralidade do trabalho pedagógico nas perspectivas enunciativo-discursivas, de forma a sempre relacionar os textos a seus contextos de produção. Para Bakhtin (1997, np) “a língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua. O enunciando situa-se no cruzamento excepcionalmente importante de uma problemática.”

Segundo Freire (1987, np), “A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são produtores desta realidade e se esta, na invasão da práxis, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens”. Nesta perspectiva, Freire (1996, np) defende que “o sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na história”.

Para Saviani (2008) a educação tem a premissa de valorização da humanidade e da formação para emancipação. Nesse cenário, Saviani (2008, p.93) assevera que o trabalho pedagógico deve seguir a tendência histórico-crítica e, por consequência, a que visa “[...] compreender a educação no seu desenvolvimento histórico-objetivo e, por consequência, a possibilidade de se articular uma pedagógica cujo ponto de referência, cujo compromisso, seja a transformação da sociedade e não a manutenção, a sua perpetuação [...]”.

Já o teórico Bakhtin (1997, np), afirma que “é a interpretação como diálogo é a única que permite recobrar a liberdade humana... elemento de liberdade que transpassa a necessidade... calcar as ciências humanas

sobre as ciências naturais é reduzir os homens a objetos que não conhecem a liberdade”.

Isso exposto, corroboramos com os teóricos, que dialogam como quanto a realidade parte da questão do materialismo, levando os sujeitos a avançar no diálogo, quebrando barreiras do social, promovendo a comunicação, lutas e ações novas, ou seja, a transformação social.

Os trabalhos desenvolvidos nas escolas do campo trilham por temas geradores, que são palavras prenas de significados e sentidos para todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, emerge da problematização e do diálogo sobre realidade. Para Freire (1987, np) “Os temas, em verdade, existem nos homens, em suas relações com o mundo, referidos a fatos concretos”.

A aprendizagem e o território campesino na educação das infâncias

Teorias que surgiram nas décadas passadas justificaram a importância do brincar. Dentre elas, a teoria da psicogenética de Jean Piaget. Considerado como construtivista, pois, Piaget acredita que a criança constrói o seu conhecimento de forma ativa na interação com o ambiente. O que resultou no pensamento que à construção do conhecimento da criança de acordo com sua idade.

A teoria de Vygotsky (1984) defende uma visão baseada na concepção de um organismo ativo, cujo processo é socialmente construído num ambiente que é “histórico-social”. Sua teoria afirma a importância do brincar.

Wallon (1989) coloca em destaque a estética e a criatividade como alimento do espírito. Nessa perspectiva, temos outra implicação pedagógica importante que diz respeito diretamente ao modo como organizamos o meio ao qual a criança se insere e relaciona-se com outras pessoas.

Entende-se assim que Piaget, Vygotsky e Wallon partilham a ideia de que o sujeito, para conhecer, construir cultura e ser constituírem uma pessoa, precisa interagir com o objeto e o meio, e nessa interação, ambos os sujeitos e objeto acabam por se constituir mutuamente.

O currículo do ensino fundamental e das escolas do campo nos documentos oficiais

Segundo VEIGA (2002, p.7):

O Currículo é uma construção social do conhecimento, presupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito.

Ciente das informações expostas é necessário tratar junto ao educando a unidade e a qualidade das metodologias pedagógicas que envolvem a diversidade nacional. Neste sentido, as DCNs (2013) contemplam orientações no que tange as propostas curriculares nas mais diversas áreas do conhecimento como: Ciências Humanas, Ciências Naturais, Matemática e Linguagens, todas de forma articulada e interdisciplinar.

[...] a identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação com as questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no País. (BRASIL, 2013, p.44-45)

Partindo por esse princípio, os diferentes componentes curriculares devem ser contemplados, porém não de modo fragmentado, com divisão estanque do tempo escolar, mas sim de forma integrada, sem perder de vista o contexto de cada área. Desse modo, os conteúdos são apresentados em espiral, os assuntos são abordados mais de uma vez, de diferentes formas, nas diferentes áreas de conhecimentos, em vários anos de estudos, acompanhando a experiências das crianças.

Sabe-se que a BNCC (2017) e os currículos se identificam na comunhão de princípios e valores já citados na LDB (1996) e nas DCNs (2013). Dessa maneira, reconhecem que educação tem o compromisso com a formação e o desenvolvimento humano global, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica.

Além disso, a BNCC (2017) e os currículos têm papéis complementares para assegurar as aprendizagens essenciais definidas para cada etapa da educação básica, uma vez que tais aprendizagens só se materializam mediante o conjunto de decisões que caracterizam o currículo em ação. São essas decisões que vão adequar as proposições da BNCC (2017) à realidade local, considerando a autonomia dos sistemas ou das redes de ensino e das instituições escolares, como também o contexto e as características dos alunos.

Diante disso, as escolas do campo de São Luís do Quitunde têm o currículo que busca o alinhamento das “vivências e saberes” dos educandos por uma abordagem de ensino por tema gerador, articulado com os conhecimentos historicamente acumulados por área de conhecimento. Desta forma, fortalecendo a identidade dos sujeitos camponeses tornando suas aprendizagens mais significativas.

No entanto, os impactos da pandemia da Covid-19 surgiram, tornando necessária uma organização de convivência com possibilidades de contágios que ainda insistem em surgir, encontrando formas de continuar com as atividades de modo seguro. No “novo normal”, a educação passa a pensar o ensino e a aprendizagem como processos que, contêm continuidade e dependência, ou seja, o currículo e o calendário do ano de 2021 necessitam adaptar-se e continuar o currículo e calendário 2020 e, possivelmente, elevar-se a anos futuros para que seja suprimida toda lacuna deixada durante e pós pandemia.

Repensar o currículo em tempos de pandemia é importante porque nos faz perceber em que educando está avançando, e em que precisa avançar, além disso, é uma priorização democrática, pois, busca igualar o quantum da aprendizagem.

A necessidade de dirimir as desigualdades, em um planejamento, ou em uma reorganização curricular está visto num processo emergencial, do qual ninguém pode se isentar de contribuir. Será um processo contínuo, avaliado e modificado constantemente, tendo em vista que a maior percepção da causa será dada pelo professor em sala de aula.

Diante dos relatos e experiências das escolas em São Luís do Quitunde, percebe-se que o continuum curricular é muito importante. A premissa é que o ensino Não Presencial, ou mesmo o Ensino Híbrido, traz uma defasagem, tendo em vista a dificuldade de alguns pela falta de

acesso a meios digitais e a internet, além da falta de acompanhamento de forma pessoal do professor, nas atividades impressas. É preciso rever todo processo, para diagnosticar o que foi assimilado e o que precisa ser revisto.

A reorganização curricular terá foco na recuperação da aprendizagem, e na superação de lacunas tanto do ano de 2020, como das que devem surgir em 2021 e possivelmente seguir a 2022 dependendo dos fatos que ocorrem durante o ano vigente.

O continuum curricular está norteado por uma gama de legislação, o que torna legítimo sua aplicação conforme as necessidades de cada município. Assim, todo início se dar com a declaração de Emergência em Saúde Pública pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020.

A reorganização curricular não é um fim em si mesmo, é um instrumento de percepção que, de modo particular cada escola irá perceber o que evoluiu, ou, que ainda precisa evoluir. É um árduo caminho a ser trilhado requerendo a dedicação de cada agente educacional para o sucesso do replanejar pedagógico.

A discussão que antes se limitava à definição de conteúdo, objetivos, atividades e metodologias estabelecidos por faixa etária, ampliou-se, articulando-se com discussão sobre aspectos referentes à organização, ao funcionamento e as relações que criam o conjunto de fatores essenciais para viabilização da prática pedagógica em uma instituição educativa.

Lobo e Santos (2017, np), salienta que a discussão que antes se limitava à definição de conteúdo, objetivos, atividades e metodologias estabelecidas por faixa etária, ampliou-se, articulando-se com discussão sobre aspectos referentes à organização, ao funcionamento e as relações que criam o conjunto de fatores essenciais para viabilização da prática pedagógica em uma instituição educativa. “[...] um conjunto de experiências culturais de cuidado e educação, relacionadas aos saberes e conhecimentos, intencionalmente selecionados e organizados pelos profissionais de uma IEI, para serem vivenciadas pelas crianças, na perspectiva de sua formação humana” (FARIA; SALLES, 2012, p. 32 apud LOBO; SANTOS (2017, np). Ou seja, currículo são as ações que acontecem nos estabelecimentos educacionais, e não apenas a ação de refletir, projetar e listar as intenções e os conteúdos de aprendizagens. É preciso atenção

aos aspectos organizacionais, pois é também na configuração do cotidiano, nas escolhas, nas decisões e no planejamento de possibilidades diárias que se manifesta o currículo.

De acordo com as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil (DCNEI 2010, p.25) “práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira [...]”. Com isso, para garantir esses eixos nossa proposta está pautada nas práticas sociais e as linguagens. Nas palavras de Gobbi e Pinazza (2014, p.31) “isso quer dizer que nossas experiências como mundo são intermediadas pela linguagem, e é essa linguagem que nos permite viver e criar cultura.” Durante muito tempo a linguagem trabalhada na escola permaneceu vinculada apenas a uma área do conhecimento, a que trata da língua portuguesa. Porém, hoje, o termo linguagem vem sendo utilizado socialmente para referir diferentes manifestações e expressões culturais, científicas e da vida cotidiana. Vários são os campos do conhecimento que utilizam o termo linguagens para refletir sobre a organização de seus sistemas de signos.

Repensar um currículo em tempos de pandemia é importante, porque se faz necessário pensar como as crianças estão se desenvolvendo, quais as linguagens que elas mais manifestam, de que elas estão brincando em seus lares.

E por isso, os centros e escolas de Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental do campo pensam em um currículo que busca alinhar as vivências e saberes das crianças através das linguagens, articulando com o conhecimento historicamente acumulado, desta forma fortalecendo a identidade das crianças camponesas.

Metodologia

Baseando-se em uma pesquisa sobre o método qualitativo que segundo Gil (1946) entende que método pode ser definido como caminho para se chegar a um determinado fim. Sendo que o método científico tem como conjunto, os procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento. De acordo com Silveira e Córdova (2009, p.33) “A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo

social, de uma organização, etc.”

A pesquisa desenvolveu-se a partir de uma delimitação documental, que no olhar de Gil (2008, p.51):

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

Fazendo uso então das bases documentais que a Secretaria de Educação do município juntamente com a Coordenação Geral do Campo as escolas elaboraram de acordo com os embasamentos bibliográficos estudados e discutidos.

Interligados por uma pesquisa colaborativa, dentro do âmbito educacional, por sua vez, é uma metodologia de pesquisa que considera que o conhecimento é construído por meio das interações entre os sujeitos, segundo Magalhães (2016). A pesquisa colaborativa é atividade interativa de coprodução de saberes, de formação contínua e de desenvolvimento profissional realizada conjuntamente por pesquisadores e professores de forma crítica e reflexiva (IBIAPINA, 2008).

Nessa perspectiva, o trabalho colaborativo se deu através de todos os envolvidos, a partir da observação do cenário pandêmico, desenvolvimento dos materiais, leituras a cerca dos documentos oficiais, onde se conseguiu a interação entre pesquisadores, coordenadores (gerais e das escolas), professores, na partilha de saberes e propostas pedagógicas.

Discussão dos resultados e propostas da pesquisa

O grande desafio diante de todo o fazer e pensar pedagógico em tempo de pandemia é o de garantir o direito à Educação Infantil das crianças camponesas, articulando os princípios orientadores da Educação Infantil como um todo, sabendo que esses princípios são os mesmos para todas as crianças de nosso país, moradoras das cidades e campo, garantindo assim igualdade de direitos.

Tendo isso em vista, selecionamos para esse trabalho, algumas das mais importantes propostas pedagógicas pensadas para que o

desenvolvimento de nossos alunos, fortalecimento de vínculos e ensino se mantivessem como um fator importante:

Jogos Lúdicos

Pensando nesse pressuposto, as professoras junto com a equipe pedagógica construíram jogos lúdicos em alinhamento com os temas trabalhados.

Vigotsky (1984) apresenta estudos sobre o papel psicológico do jogo para o desenvolvimento da criança. O autor enfatiza a importância de se investigar as necessidades, motivações e tendências que as crianças manifestam e como se satisfazem nos jogos, a fim de compreendermos os avanços nos diferentes estágios do seu desenvolvimento.

Os jogos lúdicos contemplaram todas as crianças matriculadas nas unidades de ensino da educação infantil, garantindo o acesso à aprendizagem e a manipulação deles de forma que não aumente a desigualdade social já existente, considerando o espaço da família em construir um espaço favorável a seu filho para que ele possa fazer uso de seu material pedagógico lúdico. Entretanto, este material deve respeitar a atividade guia de cada turma para que elas consigam realizar as experiências com autonomia ou com ajuda das famílias.

Destarte dessa concepção sobre o fazer pedagógico lúdico, transportamos nosso olhar ao que as DCN para Educação Infantil (2012, p.24) aborda sobre propostas na educação infantil do campo e infâncias:

- Reconhecer os modos próprios de vida no campo como fundamentais para a constituição da identidade das crianças moradoras em territórios rurais;
- Ter vinculação inerente à realidade dessas populações, suas culturas, tradições e identidades, assim como a práticas ambientalmente sustentáveis;
- Flexibilizar, se necessário, calendário, rotinas e atividades respeitando as diferenças quanto à atividade econômica dessas populações;
- Valorizar e evidenciar os saberes e o papel dessas populações na produção de conhecimentos sobre o mundo e sobre o ambiente natural;
- Prever a oferta de brinquedos e equipamentos que respeitem as características ambientais e socioculturais da comunidade.

Kit de processo de apropriação da língua:

O kit de letramento será composto por alfabeto e números móveis, crachá com o nome da criança e escola, nome da fazenda onde a criança reside.

É importante lembrar que dentre os bens culturais que crianças têm o direito a ter acesso está a linguagem verbal, que inclui a linguagem oral e a escrita, instrumentos básicos de expressão de ideias, sentimentos e imaginação. A aquisição da linguagem oral depende das possibilidades das crianças observarem e participarem cotidianamente de situações comunicativas diversas onde podem comunicar-se, conversar, ouvir histórias, narrar, contar um fato, brincar com palavras, refletir e expressar seus próprios pontos de vista, diferenciar conceitos, ver interconexões e descobrir novos caminhos de entender o mundo. É um processo que precisa ser planejado e continuamente trabalhado (DCN, 2009, p.94)

Desta forma, o kit de processo de apropriação da língua fornecido pelas escolas, proporcionou a nossos alunos uma continuidade em conhecer a linguagem alfabética através de seus nomes, nomes dos lugares a seu redor e sobre o lugar de onde vivem, proporcionando em sua aprendizagem a linguagem verbal com seus familiares podendo entender sobre a importância na criação dos nomes deles e dos lugares.

Mala viajante

Pensando nisso a mala viajante vem como suporte para garantir o acesso à cultura escrita, possibilitando o engajamento da família com suas crianças fortalecendo o vínculo familiar e escolar através da literatura infantil durante o período de distanciamento social.

A mala viajante consiste em uma mala (bolsa, pasta, sacola e entre outros), contendo um livro de literatura infantil, um caderno de desenho, uma caixa de lápis de cor. Sendo destinada a três crianças por turma, devendo permanecer por 15 dias em sua residência, a proposta é que o livro seja lido pelas famílias ou por alguém próximo que saiba ler, juntamente com a criança.

[...] crianças sentam-se para ler e ouvir histórias, lendas, contos de fadas; é lá também que circulam a cultura popular e a cultura lúdica, além de outros saberes que as crianças aprendem

em suas culturas de pares, como jogos, canções, brincadeiras, e cantigas de roda que durante muitos séculos acompanharam o desenvolvimento humano (BARBOSA; DELGADO, 2012, p. 134).

Desta maneira, a mala viajante foi de grande valia para nossas crianças, pois foi através dela que muitos conheceram mundos, culturas e crenças que os ajudantes (sejam eles os familiares que sabem ler ou vizinhos) na ora da leitura possibilitaram. Podendo, então, interagir na dinâmica de leitura – escuta - oralidade entre os entes e aprendentes.

Ao planejar e elaborar esses materiais os professores e coordenadores analisavam o desenvolvimento da criança através de portfólios entregues até o fim de cada mês, para ter efeitos de verificação de frequência.

Sendo que cada unidade escolar organizava uma equipe para a entrega periódica destes jogos e recebê-los das crianças ou responsáveis. A logística de entrega e recolhimento desse material estava sob a responsabilidade da direção de cada escola, contanto com a participação do setor administrativo da SEMED (transporte), pois as crianças dos centros e escolas polos do nosso município moram em diferentes comunidades sendo necessário a entrega domiciliar. Considerando às medidas de segurança, podendo seguir um sistema de rodízio para evitar aglomerações.

Considerações finais

Por todas as singularidades das Escolas do Campo, o trabalho pedagógico do ano letivo de 2020 passou por algumas modificações no decorrer do ano, para melhor atender as crianças na busca de garantir contato com os conhecimentos necessários para seus desenvolvimentos.

Esperou-se que o que foi proposto e pensado para as escolas do campo, atendessem as perspectivas educacionais e sociais do ensino de qualidade e igualitário para nossos educandos. Como também, proporcionou ações de fortalecimento entre comunidade escolar e familiar, perante o processo de mudanças no ano letivo pandêmico.

Nesta perspectiva, as ações, estratégias e modelos organizacionais de ensino foram propostos para manter vínculos com as crianças e suas famílias na busca de continuar com o desenvolvimento e aprendizagem durante o período de distanciamento social. Contudo, a de assegurar o

ensino de acordo com as especificidades, singularidades e necessidades de cada nível de escolarização.

Tendo como referência as atividades desenvolvidas no ano letivo de 2020, alcançamos 100% das crianças na entrega dos materiais impressos. Ao analisarmos as propostas alavancadas por toda nossa equipe, foi percebido que esses quantitativos oscilaram, dificultando o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças. No entanto, o objetivo central das propostas do ano de 2020 foi o de tentar manter vínculos, com as crianças e suas famílias. Diante dos dados acima, afirmamos que este objetivo foi alcançado. Nossa preocupação atual não é só garantir o acesso das crianças ao ensino, mas também assegurar seus desenvolvimentos e suas aprendizagens de acordo com as faixas etárias e níveis de escolarização.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal** - [tradução feita a partir do francês por Maria Emsantina Galvão G. Pereira revisão da tradução Marina Appenzellerl. — 2ª ed. — São Paulo **Martins Fontes**, 1997.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira; DELGADO, Ana Cristina Coll. **A infância no ensino fundamental de 9 anos**. Porto Alegre: Penso, 2012.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Grafico, 1988.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9769-diretrizescurriculares-2012&category_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192

BRASIL. **Parecer CNE/CEB Nº 11/2010 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos**. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6324-pceb011-10&category_slug=agosto-2010-pdf&Itemid=30192

BRASIL, Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: currículo no ciclo de alfabetização: perspectiva para uma educação do campo: unidade 01** / Ministério da Educação, Secretaria de Educação

Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2012. Disponível em: <http://www.serdigital.com.br/gerenciador/clientes/ceel/material/127.pdf>

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&category_slug=junho-2013-pdf&Itemid=30192

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: a educação é a base**. 2017.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. **Parecer sobre a organização não presenciais durante o período de pandemia**, Resolução nº Brasília, 2020.

FARIA, Vitória Lima Barreto, SALLES, Fatima. **Currículo na educação infantil: dialogo com os demais elementos da proposta pedagógica**. 2.ed.[ver. e ampl.]. São Paulo: Ática, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17ª. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura)

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GOBBI, M. A.; Pinazza, M.A. **Infância e suas Linguagens**. 01. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014. v. 01. 178p .

IBIAPINA, Ivana M. **Pesquisa colaborativa: investigação, formação e produção de conhecimentos**. Brasília: Líber, 2008.

LEÃO, G. H. S.. Linguagens e práticas de letramento na educação do campo. In: Cristiane Marcela Pepe. (Org.). **Escola da terra Alagoas: territórios, sujeitos e culturas**. 1ed.MACEIÓ: Projeto Escola da Terra, 2019, v. , p. 37-56.

LOBO, Priscila de Freitas; SANTOS, Lindalva Pessoni. **Proposta curricular para a educação infantil a partir de uma perspectiva complexa e transdisciplinar**. Anais do V Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Estadual de Goiás (CEPE/UEG): Ciência para redução de desigualdades, v. 5 (2018). Disponível em: <https://www.anais.ueg.br/index.php/cepe/issue/view/333>

MAGALHÃES, M. C. C. Por uma prática crítica de formação contí-

nua de educadores. *In*: FIDALGO, S. S.; SHIMOURA, A. S. **Pesquisa crítica de colaboração**: um percurso na formação docente. São Paulo: Ductor, 2016.

Nascimento, C. T. do, Brancher, V. R., & Oliveira, V. F. de. **A Construção Social do Conceito de Infância: algumas interlocuções históricas e sociológicas**. *Revista Contexto & Amp; Educação*, 23 (79), 47–63. 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 10 ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. Unidade 2 – A pesquisa científica *in*: **Métodos de pesquisa** [organizado por] Tatiana EngelGerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível**. Campinas: Papyrus, 1995. p.26-27.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

WALLON, H. **Origens do pensamento na criança**. São Paulo: Manole, 1989.

QUALIDADE EDUCACIONAL E O ENSINO REMOTO EM TEMPOS PANDÊMICOS: UMA REALIDADE DO ENSINO DE CORUMBÁ/MS EM ÉPOCA DE COVID-19

Sthefany Campelo Proença¹
Nicole Claro Moreira de Moraes²

Introdução

A partir da década de 1990, a Educação Básica recebeu inúmeras demandas avaliativas sob discursos que legitimavam a busca do setor público por qualidade educacional. Na esteira desses debates, indicadores de qualidade foram desenvolvidos com o objetivo de padronizar as diretrizes que as escolas devem seguir a fim de alcançarem as metas de desempenho propostos pelo Estado e pelo próprio Mercado. Esses indicadores, pautados nos ideais de eficiência, eficácia e efetividade, marcos de um momento em que o Brasil cruzava um rol de reformas nas estruturas dos serviços públicos em que se implementava formas de administração do setor privado, condicionaram as políticas públicas e de financiamento para Estados e municípios. Desde então, sob os ideais de se tornar uma “escola eficaz”, as escolas anualmente se preparam para atender as “demandas de qualidade”.³

Em 2020, porém, um fenômeno de escala global e de consequências

-
- 1 Graduada do 7º semestre, do curso de Pedagogia, pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal.
 - 2 Doutoranda em Educação, pela Universidade Federal de São Carlos. Orientadora de Trabalho de Conclusão de Curso, do curso de Pedagogia, pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal.
 - 3 Como é o caso da Prova SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica), considerada a maior ferramenta de avaliação da qualidade educacional do Brasil.

multidimensionais alterou o eixo das relações humanas, tornando-se o maior evento deste milênio: o avanço do vírus da Covid-19 e a declaração do mesmo como uma emergência de saúde pública mundial. No Brasil, a partir de fevereiro, diferentes protocolos de conduta social começaram a ser implementados para a contenção do avanço da propagação do vírus. Dentre esses protocolos, recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), destacamos o trabalho remoto, estratégia que foi basilar para a manutenção de uma série de serviços públicos essenciais a sociedade. Por outro lado, tal estratégia demandou que diversos profissionais se colocassem diante de um grande desafio: levar o trabalho para dentro de casa em meio aos conflitos éticos, emocionais, psicológicos e materiais que a pandemia tragicamente nos levou a vivenciar.

Dentre os setores impactados com essa nova modalidade de trabalho, a educação básica se percebeu diretamente afetada diante do desafio das aulas remotas. Os professores transformaram seus lares para atender a uma demanda fortíssima e cheia de obstáculos com o objetivo de não prejudicar o calendário escolar em andamento. Gradativamente, vislumbrou-se a transformação dos domicílios, antes locais de intimidade e de vivências particulares, em espaços de aula abertos aos alunos, aos pais dos alunos e aos gestores escolares. Locais estes que foram, ainda que parcialmente, descaracterizados do conceito de lar, tornando-se uma extensão sólida do local de serviço, equipados com tecnologias de informação e ferramentas para a transmissão de vídeos on-line.

Cabe a ressalva que muitos professores utilizaram de recursos próprios para aquisição de equipamentos que aperfeiçoassem a transmissão das aulas remotas, bem como muitos tiveram que aprender, em curto prazo e de modo autônomo, táticas de gravação e de transmissão de conteúdo em diferentes plataformas da internet. Os professores que eventualmente eram pais ou responsáveis por idosos, tiveram que cumprir dupla jornada em casa, dando atenção aos seus familiares vulneráveis, buscando ao mesmo tempo cumprir com os prazos do trabalho remoto.

Neste cenário de alta demanda das tecnologias de informação, o município de Corumbá, localizado nas franjas fronteiriças do Mato Grosso do Sul com a Bolívia, confrontou a precariedade do fornecimento de internet em seu território como um dos maiores obstáculos à uma educação de qualidade durante a pandemia. No período de pandemia,

quando a demanda pela internet causou um fluxo de congestionamentos na maior fornecedora de rede de internet para a cidade, os municípios enfrentavam corriqueiramente a queda da rede e a paralisação obrigatória dos serviços remotos. O fenômeno das queimadas, comum em determinadas épocas do ano no Pantanal, não raramente provocou o rompimento da fibra ótica, obstaculizando por dias o retorno da rede virtual.

É a partir dessa complexa descrição que o presente estudo enseja analisar o cenário de ensino remoto presente no município de Corumbá/MS e como a qualidade educacional foi afetada nesse período.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA PESQUISA

Para a construção da fundamentação teórica da presente pesquisa, foi realizada uma busca em dois bancos de dados, à saber: o portal SciELO e o site do Catálogo de Teses e Dissertações, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Como critério de busca foram elegidos três descritores: I) Qualidade educacional; II) Ensino remoto; III) Educação na Pandemia. Em um primeiro momento de busca, utilizamos as aspas para localizar os trabalhos em cada categoria. Porém, como apresentado na Tabela 1 abaixo, as categorias “ensino remoto” e “educação na pandemia” não apresentaram produção.

Tabela 1 - Distribuição dos trabalhos encontrados no SciELO.Org

SCIELO.ORG				
Palavras-chave	Downloads	Descartados	Indisponíveis	Retorno de resultados
Qualidade educacional	6	33	0	39
Ensino remoto	0	0	0	0
Educação na Pandemia	0	0	0	0
Resultado	6	33	0	39

Deste modo, foi realizada uma nova busca, agora sem as aspas, entre as palavras que se referem as categorias no localizador do site SciELO. Com isso, tivemos os seguintes resultados:

Tabela 2 - Distribuição dos trabalhos encontrados no SciELO.Org

SCIELO.ORG				
Palavras-chave	Downloads	Descartados	Indisponíveis	Retorno de resultados
Qualidade educacional	6	33	0	39
Ensino remoto	2	42	0	44
Educação na Pandemia	7	160	0	167
Resultado	15	235	0	250

Após a busca no site do SciELO, foi realizado um levantamento bibliográfico no site “Catálogo de Teses e Dissertações”. Para esta busca, utilizamos aspas entre as palavras que se referem as categorias, para limitarmos a busca aos trabalhos que se remetem especificamente ao tema das categorias. Como filtros foram usados Qualidade educacional, Ensino remoto e Educação na pandemia. A Tabela 3 apresenta os resultados deste levantamento:

Tabela 3 - Distribuição dos trabalhos encontrados no Catálogo de Teses e Dissertações

CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES				
Palavras-chave	Downloads	Descartados	Indisponíveis	Retorno de resultados
Qualidade educacional	3	218	78	300
Ensino remoto	2	18	2	22
Educação na pandemia	0	0	0	0
Resultado	5	236	80	322

Após o levantamento realizado, foi realizado o cotejamento dos textos encontrados, de forma a selecionar os que tratam especificamente da temática de nossa pesquisa. Com isso, tivemos a seleção de 12 trabalhos, como apresenta a Tabela 4 abaixo:

Tabela 4 - Distribuição dos trabalhos encontrados no Catálogo de Teses e Dissertações

Palavras-chave	SciELO	Capes	Arquivos descartados	Documentos selecionados para leitura
Qualidade educacional	39	300	250	6
Ensino remoto	44	22	60	2
Educação na Pandemia	167	0	160	3
Resultado	250	322	470	12

A partir das leituras realizadas dos textos selecionados, dividimos nossa discussão em três momentos: No primeiro trataremos do conceito de qualidade educacional, em seguida sobre o ensino remoto emergencial para, no terceiro momento abordarmos a educação na pandemia, com foco no município de Corumbá/MS.

Discutindo o conceito de “qualidade educacional”

A literatura cotejada neste estudo demonstra que o conceito de “qualidade educacional” integra um campo de disputa ideológica, que traz consigo interesses políticos e econômicos. Gusmão (2013) discute em seu texto que este conceito pode ser positivo, quando se busca uma educação de eficiência, que cumpra seus objetivos, mas torna-se negativo à medida que ele se configura como um objeto que condiciona interesses e estratégias pedagógicas.

Dourado; Oliveira (2009) abordam em seu artigo que este conceito está fortemente ligado aos fatores sociais e aos deveres do Estado na oferta da educação. Para os autores, não basta apenas investir na expansão do acesso ao ensino, faz-se necessário investir na permanência e na estrutura na qual essas escolas se encontram para receber as demandas de aluno. Como ressaltam os autores, “a definição e a compreensão teórico-conceitual e a análise da situação escolar não podem deixar de considerar as dimensões extraescolares que permeiam tal temática” (DOURADO;

OLIVEIRA, 2009, p. 207).

Nessa mesma direção, Fonseca (2009) nos leva a refletir que a qualidade deve ser um compromisso primário do Governo e do Estado, com investimentos na estrutura, na garantia de formações continuadas aos docentes, na construção de políticas de financiamento que supram as necessidades das instituições, para, só então, depois de cumpridas essas responsabilidades, tornarem-se compromisso das escolas. Alinhados à esta premissa, Filho; Souza (2018) reforçam que a qualidade não pode ser mensurada apenas pelo aprendizado do aluno, pois este depende de toda uma estrutura e investimento dos órgãos responsáveis.

Aos buscarmos as origens do conceito de qualidade educacional, a bibliografia nos aponta que a nomenclatura é elaborada pela Organização para a Cooperação e pelo o Desenvolvimento Econômico (OCDE), organismo criado em 1948 e composto por 36 países. A OCDE é a encarregada pelo *Programme for International Student Assessment (PISA)*, uma avaliação padronizada que objetiva verificar quais os eixos que as escolas estão utilizando no preparo dos alunos para o exercício da cidadania. Essa avaliação também fornece prognósticos que contribuem para debates sobre a qualidade da educação em diferentes países, sendo utilizada no Brasil pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (*Inep*)

Em primeiro plano, a avaliação padronizada visa estabelecer a "igualdade" dentre os países avaliados e, por consequência, a equidade fica em segundo plano. O problema em questão está no fato que, no momento em que as políticas públicas fomentam a igualdade como condicionante para alcançar a qualidade educacional, o que se incentiva são práticas meritocráticas como forma de atingir os índices previstos pelos indicadores do IDEB. Libâneo (2016) aponta para uma escola direcionada a superação da desigualdade social, que deixa de lado os conteúdos mínimos a serem trabalhados. Somada a isso, tal avaliação traz discursos de igualdade de acesso, sem levar em conta que nem todos possuem as mesmas ferramentas, assim como nem todos partem do mesmo ponto. Como ter qualidade em uma escola desfigurada?

O principal questionamento, é, portanto, como garantir a qualidade educativa a todos os países, considerando a substancial desigualdade de acesso a recursos e garantias? No mundo neoliberal, a educação passa

a ser um mecanismo empresarial que busca alcançar metas. A “educação de qualidade” é significada pelo Banco Mundial como uma solução para apaziguar a desigualdade econômica, enfatizando a educação como um novo padrão de acumulo do capital. E de certa forma, a teoria do Capital Humano também enfatiza a necessidade de uma população que seja cada vez mais escolarizada para que se produzam melhores níveis de renda.

Só que para existir essa renda consideravelmente “boa” é necessário investir bem na educação. Para que haja uma boa estrutura, é necessário investir em formações continuadas, em bons salários aos docentes, em condições de emprego para os pais não tirarem os alunos do ambiente escolar para trabalharem, dentre outras questões sociais eu excedem a mensuração do conteúdo em sala de aula. Percebe-se que há muitos fatores que precisam ser revistos e discutidos quando se fala em qualidade escolar e que não podem ser mensurados por provas objetivas.

Em síntese, o termo qualidade educacional tem uma multiplicidade de sentidos e depende de fatores de exigências. No sentido proposto pelas avaliações padronizadas, o conceito de qualidade emerge de um posto de vista econômico que visa estabelecer como qualidade a partir do mérito individual dos alunos (rejeitando suas dificuldades fora da escola). Portanto, antes de tentarmos encerrar o significado deste conceito, devemos entender que o Brasil é um país atrelado a desigualdade e que cada região precisa de um suporte diferenciado, ou seja: as necessidades não são universais, e por isso não é possível engessar o sentido de “qualidade”, uma vez que qualidade depende de demandas variadas.

O ensino remoto emergencial

O ensino remoto emergencial surgiu com a necessidade de se manter a educação ativa no cenário de isolamento social da Covid 19. Nessa modalidade, o conteúdo programático foi adaptado para plataformas pedagógicas mediadas pelo uso da internet, com o objetivo de minimizar os impactos da pandemia na aprendizagem dos alunos. A transmissão das aulas em plataformas on-line comumente respeitou os horários e conteúdos das aulas presenciais. Naturalmente, nesta modalidade a educação teve muitos improvisos, visto que o currículo da maior parte das instituições educacionais não foi criado para ser aplicado remotamente.

É preciso denotar, antes de avançarmos no texto, a diferenciação do Ensino Remoto Emergencial (ERE) do Ensino de Educação a Distância (EAD). Diferente do Ensino Remoto Emergencial, o EAD é um modelo de ensino planejado para cursos de ensino superior e que tem recursos necessários para sustentar sua qualidade, como plataformas específicas e a formação pedagógica dos docentes para o usufruto dessas tecnologias. Ou seja, no EAD há um preparo estrutural para seu funcionamento virtual, tendo por objetivo oportunizar o acesso de segmentos de alunos que possuem dificuldades logísticas de acesso à universidade presencial ou que ainda possuem pouca flexibilidade de horário devido a carga de trabalho.

Por consequência da propagação do Covid-19, o ensino remoto emergencial foi estabelecido nas escolas com objetivo temporário para o cumprimento da jornada das aulas que haviam sido previstas para modalidade presencial. Diante disso, as escolas tiveram que ser adaptar as novas condições de trabalho, improvisando recursos tecnológicos em pouco tempo para o cumprimento do calendário escolar. Para Macedo (2021), o ensino remoto emergencial foi um processo de criatividade além de adaptação. Pois a partir do fechamento das intuições e a partir dos novos decretos por conta da pandemia, a educação passou a ser um privilégio. Nesse sentido, o processo criativo foi o trabalho da gestão e dos professores que elaboraram condições para que os alunos que não tivessem acesso à internet de qualidade, dentre outros recursos, conseguissem estudar.

Não obstante, as instituições enfrentaram inúmeros desafios, sobremaneira no que diz respeito ao despreparo em relação ao uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação – TDICs. Sob essa perspectiva, Wolff (2020) questiona que a inserção das TDICs no ensino de forma cautelosa antes da pandemia, acabou se tornando um prejuízo, pois elas foram inseridas em nosso presente histórico pandêmico de maneira improvisada como forma de trabalho, de ensino e aprendizagem.

Penteado; Costa (2021) explicam que o cenário pandêmico, embora tenha afetado todas as instituições escolares, fez evidenciar a diferenciação entre os perfis do serviço público e do serviço privado. Na maioria dos casos, as instituições privadas possuíam tecnologias digitais mais avançadas para o estabelecimento do Ensino Remoto Emergencial, embora algumas também tenham sido obrigadas a fechar as portas devido

a falência financeira. Cipriani, Moreira; Carius (2021) apontam que, logo após o fechamento das escolas, as instituições de rede privada tomaram um posicionamento rápido em relação ao ensino remoto, enquanto as escolas da rede pública ainda estavam calculando estratégias.

Outro ponto levantado pelos autores Cipriani; Moreira; Carius (2021) foi a difícil adaptação do ensino remoto na rotina domiciliar, pois as dificuldades no ambiente doméstico afetaram diretamente o desenvolvimento das aulas e vice-versa. No ensino remoto emergencial, a sobrecarga da modalidade influenciou o desempenho dos professores, pais e alunos nesse período, pois todos tiveram que levar seu trabalho e estudo para dentro do ambiente familiar. Lunardi *et al* (2021) acrescentam que o cotidiano familiar foi negativamente afetado com as novas condições de trabalho remoto, pois a conciliação do trabalho em casa e dos estudos dos filhos colidiram muitas vezes, tornando a rotina frustrante e desgastante.

Por conta da quarentena, pais e filhos tiveram que se adaptar as novas condições de trabalho e de estudo, e tal realidade evidenciou as dificuldades dos pais em auxiliarem os filhos nas aulas em casa. Vizotto (2021) aponta que o ensino remoto concedeu, ainda que de modo arbitrário, certa autonomia para os alunos, tornando-os protagonistas de seu aprendizado. Neste horizonte, o professor acabou se tornando um transmissor de conhecimento, atuando apenas como mediador dessa construção que os próprios alunos estão fazendo. Longe desse protagonismo ser “louvável”, deve-se refletir que tal autonomia não é necessariamente favorável para todas famílias, logo que muitos alunos não possuem suporte necessário. Na realidade brasileira, muitas famílias possuem pais analfabetos, como aponta os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) sobre a existência de 11 milhões de analfabetos no Brasil. Ou seja, os alunos que possuem pais ou responsáveis que não sabem ler e escrever, precisam exclusivamente de um suporte a mais para intensificar o aprendizado.

A situação histórica que vivenciamos tornou evidente a necessidade de transformação da educação brasileira e da emergência de inserção adequada das tecnologias de informação nas salas de aula. Com as novas transformações fez-se perceber que o uso dos meios tecnológicos possibilita estratégias para contornar situações onde há a inviabilidade dos encontros presenciais. O ensino remoto emergencial oportunizou o

desenvolvimento de habilidades para se trabalhar na sociedade como ela está agora (e pode estar no futuro). Conclui-se que o grande problema do ensino remoto não foi necessariamente a ausência dos encontros presenciais, mas sim a falta de recursos materiais, humanos e logísticos adequados para que alunos e professores possuísem bom aproveitamento.

Educação remota em período pandêmico no pantanal: o retrato do cenário educacional em Corumbá/MS

O município de Corumbá localiza-se na região do pantanal sul-mato-grossense, próximo a fronteira da Bolívia, às beiras do rio Paraguai. Sua população é composta por cerca de 112.669 pessoas, conforme as estimativas do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Em relação a educação, a cidade possui 60 escolas, divididas entre públicas (de zona urbana, rurais e ribeirinhas) e privadas. Além de alunos de nacionalidade brasileira, uma parcela de bolivianos também estuda nas escolas no município de Corumbá, já que a fronteira fica a 6,9 km da cidade.

Em 18 de Março de 2020, com a propagação do vírus da COVID-19, a Câmara Municipal de Corumbá publicou o decreto n°2.263 que estabeleceu a suspensão das atividades como eventos públicos e funcionamento das escolas por 15 dias, inicialmente. A educação nesse momento, passou a tomar medidas de funcionamento por meio de plataformas online, tanto nas escolas públicas quanto nas escolas particulares. Em relação aos alunos que não possuíam acesso à internet, estes poderiam estudar por atividades selecionadas de um conteúdo impresso que foram entregues aos responsáveis. A entrega das atividades foi organizada da seguinte forma: cada instituição entregava as atividades impressas em dias determinados para cada tipo de série escolar, em horários específicos para evitar aglomerações. Da mesma forma que havia uma data determinada para a busca das atividades, havia um dia determinado para a entrega das atividades preenchidas na escola. Nas instituições particulares, muitas desenvolveram seus próprios ambientes virtuais de aprendizagem, enquanto as escolas públicas ainda estavam incertas em relação a qual plataforma on-line utilizar (bem como em resolver a situação dos alunos que não possuíam qualquer acesso virtual).

Com o agravamento da covid-19, os 15 dias de suspensão das atividades foram prorrogados em Corumbá. Em vista disso as escolas, junto a secretaria de educação municipal, decidiram adiantaram as férias, para assim poderem se organizarem melhor para a novas condições de trabalho. Logo depois do término das férias, as escolas adotaram o ensino remoto emergencial, utilizando-o como uma estratégia pedagógica para poder diminuir os impactos das medidas estabelecidas do isolamento social. Muitos professores ministraram suas aulas pela internet por meio do WhatsApp e também pelo Google Meet. Manteve-se ainda a entrega de atividades impressas para alunos sem acesso à internet. Esse momento se estendeu até julho de 2021.

O grande impasse nesse momento foi a democratização do acesso a internet principalmente para uma cidade de interior. A dificuldade no acesso à internet estável no município de Corumbá impedia que as atividades remotas se cumprissem integralmente. Para o agravamento da situação, de julho a setembro de 2020 ocorreu o pior período de incêndios no pantanal. As chamas de fogo atingiram os cabos de fibras ópticas, provocando a constante oscilação da internet em Corumbá, prejudicando diretamente o desenvolvimento do trabalho remoto. Além dos cabos de fibra ótica, os incêndios provocaram, não raramente, constantes quedas de energia.

De acordo com a pesquisa⁴ feita pelo Instituto Federal de Mato Grosso do Sul por meio de questionários, uma análise avaliativa sobre a percepção da internet em cada região demonstrou que, em Corumbá, 60,2% dos alunos consideram a internet como ruim ou péssima. A falta de acesso virtual no município afeta sobremaneira os alunos de escolas públicas, principalmente aqueles que moram em zonas rurais, como são os ribeirinhos. Um exemplo bem claro que podemos trazer aqui é a escola rural Jatobazinho, instituição que fica a três horas da cidade. Em razão da falta de internet nessa localidade, decretos municipais estabeleceram um número de professores durante a pandemia que viajavam de barco até a comunidade, garantindo que os alunos tivessem acesso à educação, ainda que cumprindo requisitos como o distanciamento social e evitando

4 Relatório disponível em: <https://www.ifms.edu.br/noticias/2020/divulgado-resultado-de-pesquisa-sobre-aulas-em-ambientes-virtuais/relatorio-da-pesquisa-sobre-atividades-nao-presenciais.pdf>. Acesso em: 10/10/2021.

a aglomeração nas aulas.

De acordo com a Constituição Federal, juntamente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o Estado define a educação como um direito básico do cidadão. Porém, mesmo antes da pandemia, esse direito não era totalmente assegurado, ou ainda, não assegurado com qualidade, sobretudo em regiões de menor visibilidade como são os interiores do Brasil. De certo modo, a educação sempre foi pensada em segundo plano: investir na educação sempre foi um processo arduo. Conclui-se que, se o governo tivesse investido mais no uso das tecnologias em escolas públicas, as instituições teriam desenvolvido estratégias mais eficazes durante a pandemia. A isso corrobora o argumento de Dourado; Oliveira (2009) que a qualidade educacional demanda o envolvimento das relações sociais mais amplas, pois a qualidade se torna um ciclo e esse ciclo é estabelecido pelo trabalho político, pela gestão escolar, pela atuação dos professores e dos pais em acompanhar os alunos nesse momento.

Com o veto sobre a Lei nº 3.477/20 que estabelece o acesso a internet por fins educativos de toda comunidade escolar de rede pública, fica escancarado o descaso do Estado no comprometimento de investir na educação. As autoridades estão com “vendas nos olhos”, não conseguem enxergar, ou não querem enxergar, a carência de acesso a recursos virtuais e a necessidade que a educação está tendo em relação a essa demanda. Consequentemente falar sobre qualidade educacional no município de Corumbá, é abordar o investimento em recursos tecnológicos, sobretudo no que tange a democratização do acesso à internet (investimento de redes melhores).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como analisamos anteriormente, as estratégias adotadas no município de Corumbá para a manutenção do ensino durante a pandemia foram a utilização de plataformas de comunicação on-line como o Google Meet, o uso de redes sociais como WhatsApp, a distribuição de atividades impressas e, em último caso, o atendimento presencial de professores em grupos menores (como ocorreu nas zonas rurais). A partir dessas diferentes estratégias pedagógicas para contornar a pandemia em Corumbá, nos indagamos: como falar de qualidade educacional em meio

a tantas contradições sociais?

Os problemas de falta de internet na região de Corumbá/MS que emergiram ao longo dos meses da utilização do Ensino Remoto Emergencial em Corumbá, serviram para intensificar o debate sobre a necessidade de investimento em tecnologias na educação e, sobretudo, sobre a necessidade urgente da democratização do acesso à internet. Portanto, o questionamento sobre a qualidade do ensino e aprendizagem durante a pandemia no município de Corumbá nos obrigou a rever o próprio conceito de qualidade: qualidade envolve estrutura, qualidade envolve estratégias, qualidade envolve a cooperação entre estado, município, gestão escolar e a família, qualidade demanda investimentos financeiros na educação. De modo geral, qualidade educacional não se restringe a conteúdo transmitido em sala de aula e não pode ser mensurado por indicadores de qualidade padronizados, como ocorre atualmente pelas avaliações anuais institucionais.

REFERÊNCIAS

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. **A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO: PERSPECTIVAS E DESAFIOS**. Cad. Cedes, Campinas vol. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009 Disponível em <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/Ks9m5K5Z4Pc5Qy5HRV-gssjg/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021

GUSMÃO, Joana Buarque de. **A construção da noção de qualidade da educação**. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 79, p. 299-322, abr./jun. 2013. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/8JpqPrntFpL4WVPLZV3gF6v/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021

PENTEADO, Regina Zanella; COSTA, Belarmino C. G. da. Trabalho docente com videoaulas em ead: dificuldades de professores e desafios para a formação e a profissão docente. **Educação em Revista** | Belo Horizonte | v.37 | e236284 | 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698236284> Acesso em: 10 jun. 2021

WOLFF, Carolina Gil Santos. **Ensino remoto na pandemia: urgências e expressões curriculares da cultura digital**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação: Currículo)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020. Acesso em 28 jun. 2021

MACEDO, Renata Mourão. **Direito ou privilégio? Desigualdades digitais, pandemia e os desafios de uma escola pública.** Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol 34, nº 73, p.262-280, Maio-Agosto 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2178-149420210203> . Acesso em: 03 de Junho de 2021.

LUNARDI, Nataly M. S.S.; NASCIMENTO, Andrea; SOUSA, Jeff B. de; SILVA, Núbia, R. M. da; PEREIRA, Teresa G. N.; FERNANDES, Janaina S. G. **Aulas Remotas Durante a Pandemia: dificuldades e estratégias utilizadas por pais.** Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 46, n. 2, e106662, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-6236106662> Acesso em: 10 jun. 2021.

CIPRIANI, Flávia M.; MOREIRA, Antônio F. B.; CARIUS, Ana C. **Atuação Docente na Educação Básica em Tempo de Pandemia.** Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 46, n. 2, e105199, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-6236105199> Acesso em: 10 jun. 2021

CHARCZUK, Simone Bicca. **Sustentar a Transferência no Ensino Remoto: docência em tempos de pandemia.** Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 45, n. 4, e109145, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-6236109145> Acesso em: 10 jun. 2021.

VIZZOTO, Diehl Indiara. **O ensino remoto e suas implicações no ensino da matemática.** 2021. 82 f. Dissertação (Mestrado Profissional)- Universidade Federal do Tocantins- Câmpus Universitário de Arrais. Arrais TO, 2021. Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/2955> Acesso em 29 jun. 2021

FONSECA, Marília. Políticas públicas para a qualidade da educação brasileira: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social. **Cad. Cedes**, Campinas vol. 29, n. 78, p. 153-177, maio/ago. 2009 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em: 28 jun. 2021.

FILHO, João E. B; SOUZA, Mirtes C. M.: **O Efeito do Gasto Público na Qualidade da Educação Fundamental nas Capitais Brasileiras: Um Estudo Baseado no Indicador de Qualidade Educacional Responsável (IQER-2006/2013).** Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade – v. 8, n. 2, p. 119-136, mai./ago. 2018 ISSN 2238-5320, UNEB, Salvador/BA. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/financ/article/download/5399/pdf/> Acesso em 28 jun.2021.

PREFEITURA adota medidas para evitar propagação do Coronavírus. Prefeitura de Corumbá. Corumbá, 2020. Disponível em: <https://>

www.corumba.ms.gov.br/2020/03/prefeitura-adota-medidas-para-evitar-propagacao-do-coronavirus/. Acesso em: 20 ago. 2021.

RELATÓRIO: Avaliação das atividades não presenciais. Instituto Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande- MS, 2020. 43 p. Disponível em: <https://www.ifms.edu.br/noticias/2020/divulgado-resultado-de-pesquisa-sobre-aulas-em-ambientes-virtuais/relatorio-da-pesquisa-sobre-atividades-nao-presenciais.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.

GAIGHER , GODOY, Cláudia, João Pedro . **Professores viajam por horas para ensinar alunos em comunidades ribeirinhas do Pantanal de MS**. G1MS . 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2020/08/14/professores-viajam-por-horas-para-ensinar-alunos-em-comunidades-ribeirinhas-do-pantanal-de-ms.ghtml>. Acesso em: 20 ago. 2021.

LÉSLIS, GODOY, Lucas e João Pedro . **Pantanal de MS registra maior quantidade de focos de queimadas desde 1998**. G1MS . 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2020/07/20/pantanal-de-ms-registra-maior-quantidade-de-focos-de-queimadas-desde-1998.ghtml>. Acesso em: 20 ago. 2021.

VERDÉLIO, Andreia . **Governo veta lei que dá a estudantes acesso gratuito à internet**. Agencia Brasil. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2021-03/governo-veta-lei-que-da-estudantes-acesso-gratuito-internet>. Acesso em: 20 ago. 2021.

EDUCAÇÃO, PANDEMIA E DESIGUALDADE SOCIAL: UMA ANÁLISE DA EMEFF PAPA JOÃO PAULO II

Rafael Barbosa Calumbi Da Silva¹

1. INTRODUÇÃO

A pandemia trouxe ao mundo mutações em todas as dimensões da vida humana. Cabe ressaltar os impactos no modo de produção e com isso as suas determinantes na produção e reprodução das relações sociais. A covid-19 afetou de maneira significativa as relações de trabalhos, impedindo o desenvolvimento de muitas atividades econômicas. Nesse rearranjo produtivo, aumenta-se a concentração de renda, a desigualdade social e a precarização das condições de vida e trabalho da classe operária. Nesse contexto de avanço da barbárie e desigualdade social que já vinha em curso desde as modificações do modo de produção com o contexto de crise mundial capitalista em 1970, agindo sobre o binômio da flexibilização/precarização, a pandemia em curso serviu para intensificar a exploração e o desemprego, manobras realizadas para que os impactos sobre o Capital e o lucro fossem amenizados.

Nesse contexto de resposta do grande capital, a crise do modo de produção na década de 70, veio a pandemia e com ela, todos os rebatimentos do agravamento da piora nas condições de vida da população vão refletir em todos os aspectos da vida de sua família. Uma dessas expressões vai se manifestar no sistema educacional público. Se já não bastavam os avanços nas políticas públicas, a pandemia trouxe a essas famílias a obrigatoriedade de um ensino remoto, dentro de casa, sendo necessária a utilização de tecnologia para o acesso. Com o quadro de desigualdade

¹ Mestrando em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe; email: rafaelcalumbi@hotmail.com.

latente, cada vez mais ampliado, essas famílias muitas vezes devem optar entre o comer ou o acesso à tecnologia.

O artigo se propõe a uma análise desse quadro pandêmico e a desigualdade social presentes na sociedade brasileira partindo de uma análise da realidade da Escola Municipal de Ensino Fundamental II Papa João Paulo II, através de uma pesquisa qualitativa envolvendo professores e pais de alunos na análise dos rebatimentos da pandemia nas condições de desenvolvimento educacional.

Será dividido em três subtópicos de desenvolvimento: Desigualdade social e educação; Pandemia e modificações educacionais em Aracaju; os efeitos da pandemia na realidade da EMEFF Papa II; finalizando com a conclusão extraída na pesquisa de campo.

2. DESIGUALDADE SOCIAL E EDUCAÇÃO

Falar sobre educação remete a reflexão dos aspectos políticos, sociais e econômicos do Brasil e do mundo. Conforme Saviani (2013) para poder atuar e entender a educação é primordial conhecer o modo como se encontra estruturada a sociedade que desenvolve a prática educativa. Entender a estrutura da sociedade se faz fundamental para análise educacional e todos os rebatimentos que essa esfera absorve da sociedade. Na sociedade atual, dirigida pela ordem do capital, dualizam-se entre dois pólos distintos - entre uma classe que possui os meios de produção, os capitalistas; e por outro lado, uma categoria que necessita a venda da sua mão-de-obra para sobrevivência, os trabalhadores. A educação constitui-se como um ato político, não há nesse meio uma neutralidade, conforme Saviani (2013). É nesse processo antagônico que estará inserido o processo educacional, no meio das determinações das (re)produção das relações sociais pelo grande capital.

Vê-se, pois, que numa sociedade dividida em classes com interesses antagônicos como é o caso da sociedade brasileira atual, a educação escolar move-se inevitavelmente no âmbito da luta de classes quer se tenha ou não consciência disso, quer se queira ou não assumir essa condição. Aliás, ignorar essa situação ou pretender manter-se neutro é uma forma objetivamente eficiente de agir em consonância com os interesses dominantes (SAVIANI, 2013, p.27)

Pensar a educação sem levar em consideração a luta de classe é automaticamente se posicionar em favor de uma educação da manutenção do status quo, da formatação de uma harmonia social altamente beneficiária do atual modelo vigente. Como expressão da questão social, a educação pública convive com uma realidade paralela de alunos que expressam com os reflexos da desigualdade nos seus lares, tendo, muitos, a escola como um mecanismo de alimentação que não possuem em casa. Fora disso, a condicionante da frequência escolar para o recebimento do programa bolsa família representou uma condicionante para que os pais incentivem a frequência escolar. O ambiente público abarcará as expressões dessa luta de classe no seio educacional. Enquanto os filhos de uma parcela populacional encontram-se preocupados unicamente em estudar, em seus colégios privados, os filhos dos trabalhadores, inseridos na escola pública, preocupam-se com os rebatimentos desiguais nos acessos à educação, vivendo muitas vezes o dilema entre estudar x sobreviver.

A educação formal destaca-se num debate permanente entre direito e obrigatoriedade do ensino e da oferta educacional, neste sentido não basta somente à oferta do ensino, mas sim, o seu efetivo atendimento, conforme CURY e FERREIRA (2010 apud Yannoulas, 2017). Porém, avaliar a efetivação do ensino transcende aos muros escolares, sendo necessário avaliar todos os rebatimentos que a questão social imbrica nesse processo de educação e desigualdades sociais.

As desigualdades sociais e econômicas atingem de maneira substancial os países de economia periférica, como características centrais a má distribuição de renda, a concentração de riqueza e a falta de investimentos em políticas sociais, dentre as disparidades e desequilíbrios no padrão de vida dos seus habitantes, no âmbito econômico, social, cultural ou político, configurado em seus diversos aspectos, dentre eles o educacional, o profissional, o étnico-racial, o regional e o de gênero, conforme Chaves e Arcoverde (2021).

A fome, a miséria, o desemprego, a violência e as más condições de habitação, saúde, educação e inserção social são alguns dos aspectos que configuram a problemática das desigualdades e privação de direitos na sociabilidade capitalista no Ocidente, suscitando crises estrutural, social, política, econômica e humanitária sem precedentes. (CHAVES E ARCOVERDE, 2021, p.166)

Nesse cenário constitutivo das desigualdades sociais, centralizando no sistema educacional formal e público, estaremos diante dos rebatimentos das expressões da questão social para dentro da escola.. Quanto mais intenso é o sistema capitalista se constitui maior a expropriação, privação dos direitos e mais complexa se tornará a questão social com suas expressões (pauperismo, escravidão, conflitos, dentre outros).

Enquanto fenômeno social, as desigualdades sociais fruto da relação capital – trabalho, tendo como marca característica a sobreposição do capital sobre o trabalho, tem sua base de uma sociedade fundada na privação de direito e no agravamento da questão social. (Chaves e Arcoverde, 2021).

Porém, a pobreza e desigualdade social, sem dúvidas, constitui-se uma potencialização nas barreiras para a efetivação desse aprendizado. Conforme o relatório da Oxfarm (2014 apud Yannoulas, 2017) uma em cada seis pessoas do mundo sofre os efeitos da pobreza. Trazendo para a realidade brasileira, segundo o IPEA (2021 apud Yannoulas, 2017), houve uma concentração de renda ainda maior, enquanto a renda per capita dos 5% mais ricos teve um aumento de 9%, os 50% mais pobres viram suas rendas desmoronar nos índices de 2015-2018². Pesquisadores consideraram enquanto a década perdida no combate a pobreza e desigualdades sociais. Trazendo ainda o relatório da Oxfarm (2021)³ os efeitos da crise em um mundo já desigual e a intensificação dela, foram necessários apenas 9 meses para os 1000 maiores milionários do mundo recuperarem suas fortunas a níveis pré-pandêmico enquanto os mais pobres levariam mais de uma década para recuperação. Sem contar a maior concentração de renda em meio a um contexto de pandemia assolado pelo novo coronavírus.

Esses índices que já tinham reflexos da intensificação da pobreza e desigualdade social liderada sobre a perspectiva neoliberal mergulha-se e agrava-se diante de um contexto pandêmico. Esses rebatimentos no sistema escolar serão de imediato. Os reflexos dessa desigualdade social no

2 A conclusão está no estudo Distribuição de Renda nos Anos 2010: uma década perdida para desigualdade e pobreza, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

3 O vírus da desigualdade social: unindo um mundo dilacerado pelo coronavírus por uma economia justa, igualitária e sustentável.

campo das políticas educacionais se manifestam de diversas maneiras, desde a evasão escolar, dificuldade de aprendizado, dentre outros. Nesse cenário

Ao tratar sobre a pobreza e o público estudantil, Duarte (2012) indicou que 44% da população escolar no ensino fundamental público no Brasil estava em situação de pobreza em 2009. O critério utilizado por essa autora para identificar a população em situação de pobreza foi o de considerar o número de estudantes das escolas públicas, beneficiários do PBF. No caso do estado de Alagoas, 73% dos estudantes eram beneficiários desse programa. Na região Nordeste, 67% estavam nessa situação. Esses dados indicam que, ao tratarmos da relação entre educação e pobreza, não estamos falando de minorias. Estamos dizendo que grande parte da população inserida na escola pública brasileira traz consigo as demarcações da condição social centrada no recorte de renda (ser beneficiário de programa de transferência de renda). (Duarte 2012 apud Yanoulas, 2017, p.31)

Conforme o quadro ressaltado acima, a escola pública torna-se carro chefe dos filhos de trabalhadoras inseridos muitas vezes no subemprego ou no exército industrial de reserva. Com o contexto de pandemia, torna-se insustentável a frequência escolar desses grupos populacionais. Conforme a Unesco (2021), em 2019, 1,1 milhão de crianças e adolescentes em idade escolar estavam fora das escolas no Brasil. A maioria deles de 4 a 5 anos e de 15 a 17 anos. Desse quadro, a maioria são pessoas pretas, pardas e indígenas. Em consequência desse reflexo, é nítido o recorte de classe na divisão entre o público x privado. Nesse cenário de desigualdade social, diretores, professores e equipe educacional têm o desafio de sua missão constitucional de educar em meio à desigualdade e pobreza.

Boa parte das famílias optam muitas vezes entre sobreviver e acessar a educação. Os filhos mais velhos são incumbidos da missão árdua em cuidar dos filhos mais novos enquanto os pais estão nas ruas tentando trazer um mínimo para dentro de casa, muitas vezes inseridos no subemprego ou na busca por uma vaga. É nesse cenário que os estudantes de escola pública estão inseridos, no desafio permanente entre acessar a educação formal para ter uma oportunidade no mercado de trabalho cada vez mais escasso e desigual.

2.1 PANDEMIA E MODIFICAÇÕES EDUCACIONAIS

O processo de educação formal sempre foi permeado por um campo tensionado entre desigualdades e ausência de oportunidades entre as classes. O desigual acesso à educação é intermediado por políticas públicas que visam o acesso oportuno aos filhos dos trabalhadores. Conforme Orso (2020) a educação é a preparação para vivência em sociedade. Constitui-se enquanto perspectiva propulsora da preparação do indivíduo na sociedade. Com o advento da pandemia tornou-se necessária, a partir do isolamento social, o formato de educação remota. Diferentemente da educação no formato EAD, o ensino remoto veio para substituir momentaneamente o ensino presencial diante da pandemia que atinge o mundo. De acordo com Saviani (2020) o ensino remoto sequer pode ser equivalente ao ensino presencial, só sendo admitido nas exceções.

O parecer proposto pelo Conselho Nacional de Educação, através do MEC, em concordância com as orientações da UNESCO, no Brasil orientou a reorganização das atividades letivas, redefinindo as atividades acadêmicas, permitindo aulas aos sábados e nas férias (BRASIL, 2020). Mesmo levando em consideração as dificuldades trazidas de acordo com a pandemia, revelaram-se preocupação somente posterior à pandemia, e, ausência efetiva de propostas que levassem auxílio material para os alunos de escola pública no contexto de pandemia.

Conforme Lucas *et al* (2021) embora a pandemia de Covid-19 tenha afetado negativamente diversos países, o caso brasileiro aflora uma investigação especial. Citando a análise do Brasil, as autoras ressaltam a omissão do Governo Federal brasileiro na identificação de programas concretos e no destacamento de protocolos para o enfrentamento da pandemia no ambiente escolar, em especial, destaca-se nesse processo a ausência de ações efetivas através do Ministério da Educação (MEC). O Brasil enfrenta um contexto de governo negacionista, custando o reconhecimento da gravidade da pandemia que atinge todo o mundo.

Nesse contexto de negativas, o desejo que a vida levasse seu percurso normal como se não houvesse pandemia reforçou a omissão de uma política central partindo do Governo Federal que regulasse protocolos de saúde, educação e economia. Nesse bojo, a educação foi entregue à própria vontade e desejo de cada estado e município.

De acordo ainda com a Unicef ⁴(2021) embora o Brasil avançasse nos últimos anos, mesmo lentamente, na garantia do acesso educacional de cada criança ou adolescente, a desigualdade social permanecia. Conforme o relatório, a pandemia intensificou as desigualdades e consequentemente os efeitos drásticos sobre a educação. Aqueles por ora matriculados, mas com menores condições tecnológicas de frequência escolar acabaram tendo seu direito à educação negado.

Ressaltando o processo de omissão por parte do Governo Federal, Lucas *et al* (2021) ressalta ainda o veto do Presidente Jair Bolsonaro ao PL 3477/2020 que previa recursos para o acesso a internet por professores e alunos da educação básica; E, o incentivo do Ministro da Educação ao retorno imediato das aulas. Enfatizo outro aspecto anterior ao atual governo, mas que consequentemente tem impacto fundamental nesse processo. A Pec que congela gastos públicos, inclusive na educação, aniquilou recursos que seria fundamental na continuidade escolar dos filhos dos trabalhadores.

Em novembro de 2020, mais de 5 milhões de meninas e meninos de 6 a 17 anos não tinham acesso à educação no Brasil. Desses, mais de 40% eram crianças de 6 a 10 anos, faixa etária em que a educação estava praticamente universalizada antes da pandemia. (UNICEF, 2021, p.25)

Outrossim, embora alguns tivessem acesso a alguns aparelhos tecnológicos (celulares, notebooks, computadores), os rebatimentos do desemprego, inflação galopante e condições de vida prejudicadas, obrigaram a muitas famílias que viviam do subemprego ou do exército industrial de reserva requisitar esses pequenos para auxiliar em trabalhos diários, aumentando a defasagem escolar, como veremos no próximo capítulo.

Sendo assim, o sistema educacional brasileiro negligenciou o acesso à educação pública de milhares de alunos das escolas públicas. Somente a oferta de mecanismos de ensino remoto não seria suficiente para alunos que além de presenciarem a aniquilação da renda de seus familiares, foram obrigados a conviver com um formato altamente dependente da tecnologia. Imaginemos, se muitas famílias malmente conseguiram uma renda per capita que garanta a sua subsistência, possibilitaria

4 Cenário da Exclusão Escolar no Brasil: Um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação

os mesmos ao acesso da instalação de internet, de um bom mecanismo tecnológico para o acompanhamento das aulas?

Na realidade de Sergipe, o investimento nesses mecanismos tecnológicos até existiu, porém, ganhou amplitude e concretude somente no mês de março de 2021. Após cerca de dois anos da pandemia, o Governo do Estado conseguiu alavancar mecanismos de avanço e democratização desse processo educacional, conforme veremos adiante.

As modificações ocasionadas no sistema educacional com o regime híbrido teve como panorama uma omissão completa por parte do Governo Federal na oferta e provisões de materiais didáticos; Por outro lado, um investimento tardio por parte dos Governos Estaduais e Municipais que concretizaram avanços na oferta do ensino remoto após dois anos de pandemia, trazendo prejuízos significativos para os estudantes da rede pública.

2.2 OS EFEITOS DA PANDEMIA NA REALIDADE DA EMEFF PAPA II

De acordo com o observatório de Sergipe⁵, o Estado de Sergipe consta com um desemprego de 20,9% no 1º Trimestre de 2021. Dentro desse quadro, o bairro do Santa Maria conta com o pior IDH da Capital Aracaju. O bairro Santa Maria é conhecido pelo estigma da violência cotidiana. É na entrada do bairro Santa Maria que se localiza a Escola Municipal de Nível Fundamental Papa João Paulo II. Em meio a esse cenário, encontramos um grupo de profissionais motivados e preparados para fornecer o melhor para essa população constantemente excluída de seus direitos mais básicos. A escola foi criada com a perspectiva de fornecer um equipamento público de referência.

No nordeste do país, os índices de exclusão são galopantes. A desigualdade social mergulhará nas salas de aulas desafiando os métodos pedagógicos e sociais.

Destacam-se os estados de Alagoas (4,3%), da Paraíba (3,4%) e de Sergipe (3%), que apresentam os piores indicadores de exclusão na região. No Sudeste, região mais rica do país, o Espírito Santo se iguala à média nacional, com 2,7%. Na Região Sul, o estado do Rio Grande do Sul (3%) e o estado do Paraná (2,9%)

5 <https://www.observatorio.se.gov.br/>

ultrapassam a média. Por fim, no Centro-Oeste, verifica-se que todos os estados, inclusive o Distrito Federal, apresentam percentuais superiores à média nacional. (UNICEF, 2021, p.17-18)

Segundo BARBERIA, CANTARELLI, SCHMALZ (2021), em um estudo pela FGV em parceria com a USP, Aracaju foi a capital que passou mais dias sem aulas no ensino público desde o fechamento em março de 2020 por conta da pandemia. A pesquisa ressalta ainda o menor investimento e atenção das escolas municipais em relação às estaduais. A Prefeitura de Aracaju destaca a falta de estruturação e articulação no âmbito nacional para a efetivação de uma política central de educação para a pandemia.

Conforme a SEDUC, o governo do Estado de Sergipe iniciou investimento em 2020 criando o portal estude em casa com materiais de apoio para os estudantes. Seguindo ainda, no ano de 2020 iniciou investimento no fornecimento do serviço de internet patrocinada com pagamento de dados móveis para professores e alunos. Todos esses investimentos ressaltados pela SEDUC foram através de lotes, conforme informações passadas pela Secretaria de Educação do Estado de Sergipe.

Diversas dificuldades estão sendo imbricadas no nível do ensino remoto direcionado às escolas públicas. Na realidade da cidade de Aracaju o ensino remoto é oferecido aos discentes das EMEFFs com ausência de provisão material por parte do município para que esse aluno participe do movimento remoto. À custa e condições para acesso a tecnologia fica a cargo dos alunos. Fora as consequências nefastas que a pandemia causou na vida das pessoas, a provisão educacional ficou à própria sorte desses discentes e seus familiares.

Nesse cenário, os alunos da EMEFF Papa João Paulo II, do ensino fundamental II, em um dos bairros com menor índice de desenvolvimento humano da cidade de Aracaju, estarão inseridos nesse contexto de participar de formato remoto de ensino sem as condições objetivas fornecidas pelo Estado na provisão e manutenção da participação nas aulas.

A Prefeitura de Aracaju respondeu aos questionamentos por meio de nota. Conforme respondido, a prefeitura investiu em parceria com a Tv Câmara para a oferta de uma grade com horários específicos para cada série educacional variando em horários diferentes. Além disso, a prefeitura desenvolveu um canal de apoio via telefone e aplicativo de

mensagem para sanar dúvidas dos estudantes. Ainda investiu em tablets para os monitores escolares e aquisição de cestas básicas para as famílias dos estudantes de baixa renda da rede pública; Impressão de materiais didáticos na escola que o estudante estaria vinculado (alunos que não teriam acesso à tecnologia poderiam imprimir as atividades nas escolas).

Destacamos de maneira positiva as ações que visavam fornecer alternativas para o enfrentamento da pandemia e os seus rebatimentos no sistema escolar. Entretanto, essas ações se tornam ineficientes diante de um cenário de uma estrutura desigual, sobretudo, em um bairro que tem um dos piores índices de desenvolvimento humano da Capital. A ausência de uma linguagem tecnológica mais acessível e inclusiva, a falta de acesso a internet, associado a ausência material de instrumentos que permitisse acompanhar as aulas foram determinantes para a precarização do sistema educacional nesse período, revelando-se suas expressões de evasão e queda de rendimento escolar.

Portanto, embora destacando os esforços diante da pandemia, essas ações se mostraram ineficientes diante de um quadro de desigualdade social latente. A prefeitura e o governo do Estado protagonizaram uma preparação levando em conta que todos os alunos partiriam de pontos minimamente iguais no acesso material a internet. Lamentavelmente, não foi uma realidade na vida de parcela dos estudantes dessa escola pública de nível fundamental. O primeiro passo seria o acesso desses alunos a tecnologia, fornecendo materialmente as condições necessárias para garantir a continuidade nas aulas (celulares, tablets e internet). Contudo, destaco ainda a inércia do Governo Federal na condução da educação do País durante a Pandemia, faltando uma articulação central da política educacional nesse contexto.

Conforme relatos da professora X⁶, a escola se manteve ativa desde o início da pandemia, entretanto, houve um aumento da evasão escolar diante desse cenário. O que obviamente se manifesta pela ausência de um primeiro passo inicial no provimento de condições materiais de acesso. A profissional ressalta o que já destacamos ao longo do artigo, a ausência de equipamentos tecnológicos participou de maneira decisiva no aumento da evasão escolar nesse período, ressaltando a ausência de provimento

6 Assegurando a não identificação da entrevistada.

material por parte das autoridades públicas. Destaco ainda para um elemento primordial destacado pela profissional dessa escola, o aumento e sobrecarga de trabalho que dobrou durante a pandemia quanto ao adoecimento mental que essa sobrecarga proporcionou. Com a pandemia e o ensino remoto, houve um prejuízo educacional aos estudantes e um adoecimento mental aos docentes.

3 CONCLUSÃO

Destarte, a pandemia impacta nas condições de desenvolvimento educacional de forma significativa. O Estado adotando a sua perspectiva de redução das políticas sociais prestam uma assistência minimizada a essas famílias que já vivenciam sobre condições de vida precarizadas, permeadas pela pobreza e miséria extrema. Esses alunos, na maioria deles oriundos de famílias que estão na informalidade, em muitos casos, não estão tendo condições materiais de acesso à aula cotidiana, além de assumir a condição de auxiliar dos pais. Com isso, o sistema de desenvolvimento encontra-se prejudicado muitas vezes pela ausência de acesso a tecnologia para acompanhar as aulas, outras vezes pela ausência de condições básicas de vida. Há uma ausência de providências materiais que representariam o primeiro passo do acesso educacional desses estudantes. As escolas se preocuparam em preparar um sistema didático remoto, porém, não forneceu as condições necessárias para que esses alunos acompanhassem o ensino remoto.

O ensino remoto impactou diretamente na condição de vida desses alunos que agora se encontram em uma posição ainda maior de sujeição a precarização das relações sociais. A extrema pobreza e a ausência de oferta material a esses alunos entregaram os filhos dessas famílias a própria sorte, retirando-se ainda mais o direito a uma educação pública e de qualidade. Destaco ainda, o relato da professora que além da sobrecarga de trabalho ocasionada pelo ensino remoto, ressaltou o adoecimento mental dos docentes diante de um quadro de exploração ainda maior da força de trabalho dos professores.

REFERÊNCIAS

BARBERIA, Lorena G; CANTARELLI, Luiz G. ;SCHMALZ, Pedro

Henrique de Santana. **Uma avaliação dos programas de educação pública remota dos estados e capitais brasileiros durante a pandemia do Covid-19.** Rede de Políticas Públicas & Sociedade, FGV-EESP, Clear, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. **Parecer CNE/CP Nº 5/2020. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19.** *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1 jun. 2020

GARCIA, Adir Valdemar; YANNOULAS, Silvia Cristina. **Educação, pobreza e desigualdade social.** Revista Em Aberto, Brasília, v. 30, n. 99, p. 21-41, maio/ago. 2017. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/3262/pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2021. doi: <http://dx.doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.30i99>

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação teórico-metodológica – 36ª ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional, 2 ed., São Paulo: Cortex, 1999.

LUCAS, Angela *et al.* Nota técnica 05. **A educação na pandemia e a omissão do Governo Federal.** Rede brasileira mulheres cientistas. S.1. 2021.: <https://mulherescientistas.org/wpcontent/uploads/2021/05/NTEducacaonapandemiaVF.pdf> Acesso em 16 de Julho de 2021.

ORSO, P.J.(2020). **O novo coronavírus, a pedagogia histórico-crítica, a sociedade de classes e o internacionalismo proletário.** Revista exitus, 10(1), e020048. <https://doi.org/10.24065/2237-9460.2020v-10n1ID1432> (original work published 24 de julho de 2020)

OXFAM. **O vírus da desigualdade: unindo um mundo dilacerado pelo coronavírus por meio de uma economia justa, igualitária e sustentável.** 2021. Disponível em:< https://www.oxfam.org.br/wpcontent/uploads/2021/01/bptheinequalityvirus110122_PT_Final_ordenado.pdf?utm_campaign=davos_2021__pre_lancamento&utm_medium=email&utm_source=RD+Station >. Acesso em: 21 jul. 2021.

OXFAM. **Governar para las elites: secuestro democrático y desigualdade económica.** S.l.2014.Disponívelem:<<http://www.oxfamintermon.org/es/documentos/17/01/14/gobernarparaelitessecuestro-democratico-desigualdad-economica>>. Acesso em: 21 jul. 2021.

SAVIANI, Dermeval (2020). **Crise estrutural, conjuntura nacional, coronavirus e educação – o desmonte da educação nacional.** *Revista Exitus*, 10(1), e020063. <https://doi.org/10.24065/2237-9460.2020v-10n1ID1463>, acessado em 16/07/2021;

SAVIANI, Dermeval. A PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA, AS LUTAS DE CLASSE E A EDUCAÇÃO ESCOLAR. In: **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 5, n. 2, p. 25-46, dez. 2013.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** – 1. ed. – 17. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2008

UNESCO. **A Comissão Futuros da Educação da Unesco apela ao planejamento antecipado contra o aumento das desigualdades após a COVID-19.** Paris: Unesco, 16 abr. 2020. Disponível em: <https://pt.unesco.org/news/comissao-futuros-da-educacao-da-unesco-apela-ao-planejamento-antecipado-o-aumento-das> Acesso em: 16 jul. 2021.

UNICEF Brasil; CENPEC Educação. **Cenário da Exclusão Escolar no Brasil: Um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação.** S.l, Abril de 2021. Acesso em 17 de Julho de 2021: <https://www.unicef.org/brazil/media/14026/file/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil.pdf>

SOUZA, S.; FRANCO, V. S.; COSTA, M. L. F. **Educação a distância na ótica discente.** *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 99-114, jan./mar. 2016. <https://doi.org/10.1590/s1517-9702201603133875>» <https://doi.org/10.1590/s1517-9702201603133875>

O DESAFIO DE ENSINAR MATEMÁTICA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Fernanda Monteiro Guerra¹

Gabriel Júlio Alvares²

Geniclebison Dos Santos Silva³

João Vítor Barbosa Da Silva⁴

Maria Jacira Nascimento Da Silva⁵

Nathalia Ranielle Lemos Da Silva Barros⁶

Natercia de Andrade Lopes Neta⁷

INTRODUÇÃO

O Ministério da Saúde por meio do boletim epidemiológico nº 15 e o MEC por intermédio da portaria nº 343, solicitaram o distanciamento físico e paralisação de encontros presenciais devido à pandemia do COVID-19. Desta forma, as aulas presenciais nas instituições de ensino e a aglomeração entre pessoas deveriam ser evitadas, pois existiam fatores

1 Aluna do 8º período de licenciatura em Matemática da UNEAL de Palmeira dos Índios. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9904569266754282>.

2 Aluno do 8º período de licenciatura em Matemática da UNEAL de Arapiraca. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9126652967644638>.

3 Aluno do 6º período de licenciatura em Matemática da UNEAL de Palmeira dos Índios. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6769011616235845>.

4 Aluno do 6º período de licenciatura em Matemática da UNEAL de Arapiraca. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3395711931937599>.

5 Aluna do 4º período de licenciatura em Matemática da UNEAL de Palmeira dos Índios. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4418329448026445>.

6 Aluna do 6º período de licenciatura em Matemática da UNEAL de Palmeira dos Índios. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6669616062639882>.

7 Professora adjunta do curso de Licenciatura em Matemática da UNEAL de Palmeira dos Índios. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4880247640523667>.

que comprometiam os decretos governamentais. Acatando todas as recomendações sanitárias, as aulas presenciais foram suspensas, e este hiato das aulas presenciais apresentou um desafio que era a habilidade dos docentes nas tecnologias de comunicação.

Diante deste cenário, surge o seguinte questionamento: Qual o nível de domínio dos docentes do 6º ao 9º ano de Escolas públicas de Arapiraca e Palmeira dos Índios com relação às plataformas digitais disponibilizadas pela sua rede de ensino? Este artigo é o recorte de uma pesquisa que tem como objetivo identificar os obstáculos dentro das tecnologias digitais para o ensino da matemática em tempos de pandemia, de modo específico identificar a plataforma digital que a Escola utilizou durante o ensino remoto e elaborar um formulário que mensure o nível de conhecimento dos docentes sobre as plataformas utilizadas por sua rede. Apresentaremos aqui, a revisão bibliográfica que dá embasamento à esta pesquisa.

JUSTIFICATIVA

Diante dos desafios que a pandemia de COVID-19 provocou na sociedade educacional brasileira, tornou-se inviável manter a possibilidade da continuidade às aulas presenciais, fazendo com que todos os tipos de instituições, seguindo as normas e orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), fechassem suas portas, dando início ao isolamento físico. Com isso, as aulas foram suspensas e para dar continuidade ao ano letivo, ocorreu uma flexibilização do ensino, uma vez que os docentes tiveram que modificar o formato de suas aulas, transitando assim, do ensino presencial para o ensino remoto.

Deste modo, o processo de ensinar a matemática em meio a essa adaptação entre modalidades, permitiu uma exploração ainda mais abrangente em relação aos recursos do cotidiano de cada aluno, assim como manter uma dinamização das metodologias para melhor facilitar o aprendizado do discente. Contudo, o ato de ensinar vai além dessas explorações, uma vez que é preciso estar de acordo com o perfil da turma, analisando e buscando pressupostos capazes de suprir e atender às necessidades que a turma apresenta, realizando desta forma, um trabalho conjunto.

Nesse contexto, as aulas de matemática precisariam ser modificadas, fazendo com que o professor verificasse determinados conceitos do conhecimento matemático que se tornaria um novo desafio devido a nova forma de expressar-se. Como por exemplo, na demonstração de determinadas expressões ou gráficos, cujo objetivo seria esclarecer esses conceitos, facilitando o amadurecimento da ideia. Ressaltando que, são infinitas possibilidades de mudança para o ensino remoto, e quanto ao ensino da matemática, a maioria dos alunos não dão a devida atenção, impossibilitando a compreensão dos conteúdos para a execução das atividades.

Com o cenário atual dos professores na decorrência deste período pandêmico, busca-se investigar acerca das condições que foram determinadas na prática docente da educação básica. Assim, como deve ser analisada toda a abordagem relacionada as metodologias ativas no ensino, visando apontar todos os fatores que dificultam o processo de ensino e aprendizagem.

REVISÃO DE LITERATURA

A pandemia de COVID-19, trouxe um novo cenário para a Educação. A construção do conhecimento matemático precisou se adaptar às novas formas de ensinar. A educação a distância (EAD) era permitida apenas para o Ensino Superior, porém, diante dos acontecimentos, fez-se necessário, que o MEC adotasse novas medidas emergenciais, aplicando então a modalidade de Ensino Remoto, para as demais turmas de ensino. O presente trabalho de pesquisa de autoria de Souza Júnior (2021), teve como objetivo analisar o ensino da Matemática nas escolas do município de Guarabira – PB, durante o período da pandemia Covid-19. Tendo como objeto de estudo as aulas remotas de matemática ministradas nas turmas de 9º ano do ensino fundamental entre os meses de agosto e setembro de 2020 nas escolas: Objetivo Colégio e Curso, Executivo Colégio e Curso, Escola Estadual de Ensino Fundamental Antônio Benvindo e Centro Educacional Osmar de Aquino.

Foram sujeitos de pesquisa 8 (oito) professores de matemática, sendo dois de cada escola participante. No momento do contato foi apresentada a proposta da pesquisa, mas por algum motivo apenas 3 (três)

responderam o questionário. Participaram respondendo o questionário 110 (cento e dez) alunos do 9º ano do ensino fundamental, com apenas 3 (três) perguntas básicas, onde, aos professores foram feitas perguntas envolvendo a temática dos desafios das aulas de matemática remotamente durante a pandemia e as dificuldades que os alunos estavam tendo para assimilar os conteúdos.

Conclui-se após os resultados e discussões dos questionários, que existe um conjunto de fatores em que faz-se perceber o quanto o professor ligado às suas antigas práticas de ensino, em que o quadro, o giz e o apagador ainda são suas principais ferramentas de trabalho, claro, não se pode usar apenas novos meios de ensino com uso exclusivo apenas de tecnologias, pensar numa sala de aula só com recursos digitais também pode desfavorecer alguns alunos que buscam outros métodos para aprendizagem. Como também foi visto que os alunos ainda são muito travados em buscar novas formas de aprendizagem, onde em sua maioria esperam pelo professor e assim encontrando dificuldades quando se necessita de “andar com suas próprias pernas”. Para os autores, a falta de interesse, como também a de concentração impede o sucesso escolar e desconsidera todo o esforço do professor em aprender a manusear programas, e a se dedicar a novas formas de transmitir o conteúdo. Ao se desenhar o gráfico de uma função, marcar os pontos cartesianos no Geogebra o professor fez sua parte, mas é necessário a atuação do aluno também, contudo, segundo Souza Júnior (2020), “ao certo, sabe-se que sairão dessa pandemia com novos olhares em relação ao ensino aprendizagem da educação e transmissão do ensino da matemática”.

Diehl (2021), no artigo que trata do “O ensino remoto e suas implicações no ensino da matemática” nos mostra que diante das dificuldades relacionadas à COVID-19, foram adotadas medidas extremas para auxiliar no controle da pandemia. Em meio a estas medidas estão o distanciamento social e o fechamento de escolas, o que induziu o contexto escolar a dar continuidade ao ensino por meio de recursos tecnológicos, onde os professores tiveram que se adaptar ao trabalho de forma remota.

O estudo do Ensino da Matemática surgiu como uma motivação durante o ensino remoto, pois o professor avaliando as novas tecnologias teve que ser reinventado, tendo como objetivo proporcionar aos alunos “um ambiente dinâmico, enriquecedor e motivador para o processo de

ensino e aprendizagem por meio da inserção de recursos tecnológicos” (DIEHL, 2021).

Nesse contexto, o papel do professor vai além do ensino da prática ou dos valores atribuídos às regras ou conteúdos ministrados, onde a formação docente ao lado da reflexão sobre a prática educativa deverá ter como condição, a autonomia dos discentes. Onde para analisar tais implicações no ensino, a pesquisa seguiu as seguintes etapas: conversa com os docentes que participaram da pesquisa; termo de consentimento livre e esclarecido aos participantes; aplicação do questionário; por fim, a análise dos dados coletados. Ressaltando que, para a coleta de dados, foi utilizado como instrumento mediador, um questionário com questões abertas, onde visa discutir os problemas do ensino normativo ao ensino remoto e a aprendizagem Matemática.

Contudo, foi analisado o cenário atual dos professores na decorrência deste período pandêmico, buscando investigar acerca das condições que foram determinadas na prática docente para o ensino de Matemática na educação básica, principalmente depois do fechamento das escolas em todo território nacional, ocorrendo uma interrupção no processo de aprendizagem. Assim, como também foi analisada toda a abordagem voltada às metodologias ativas do ensino destacando especificamente a metodologia Sala de Aula Invertida, bem como os resultados que apontam tanto as abordagens que os professores buscaram para continuar ministrando suas aulas, quanto aos fatores que dificultaram tal processo (DIEHL; CASTRO, 2021).

No trabalho sobre “tecnologia e Educação Matemática em tempos de pandemia”, é apresentada uma das principais preocupações dos professores e pesquisadores é a situação pandêmica que força a transferir o ensino presencial para ensino remoto, no entanto, tende-se a se pensar se isso irá melhorar a aprendizagem ou terá um retrocesso na educação matemática (VALENCIA, 2020). Os modelos tradicionais de educação não permitem um grande impacto tecnológico na transformação das práticas de ensino da educação matemática como é argumentado por (CLARK-WILSON; ORELHA ROBUTTI; NATHALIE SINCLAIR, 2014) onde houve um impacto relativamente pequeno nas experiências de aprendizagem dos estudantes associados com o uso da tecnologia bem distante do que era esperado alguns anos, a tecnologia vem sendo usada

como substituta rápida para cálculos mentais e até mesmo os cálculos mais elaborados.

O método do ensino não assume que a tecnologia seja um elemento que permita o atraso de processo sobre o pensamento matemático, ou seja, resolver problemas discutir, comunicar ideias matemáticas, representar e modelar. No olhar do professor de matemática, deixa claro que ao incluir recursos tecnológicos no tempo que estamos vivendo é de extrema necessidade observar as suas práticas de ensino, pois com a vivência de alunos afastados das suas aulas presenciais devido acontecidos do COVID-19, geraram novas condições sobre o espaço da aprendizagem, nos quais são necessários professores que sejam inovadores e que permitam aos estudantes redescobrir a matemática por meio de acompanhamento constante do seu processo de aprendizagem.

Diante disso, é muito provável que a educação matemática não seja a mesma depois da COVID-19, pois, com as boas práticas que podem ter ajuda da tecnologia digital, e assim melhorando o desenvolvimento de processos centrais sobre o pensamento matemático dos estudantes, torna-se necessário estarmos preparados para esses pensamentos, pois eles permaneceram mesmo após pandemia.

Na pesquisa sobre “COVID-19 e Educação: resistências, desafios e (im)possibilidades”, Barreto e Rocha (2020), mostram que a pandemia afetou rigorosamente a educação tornando cada vez mais difícil voltar à normalidade, deixando a vida educacional e econômica extremamente abalada. A realização de atividades pedagógicas realizadas no ensino à distância já vinha sendo pesquisada e estudada a um tempo como diz, o Decreto-Lei nº 1.044, artigo 2º de 21 de outubro de 1969 (BRASIL, 1969), já apresentava possibilidades de alunos estudar em suas casas. Mas com o aumento devastador de casos da COVID-19, o Ensino a Distância (EAD) foi colocado em prática de imediato, fazendo com que estudantes, professores e familiares terem de se adaptar a essa modalidade rapidamente. Alguns avanços tecnológicos tem ajudado a ter uma nova perspectiva para o ensino a distância. Contudo, novas ações foram criadas para auxiliar os professores, podendo desta forma, suprir a carência de regiões necessitadas, uma vez que todos os professores da educação básica deviam ter formação superior atendendo assim as exigências do artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB).

A modalidade EAD tem deixado a desejar, segundo Freire (1987, p. 34), esse tipo de educação, que ele classifica como bancária, visa submeter os educandos “à memorização mecânica do conteúdo narrado”. Mais ainda, a narração transforma estes alunos em “vasilhas”, recipientes a serem “enchidos” pelo educador”. Portanto, esse ambiente interativo não propicia espaços para discussões entre os atores do processo, tornando o ambiente unidirecional, indo na contramão do modelo da sala de aula presencial, em que o contato direto entre professores e alunos é muito forte pois apresenta o mesmo tempo e espaço (KENSKI, 2010). Deixando claro assim, que a Educação em formato EAD não se configura como um espaço de democratização e igualdade. Casagrande (2020), em entrevista, ressaltou que o uso das novas tecnologias como forma de ensino aprendizagem é uma ferramenta já utilizada no ensino superior e, em tempos de pandemia, serve como reparação de danos aos alunos durante a propagação do vírus. Pois o ensino EAD está mais para o ensino superior, já no ensino básico as escolas não estão preparadas para o mesmo.

Nesse contexto, as escolas privadas encontrarão algumas soluções por terem mais recursos para isso, já nas escolas públicas sabemos que não existe a mesma facilidade. O fato de estarmos vivendo em tempos pandêmicos, é de extrema necessidade desenvolver políticas públicas de igualdade educacional e ações a respeito a diferença da inclusão de alunos de regiões necessitadas, pois muitos alunos/as não possuem acesso à internet ou um espaço adequado para o desenvolvimento de estudos em suas residências. No entanto, os professores resistem mesmo com tanta dificuldade para manter a educação, fazem o máximo que podem, até mesmo aqueles que não têm certa habilidade, mas do mesmo modo, preparam aulas e fazem com que os alunos tenham acesso ao assunto necessário e não percam o ano letivo.

Em “A realidade da educação brasileira a partir da COVID-19”, os autores Avelino e Mendes (2020) nos mostram que a educação brasileira sempre teve alguns problemas econômicos, porém após a chegada da doença da COVID-19, causador da pandemia, a educação tem sofrido bastante. Além das dificuldades que já existiam os estudantes agora tiveram que enfrentar um sistema de educação que não tem uma estrutura suficiente para enfrentar a nova realidade. É de extrema importância

também as questões sociais, econômicas e culturais dos alunos serem ressaltados, pois, podem também influenciar diretamente no resultado da aprendizagem. Crianças e jovens que têm acesso aos museus, teatros, cinemas, recursos tecnológicos e viagens, carregam uma bagagem maior em relação aos que não dispõem deste capital cultural.

Alunos com mais acesso aos recursos tecnológicos estão em vantagem na nova modalidade educacional (Educação domiciliar), mesmo com a Lei de Diretrizes e Base (BRASIL, 1996). Existem muitas crianças e jovens sem estudarem, sejam aqueles que não encontram vagas nas escolas e até mesmo os que moram em locais de difícil acesso, assim como outras dificuldades. Com a falta de recursos tecnológicos que já estavam destinados para as escolas, os alunos enfrentam desafios por não terem acesso a eles, os investimentos não estão em apenas recursos financeiros, mas também em manter alunos por mais tempo nas escolas, permitindo uma formação adequada, com uso de tecnologias, pesquisas, experiências e vivências de outros países no campo educacional.

No entanto, a sugestão é de que a Educação Básica seja mais flexível, com salas interativas onde trabalhem a interdisciplinaridade e façam com que as escolas sejam lugar de saber e que desenvolva suas habilidades e que remetem as competências. No entanto surge uma dúvida como ficará a educação no final? Além de saber reconhecer problemas cabe à políticos, docentes, alunos e responsáveis pela a sociedade em modo geral, uma extrema mudança de comportamento ao ter consciência que educar vem atrelar a uma ação.

Macedo e Nascimento (2021), apresentam que com o início da pandemia do Covid-19, foi criada uma lei que estabeleceu normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública (BRASIL, 2020), com isso puderam ser desenvolvidas atividades pedagógicas não presenciais utilizando o uso das tecnologias da informação. Diante desse fato, foi feita uma análise sobre as aulas de matemática com turmas de 6º ano do ensino fundamental em uma escola pública, no interesse de mostrar as atividades remotas e assim, ajudar outros professores a realizarem aulas mais elaboradas, melhorando o desempenho dos discentes nos estudos de máximo divisor comum (MDC) e compartilhando experiências entre professores com a utilização do YouTube, uma vez que, devido a pandemia de Covid-19 as escolas foram obrigadas a se adaptarem.

Em uma experiência vivida com uma professora e alunos do 6º ano de uma escola municipal da cidade do Rio de Janeiro, visto que havia sido iniciado o ensino remoto, foi realizada uma atividade no intuito de mostrar a utilização de tecnologias para ajudar os professores e estudantes a se adaptarem à nova realidade. A utilização dos recursos tecnológicos funciona como mecanismos para os alunos, especialmente para aqueles do ensino básico que necessitam de suporte para melhorar a compreensão de conteúdos matemáticos ao decorrer do ano letivo. O professor gravou e editou um vídeo explicando os exercícios sobre o assunto de máximo divisor comum (MDC) onde expôs no YouTube, tendo fácil acesso ao link, além disso, foi realizada uma explicação utilizando exemplos de como encontrar o MDC e exercícios para serem praticados, disponibilizando também, o link do GeoGebra utilizando o aplicativo Google Sala de Aula.

A atividade foi dividida em quatro etapas, sendo elas: vídeo, parte teórica, exercícios de fixação e por fim, o uso do GeoGebra, com a finalidade de que os alunos e professores conseguissem desenvolver com êxito suas respectivas funções, contando com a participação de 40 alunos na primeira turma e de 43 alunos em outra escola de ensino fundamental. No contexto de tentar sanar o problema, foi utilizado vídeos explicando os conteúdos e atividades propostas e preparadas para os alunos reclusos e software GeoGebra, em um ambiente no qual o aluno consiga observar e desenvolver o conteúdo abordado. Deste modo, a atividade mostrou que ao realizar uma interação entre o aluno e professor, facilita a elaboração das aulas na modalidade remota, dessa forma, no dia a dia é possível conferir avanços da rede pública e a importância dessas tecnologias para o ensino.

Fronzer, Rejjatti, Weber e Fuchs (2020), defendem que o ensino matemático nos permite trabalhar com os estudantes o cotidiano deles e assim podemos preparar aulas mais elaboradas e dedicadas para o perfil de cada turma. Mas devido ao covid-19 que elevou a pandemia de 2020, áreas de educação tiveram que se adaptar, e para que isso acontecesse foi analisado alguns resultados de algumas atividades envolvidas neste contexto de ensino em nível fundamental. O relato decorre do trabalho efetivado mediante o projeto de extensão desenvolvido por acadêmicas e professores formados do curso de licenciatura em matemática de uma

instituição federal do nordeste do Estado RS, (experimentações dos licenciandos em matemática nas escolas de educação básica da região noroeste). Teve como objetivo de estudo à procura de possibilidades para o ensino remoto na área de matemática dos professores atuantes na educação básica, pois devido a pandemia houve suspensão de aulas presenciais em escolas, desse fato foi elaborado algumas alternativas e incentivados de modo a garantir esse acesso de todos a educação, as adaptações foram um desafio aos gestores, professores e alunos que muitas vezes se depararam com grande dificuldade de aprendizagem.

O objetivo do projeto citado acima consiste em ouvir propostas apresentadas pelos professores no intuito de desenvolver meios para atividades que possam contribuir no processo de ensino matemático. No ensino remoto alguns encontros ocorreram de modo visual com o uso da plataforma Google meet, e também do uso do WhatsApp para que estudantes tirassem dúvidas com professores e ajudando a compreensão de assuntos passados. O estudo foi feito em duas escolas uma particular com turmas do 2º, 4º e 5º ano. E outra da rede municipal com turma do 5º ano do ensino fundamental. Nelas foram usadas vários meios de comunicação sendo eles o Google meet, o Google classroom, atividades impressas entrega de alunos e outra proposta também feita foi de jogos.

Considerações finais

Uma grave consequência da pandemia é o impacto na educação, a Matemática é a disciplina que os alunos mais tiveram conteúdos não consolidados durante a pandemia. Eliminar essa queda da aprendizagem passa pela qualificação do professor. A Matemática se apresenta como uma disciplina de compreensão difícil para a maioria dos alunos, como apontam as pesquisas de Diehl (2021), Macedo e Nascimento (2021), Avelino, Mendes (2020), dentre outros.

A desigualdade de oportunidades para acesso às tecnologias, não só assola alunos, mas também a professores. Os docentes tiveram que fazer um esforço hercúleo para conseguirem operar com a tecnologia. A sala de aula do século XXI já está recebendo alunos com um perfil conectado com as tecnologias, o professor já teria que estar preparado para o que vai contribuir com a aprendizagem dos alunos, contudo, muitos não

possuem apropriação das tecnologias para uso em sala de aula, apenas para uso próprio.

De março de 2020 a setembro de 2021, os alunos da rede pública tiveram que ter aulas remotas em Alagoas. A partir de outubro, iniciou a modalidade híbrida, e a necessidade de estar capacitado para uso de aplicativos e plataformas educacionais virtuais permanece.

O estudo da arte aqui apresentado, teve como objetivo mostrar para o leitor os desafios encontrados pelos docentes durante a pandemia para o ensino de Matemática, esta pesquisa que está em andamento, visa identificar o nível de conhecimento dos docentes sobre as plataformas educacionais utilizadas pelos sistemas de ensino através da aplicação de um formulário diagnóstico sobre as ferramentas digitais, e com isso, colaborar com as redes para uma formação continuada que contemple e supere as dificuldades apontadas nos formulários.

Referências

DIEHL, Cristiane Castro. **O ensino remoto e suas implicações no ensino da matemática**. 2021. 82f. Dissertação (Mestrado Profissional em Matemática) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Matemática, Arraias, 2021.

SOUZA JÚNIOR, José Lucas de. **Dificuldades e Desafios do Ensino da matemática na Pandemia**. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/19246/1/JLSJ30012021.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.

VALENCIA, Arnulfo Fajardo. Tecnologia e Educação matemática em Tempos de Pandemia. **Olhar de Professor**, vol. 23, p. 01-04, 2020.

AVELINO, Wagner F.; MENDES, Jessica G. A Realidade da Educação Brasileira a Partir da COVID-19. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 2, n. 5, p. 56-62, abr. 2020. ISSN 2675-1488. Disponível em: . Acesso em: 13 maio 2020.

BARRETO, Andrea C. F.; ROCHA, Danielle S. COVID-19 e Educação: resistências, desafios e (im)possibilidades. **Revista Encantar: Educação, Cultura e Sociedade**. Bahia, v. 2, p. 1-11, jan./dez., 2020. Disponível em: . Acesso em: 15 maio 2020.

MACEDO, Allan V. S; NASCIMENTO, Nicolly P. S. Ensinando Matemática em tempos de pandemia. **Revista Educação Pública**. Disponível

em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/16/ensinando-matematica-em-tempos-de-pandemia>. Acesso em: 18 jun. 2021.

FRONZA, Diane Saraiva; REJJATTI, Djéssi Carolina Krauspenhar; WEBER, Elizângela; FUCHS, Mariele Josiane. Possibilidades de ensino da matemática no contexto da pandemia. **Educação nas ciências**, Mestrado e doutorado - UNIJUI de 25 e 26 de novembro 2020.

A NOTORIEDADE DO ENSINO DE HISTÓRIA EM SALA DE AULA NO CENÁRIO PANDÊMICO

Pâmela Pongan¹

Introdução

A crise que se iniciou por meio do contágio em nível mundial pelo Sars-cov-2, mais conhecido como COVID-19, deixou de ser um assunto exclusivo de saúde pública, pois afetou vários campos da sociedade, trazendo consequências devastadores em diferentes esferas como na economia, na política, na sociedade e na educação. Desta forma, o ano de 2020 se tornou um dos mais difíceis para o mundo, pois a pandemia trouxe consigo diversas dificuldades, tanto para o Brasil, quanto a nível mundial.

As ações fundamentais para que não ocorra uma disseminação em massa do vírus são o uso de máscaras, a constante higienização das mãos e de materiais individuais, bem como o distanciamento social e a quarentena. Tais medidas como o distanciamento social trouxeram grandes impactos que se dão de forma direta na vida de todos os indivíduos, um desses impactos se dá em especial na educação, decorrente do afastamento presencial de professores e alunos em todas as esferas de ensino. Instituições, sejam públicas ou privadas, tiveram suas atividades presenciais suspensas, recorrendo à outras formas de atendimento educacional, o que atingiu milhões de estudantes em todo o país. Porém, mesmo essa nova realidade prejudicando e impactando de forma direta o ensino e a aprendizagem, tal suspensão se mostra uma medida fundamental a fim de se evitar a propagação e a contaminação do vírus, visto que as instituições de ensino se apresentam como um ambiente de natural contato.

1 Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo/RS – PPGH/UPF. Bolsista CAPES.

Contudo, existe uma concepção coletiva das autoridades, gestores e docentes de que o setor educacional não pode parar, com o intuito do ano letivo não ser perdido. Fica visível a necessidade da adaptação e busca de novas formas de se ensinar e aprender por parte de professores e alunos.

O presente artigo busca fazer uma análise acerca do ensino de História em tempos de pandemia. Discorre também acerca das dificuldades do ensino de História frente a um cenário pandêmico, além de apresentar algumas considerações em relação ao campo educacional na nova realidade social resultante da pandemia mundial. Refletindo, ainda, sobre o ensino de História e o papel do professor, ressaltando o grande desafio imposto ao professor de história, perante ao cenário pandêmico, buscando visualizar a História como uma ciência que disponibiliza alicerces para se compreender o cenário atual e seus desdobramentos.

O cenário educacional em decorrência da pandemia mundial

Com o decreto da prática de isolamento social, adotado em diversas escalas e vigor por diferentes países, buscando conter o aumento dos casos, realizou a suspensão do atendimento presencial das instituições de ensino em seus variados níveis. Ao fim de março de 2020, cerca de 850 milhões de alunos em 102 países foram afetados pelo fechamento das escolas, enquanto ao final do mesmo ano, este número chegou a 1,6 bilhão de estudantes de todas as idades, que tiveram interrupções na sua trajetória escolar devido ao fechamento das instituições de ensino pelo mundo, algo que perpassa 90,2% da população estudantil mundial. Segundo a Organização das Nações Unidas – ONU:

[...] até meados de julho, as escolas estavam fechadas em mais de 160 países, afetando mais de 1 bilhão de estudantes. Além disso, pelo menos 40 milhões de crianças em todo o mundo não tiveram acesso à educação pré-escolar. E os pais e responsáveis – e especialmente as mulheres – foram forçados a assumir os encargos mais pesados de cuidados em casa. (ONU, 2020)

Ainda de acordo com a ONU, as consequências sentidas pelos jovens estudantes ocorrem de modo avassalador pois:

A crise da COVID-19 está causando um efeito devastador sobre

a educação e a formação de jovens. Desde o início da pandemia, mais de 70% dos(as) jovens que estudam ou combinam os estudos com o trabalho foram adversamente afetados(as) pelo fechamento de escolas, universidades e centros de treinamento, de acordo com um estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT). (ONU, 2020)

Devido a essa paralisação compulsória, iniciou-se no campo educacional um debate educacional acerca do uso de novas tecnologias educacionais na realização de atividades remotas de ensino. Inicialmente, ocorreu uma movimentação em prol de buscar efetivar essas atividades, porém o ensino não se dava na modalidade de Educação a Distância. Porém, perante a situação emergencial, Governos Estaduais e Municipais, se depararam com a necessidade de se utilizar o EAD, ao mesmo tempo que depararam-se com a necessidade emergente de se preparar as estruturas e os professores para o desenvolvimento de aulas e momentos de aprendizagem de forma remota, que, em sua grande maioria, ocorrem e são mediadas através do uso das tecnologias.

Diante disso, foi demandada, por parte dos docentes, a capacidade de experimentar, inovar, sistematizar esse conhecimento e avaliar o processo de aprendizagem de seus alunos, fazendo o melhor uso possível dessas ferramentas, cujo uso, para muitos, era até então desconhecido.(VIEIRA; RICCI, 2020, p. 12)

Ainda de acordo com as autoras, em diversos países como China, Portugal e Canadá ocorreu uma grande mobilização e diferentes iniciativas a fim de disponibilizar aulas aos seus estudantes. Em países como a China, em que existe uma boa estrutura para o acesso à internet e às tecnologias nos mais variados dispositivos, escolas públicas e quanto privadas, adotaram o sistema de atividades online, e plataformas de aprendizagem em nível nacional foram criadas, contendo conteúdos diversos. O exemplo de Portugal, foi a adoção do uso da TV com a transmissão de aulas por canais abertos com programações diárias contendo aulas de trinta minutos. No Canadá, foram construídos portais online oferecidos pelo Governo, o qual disponibiliza atividades para as crianças, bem como o acompanhamento por meio de contato semanal, através de telefone e redes sociais, entre professores e alunos. Vale resaltar que tais medidas não se deram do dia para a noite, porém a agilidade em tais medidas foram impressionantes (VIEIRA; RICCI, 2020, p. 13).

Ao que se refere ao nosso país, os governos Estaduais tiveram que tomar algumas providências e adotarem medidas de maneira individuais, por consequência da ausência de uma política nacional disponibilizada por parte do Governo Federal. Um exemplo de tais medidas se deu pelo maior Estado brasileiro, São Paulo, o qual fez a opção de ofertar a educação remota, com suporte através do canal de televisão TV Educação, a partir de aulas pelo canal de TV e por plataforma virtual, dividindo em horários alternados os conteúdos curriculares, respeitando a série e a etapa da educação básica de cada turma.

No estado do Paraná, foi adotado em nível da educação Fundamental II, que engloba do sexto ano até o terceiro ano do Ensino Médio, o uso de mídias tecnológicas em conjunto através de um aplicativo específico, o Aula Paraná, e pelo portal Classron, que trazem as aulas online, as atividades que devem ser realizadas pelos alunos e enviadas a partir da plataforma, além do uso de canais televisivos que passam as aulas em canais abertos em todo o estado. A resolução Resolução Seed nº 1.016 - 03/04/2020 - Regime especial - aulas não presenciais aponta em seus artigos:

Art. 9.º Para garantir maior abrangência das aulas não presenciais, será disponibilizado, sem custo para o usuário, o aplicativo “Aula Paraná” e seus recursos, o qual deverá ser acessado durante o horário de disponibilização das aulas[...]

Art. 10. Serão disponibilizados os serviços Google Classroom e Google Forms, vinculados ao e-mail @Escola, disponível a todos os estudantes e professores da rede estadual de ensino, que consiste em uma sala de aula virtual sincronizada com o aplicativo Aula Paraná, permitindo ao professor autonomia em organizar de forma didática os materiais complementares da respectiva disciplina por meio de fóruns, imagens, vídeos, links, quizzes etc. (PARANÁ, 2020)

Vale resaltar que mesmo com todos os esforços empregados em tais ações, sejam esses em escala estadual, nacional ou mundial, uma grande problemática vem a tona, o fato dos sistemas de ensino evidenciar a fragilidade da educação e as desigualdades, demonstrando desse modo o quanto ainda é necessário se fazer a fim de se alcançar a equidade nesses novos modelos educacionais.

O ensino de História

Ao se pensar no ensino de história, há uma gama de metodologias e ferramentas voltadas ao conteúdo histórico, que nos permitem acessar e repassar conceitos importantes de um modo recreativo, trazendo a possibilidade de ao mesmo tempo, repassar os conteúdos necessários bem como serem prazerosos.

Apesar de se conhecer a importância e a necessidade de se diversificar o ensino a fim da obtenção de êxito na tentativa da melhor apropriação do conteúdo por parte dos estudantes, existem normalmente alguns empecilhos que dificultam a efetivação desse processo, como à sobrecarga sobre os professores que necessitam organizar e ministrar várias aulas por semana. A vida do professor é um desafio cotidiano, de acordo com a autora Schmidt (2015) existem também alguns aspectos importantes a serem considerados pelo professor:

Os dilaceramentos atingem também os alunos em sua condição de receptáculos de informações, conteúdos, currículos, livros e materiais didáticos, na maioria das vezes desinteressantes, que eles lutam por decifrar, entender. Por isso, ainda se escuta o ressoar de suas queixas, revoltas, apatias... e embates. Agente de recusa e de contestação, os alunos também manifestam insegurança e temor ante os instrumentos de poder aos quais são submetidos: exames, julgamento dos colegas e professores. Na relação pedagógica, buscam, na verdade, a autonomia, procuram convencer-se por si mesmos, ser reconhecidos, ser libertados em sua originalidade na compreensão e no resgate de sua história. (SCHMIDT, 2015, p. 56).

A História enquanto disciplina foi vista até meados dos anos 70 como cronológica e linear a qual estava distante dos alunos, tal visão acabava por dificultar o ensino no que se refere as concepções de tempo e espaço.

A partir da década de 1970, novas teorias sobre o ensino de história surgem nesse novo cenário, permitindo que os indivíduos, através desta nova perspectiva, construíssem novos significados a História, bem como a seus conceitos em relação a temporalidade, entres outros aspectos. De acordo com SCHIMIT (1998), no surgimento da perspectiva de Educação Histórica se evidencia um novo pensamento:

A Educação Histórica se preocupa com a busca de respostas referentes ao desenvolvimento do pensamento histórico e a formação da consciência histórica de crianças e jovens. Essa perspectiva parte do entendimento de que a História é uma ciência particular, que não se limita a compreender a explicação e a narrativa sobre o passado, mas possui uma natureza multiperspectivada, ou seja, contempla as múltiplas temporalidades pautadas nas experiências históricas desses sujeitos. Parte também dos referenciais epistemológicos da ciência da História como orientadores e organizadores teórico-metodológicos da investigação histórica (SMCHIMIT, 1098 p.13)

Nesse momento, o professor passa a ter a função de problematizador e investigador, uma vez que os alunos passam a serem considerados sujeitos ativos perante a própria formação, os quais possuem uma bagagem de ideias históricas que são anteriores acerca da História. Assim o conhecimento do passado acaba por perpassar a concepção de presente de cada indivíduo. O ensino da História a partir do saber histórico, tem como finalidade a construção da consciência histórica.

O papel do Professor

O papel do professor se apresenta como mediador do conhecimento, desafiando e auxiliando o educando a construir e buscar novos conhecimentos para a sua formação, além de sua faceta enquanto investigador no uso e de diversas fontes e suas análises com o intuito de proporcionar ao aluno a construção de uma consciência histórica, percebendo que a História se constitui por meio de diferentes perspectivas. O professor deve contextualizar e problematizar o passado levando o aluno a criar pressuposições acerca do presente.

O professor de história é um auxiliador no processo de aprendizagem do aluno, transmitindo o conteúdo de maneira adequada, considerando a idade, capacidades e limitações dos alunos, além disso, o professor deve considerar fatores externos que envolvem a aprendizagem da disciplina de história como a cultura, localidade, a própria história, fatores sociais, políticos e econômicos do cotidiano dos alunos, assim o aluno absorve melhor o conteúdo e desperta interesse e curiosidades das ações de seu dia a dia, participando mais da sociedade. (MIRANDA; SCHIER, 2016, p.46)

A consciência histórica surge, assim, da junção do pensamento histórico científico e o pensamento histórico geral, de forma a colaborar na formação do aluno demonstrando assim o papel da Educação Histórica e do professor.

Assim, o professor de História vai além daquele que passa o conteúdo para os alunos. Demonstrando que o mesmo deve contextualizar a produção histórica, questionando os materiais bem como buscando utilizados da melhor maneira possível. Os conteúdos históricos, devem ser pensadores repensados e analisados pelo professor (BITTENCOURT, 2011, p. 60).

Desse modo, torna-se imprescindível o docente contextualizar a produção histórica e o desenvolvimento de novas práticas pedagógicas que possam romper com a forma tradicional de ensinar e aprender história na sala de aula. (FONSECA, 2003, p. 245).

Assim, o professor deve buscar a construção de um trabalho reflexivo e crítico perante suas práticas bem como o aprimoramento, essa formação “[...] ‘implica um investimento pessoal, livre e criativo sobre os percursos e os projetos próprios, com vista à construção de uma identidade pessoal, que é também uma identidade profissional’” (FONSECA, 1997, p. 198).

De acordo com Miranda & Schier (2016), a importância da História é essencial para a formação do estudante, isso devido ao fato de que a partir do conhecimento do passado se pode entender o presente para assim se desenvolver um futuro melhor, desse modo a História pode proporcionar o entendimento de diversas ações de diferentes gerações.

A história transmitida ao aluno de maneira adequada, utilizando comparações com o cotidiano dos mesmos, é mais bem absorvida despertando curiosidades e interesses em também fazer parte dela, mesmo que inicialmente em sua localidade e quem sabe futuramente fazer parte de uma parcela maior da história. (MIRANDA; SCHIER, 2016, p. 32)

Cunha (2012) discorre acerca da necessidade de se mostrar as dificuldades que são enfrentadas pelo professor. Ao que se refere a estrutura de ensino ou melhor dizendo a falta dela, ela se dá em todos os graus, os professores apontam uma série de dificuldades na divisão do ensino em departamentos distintos. A falta de condições de trabalho se mostra

como o mais complexo, sendo que abrange a falta de materiais essenciais e adequados para o ensino. Tais dificuldades que os sistemas educacionais apresentam, acabam por refletir na incapacidade de proporcionar o ensino de qualidade.

As dificuldades estruturais, a falta de condições e suportes educacionais acabaram por se agravar durante a pandemia, sabendo que as mesmas já existiam e assolavam o campo educacional.

O grande desafio imposto ao professor de História perante ao cenário pandêmico

O grande desafio do ensino de História hoje e do professor é encontrar uma prática de ensino de História que se adeque a esse novo cenário e aos novos alunos, de forma a tornar o conteúdo significativo ao indivíduo perante a sociedade, mesmo que a distância.

Às vésperas de uma nova década, a humanidade foi surpreendida por uma doença infecciosa de proporção gigantesca. Tendo seu início em Wuhan, na China, em finais do ano de 2019, o surto de gripe e de pneumonia alcançou diferentes continentes e sua rápida disseminação fez com que a Organização Mundial de Saúde (OMS), em 11 de março de 2020, declarasse pandemia, ocasionada pelo novo coronavírus. Diante do quadro, com altos índices de contaminação e de óbitos, as orientações da OMS para contenção contemplaram três ações básicas: isolamento e tratamento dos casos identificados, testes em massa e distanciamento social. (CANDOTI, 2020, p. 167)

Assim, vieram à tona as dificuldades ao ensino de história, as quais o autor Pinsky (2010) já apontava antes mesmo da pandemia, o que nos leva a pensar que os problemas já existem acabaram por se agravar com o cenário pandêmico atual.

O grande desafio que se apresenta neste novo milênio é adequar nosso olhar às exigências do mundo [...] é preciso, nesse momento, mostrar que é possível desenvolver uma prática de ensino de História adequada aos novos tempos (e alunos): rica de conteúdo, socialmente responsável e sem ingenuidade e nostalgia. Historiador/professor sem utopia é cronista e, sem conteúdo, nem cronista pode ser. (PINSKY, 2010, p. 19)

Nesse sentido, a História pode auxiliar a compreensão de tal

período pois ela assume o papel frente as demais matérias escolares como conscientizada, possuindo a responsabilidade social de auxiliar na compreensão dos sujeitos frente ao mundo que o cercam.

E para tal, o professor necessita articular em sala de aula mesmo que de forma online, pesquisas leituras que articulem questões sociais e culturais do cotidiano trabalhando com temas referentes, por exemplo, as crises econômicas, aos tipos de desigualdades e mesmo com as grandes pandemias que assolaram o mundo.

O professor acaba por fazer a mediação entre o discente e a sociedade, a partir do planejamento e de aulas, e na busca por desenvolver as habilidades e capacidades de seus alunos para que os mesmos acabem por se tornarem sujeitos capazes de enfrentar os desafios da vida cotidiana bem como atuar na sociedade a fim de democratizá-la (LIBÂNEO, 1994). Assim o professor pode buscar embasar seu trabalho a fim de que o mesmo estimule:

[...] o desejo e o gosto pelo estudo, mostra a importância dos conhecimentos para a vida e para o trabalho, exige atenção e força de vontade para realizar as tarefas; cria situações estimulantes de pensar, analisar, relacionar aspectos da realidade estudada nas matérias; preocupa-se com a solidez dos conhecimentos e com o desenvolvimento do pensamento independente; propõe exercícios de consolidação do aprendizado e da aplicação dos conhecimentos. A realização consciente e competente das tarefas de ensino e aprendizagem torna-se, assim, fonte de convicções, princípios de ação, que vão regular as ações práticas dos alunos frente a situações postas pela realidade (LIBÂNEO, 1994, p. 99).

E perante esse novo cenário social torna-se cada vez mais difícil conseguir despertar o interesse do aluno frente as novas tecnologias, as quais, fora do ambiente educacional, acabam por proporcionar uma grande quantidade de informações sem uma reflexão. A fim de se superar esses novos desafios, deve-se integrar a História das Mentalidades, História Social e a do Cotidiano, fazendo com que a História se torne mais acessível aos alunos.

De acordo com PINSKY (2010) a História das Mentalidades, História Social e a do Cotidiano acabam por se complementar, pois:

[...] a História Social busca a percepção das relações sociais,

do papel histórico dos indivíduos e dos limites e possibilidades de cada contexto e processo histórico. A das Mentalidades privilegia cortes temáticos. Frequentemente, a primeira busca a floresta; a segunda, a árvore; uma, o telescópio; a outra, o microscópio. Bem utilizados, ambos os procedimentos são recomendáveis. Se trabalhados de forma integrada, chega-se aos melhores dos mundos, olha-se a partir de diferentes pontos de vista. Além disso, por meio desses olhares, poderá o professor (re)aproximar o aluno do estudo da História (PINSK, 2010, p. 27).

Por meio do desenvolvimento do pensamento histórico, a História se torna algo significativo para os alunos, se mostrando importante, pois permite aos alunos o questionamento e a análise de seu entorno por meio de uma visão consciente e crítica. De acordo com CAINELLI (2010 p. 27), “aprender História seria: discutir evidências, levantar hipóteses, dialogar com os sujeitos, os tempos e os espaços históricos. Olhar para o outro em tempos e espaços diversos”.

Dessa maneira a seleção de conteúdos se torna de suma importância, pois são eles que possibilitam a construção do pensamento crítico nos alunos, através do levantamento de questões cotidianas. E tal prática se torna cada vez mais primordial, da qual vale compreender que:

Os saberes históricos, os valores culturais e políticos são transmitidos e reconstruídos na escola por sujeitos históricos que trazem consigo um conjunto de crenças, significados, valores, atitudes e comportamentos adquiridos nos vários espaços. Isso implica a necessidade de nós, professores, incorporarmos no processo de ensino outras fontes de saber histórico, tais como o cinema, a TV, os quadrinhos, a literatura, a imprensa, as múltiplas vozes dos cidadãos e os acontecimentos cotidianos. O professor, ao diversificar as fontes e dinamizar a prática de ensino, democratiza o acesso ao saber, possibilita o confronto e o debate de diferentes visões, estimula a incorporação e o estudo da complexidade da cultura e da pesquisa histórica. (FONSECA, 2003, p. 244)

Uma das metodologias a serem utilizadas pelo professor é proveniente da Nova História Cultural, difundida a partir da década de 1980, a qual concretizou importantes avanços em termos de utilização de documentos como fontes históricas, propondo uma História para além dos documentos e registros oficiais, disponibilizando e trazendo vasta gama

de fontes sob uma abordagem que se preocupava com os acontecimentos da população em geral e não só em grandes nomes, datas e nos grandes acontecimentos.

A História, no ensino Fundamental e Médio, pode se beneficiar dessa corrente historiográfica, porque ela valoriza a diversificação de documentos, como imagens, canções, objetos arqueológicos, entre outros, na construção do conhecimento histórico. Tal diversidade permite relações interdisciplinares com outras áreas do conhecimento. (DIRETRIZES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO BÁSICA, 2008, p. 53)

Assim, o professor, ao utilizar as fontes históricas estaria fomentando a curiosidade, as indagações e as discussões em torno dos conteúdos dentro da sala de aula, tornando-se intermediador. A partir disso, o professor estabelece uma ligação entre passado e futuro, promovendo uma melhor associação do conteúdo trabalhado com sua realidade (SCHMIDT & CAINELLI, 2010, p. 117). As quais podem ser feitas no tempo de isolamento social por meio de leituras de textos fotografias, cinema literatura tudo de forma online.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Estaduais, o trabalho direto com o documento histórico proporciona uma “análise crítica sobre o processo de construção do conhecimento histórico e dos limites de sua compreensão” (DCE, 2008, p. 70). Pois,

Ao trabalhar com vestígios na aula de História, é indispensável ir além dos documentos escritos, trabalhando com os iconográficos, os registros orais, os testemunhos de história local, além de documentos contemporâneos, como: fotografia, cinema, quadrinhos, literatura e informática. (DCE, 2008, p. 69)

Podemos perceber, assim, a existência de um leque de possibilidades que auxiliam na concretização dos objetivos propostos para o ensino de História. Partindo da ideia de que a educação possui seus objetivos e são esses direcionados, cabe ao professor ter o domínio dos pressupostos teóricos, metodológicos e historiográficos.

Por meio dos encaminhamentos metodológicos sugeridos, destacou-se a utilização de diferentes abordagens nos materiais disponíveis e em tantos outros possíveis, além de diversas formas de registro, estimulando exercícios voltados à pesquisa, à observação, à comparação, ao raciocínio, à análise e à

argumentação. O uso de fontes históricas, como textos e imagens (representações fotográficas de pessoas, lugares e objetos), retratando o próprio meio ou realidades distintas, foi explorado com maior frequência e de modo mais reflexivo, fazendo a ponte entre presente e passado por meio de comparações e de análises de diferentes contextos e temporalidades (CANDOTI, 2020, p. 73).

Perante o cenário atual um dos principais papéis do professor de História se dá em auxiliar o aluno na percepção do processo das mudanças, o qual deve tornar-se um sujeito crítico e reflexivo, acerca do âmbito social através do estudo do passado e das experiências humanas já vividas a fim de compreender e entender as circunstâncias do presente.

Diante das desigualdades e das demandas que emergem com o ensino remoto, professores se depararam com o desafio de atender, em suas aulas remotas[...]. Trata-se de um desafio se fazer entender pelos estudantes e familiares, sem mediações presenciais, de modo que se propuseram a gravar e a editar vídeos, a se dedicar por mais tempo em busca de materiais e de estratégias que tornassem o aprendizado mais objetivo, claro, lúdico e dinâmico, considerando os espaços, os tempos e o grau de autonomia da faixa etária atendida (CANDOTI, 2020, p. 75).

Percebe-se assim a importância do professor, quando o mesmo incentiva o próprio estudante na construção de seu conhecimento, pois a escola vai além de um lugar de transmissão de conhecimento, sendo um espaço de debates e reflexões, o qual possibilita a efetividade do processo de ensino aprendizagem e o ensino de História por sua vez se mostra como aquele que proporciona a formação da consciência histórica dos alunos, possibilitando os mesmos compreender-se enquanto sujeitos inseridos no espaço e tempo os quais formam a sociedade que o rodeia, na qual ele deve assumir o papel de cidadão ativo tendo a capacidade de construí-la e transformá-la.

Trata-se, então, de proporcionar situações de aprendizagem que envolvam a reflexão sobre elementos cotidianos, favorecendo a compreensão do passado a partir do presente, bem como a compreensão do presente a partir dos elementos que configuram o passado. Essa prática agrega significado ao ensino de História, contribuindo para que os indivíduos se orientem no tempo, ampliem sua consciência histórica e seu senso de identidade, além de proporcionar relações mais humanizadas entre

as esferas de convívio (CANDOTI, 2020, p. 76).

Desse modo, se faz necessário buscar novas formas de se ensinar a fim de despertar o interesse do educando para o conhecimento, de forma crítica e reflexiva, mesmo que o processo de ensino-aprendizagem não esteja ocorrendo de modo presencial, mas utilizando-se de metodologias e ferramentas que permitam tornar o ensino remoto significativo e positivo.

Considerações finais

Diante desse cenário pandêmico revelou-se de modo escancarado a vulnerabilidade humana, as desigualdade bem como a fragilidade do ensino. Mesmo diante a todas as limitações existentes em decorrência da pandemia e por consequência no ensino remoto, tendo a necessidade de serem realizadas aulas online, seja por plataformas digitais ou canais televisivos, existe uma grande mobilização com o intuito de se manter os vínculos entre os alunos, a escola os professores e o conhecimento, de modo que se configurou um novo cenário.

Compreende-se que o coletivo de professores em todos os cantos do mundo, veem se aventurando em novas realidades metodológicas, a fim de que seus alunos possam acessar o conhecimento e educação, de modo que os educadores em esfoços colossais buscam realizar o melhor que podem perante as mais diversas variáveis que surgem ao longo do processo. Assim, os professores demonstram sua superação através da busca por novos modos e formas de se ensinar, de conhecimentos e de novas tecnologias as quais são utilizadas para se alcançar os alunos em suas individualidades e se efetivar o ensino.

O ensino de História se apresenta nesse cenário como proporcionador de reflexão acerca da conjuntura atual de modo a se conseguir ver novas expectativas de se tirar lições desse período, pois por meio da História conhecemos o passado, buscamos compreender o hoje para construir um amanhã melhor.

Referências bibliográficas

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos.**

São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL, Portaria n.º 356, de 11 de março de 2020, o Decreto Estadual n.º 4.320, de 20 de março de 2020, **Resolução Seed** n.º 1.016 - 03/04/2020 - Regime especial - aulas não presenciais. Estabelece em regime especial as atividades escolares na forma de aulas não presenciais, em decorrência da pandemia causada pelo COVID-19, o Decreto Estadual n.º 4.320, de 20 de março de 2020, e a Deliberação do Conselho Estadual de Educação n.º 01, de 31 de março de 2020.

CAINELLI, Marlene. **História**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. (Coleção Explorando o Ensino)

CANDOTI, Eliane Aparecida, **O ensino de História em tempos de pandemia**. Escolas em quarentena: o vírus que nos levou para casa. / Organizadora: Sandra Regina Ferreira de Oliveira. 1. ed. Londrina, PR : Editora Madrepérola, 2020.

CUNHA, Maria Isabela. **O bom professor e sua prática**. 24.ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

FONSECA, S. G. **Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados**. São Paulo: Papirus, 2003.

FONSECA, Selva Guimarães. **Ser professor no Brasil: História oral de vida**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1997.

GUTERRES, António. **ONU: mundo deve ‘redesenhar’ a educação em meio à pandemia**. Organização das Nações Unidas, junho de 2020. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/onu-mundo-deve-redesenhar-a-educacao-em-meio-a-pandemia/> > Acesso em 13 de agosto de 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MEC, Ministério da Educação e cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96**. Brasília: MEC, 1990

MIRANDA, Liliane de Jesus Nascimento; SCHIER, Dirlei Afonso. **A influência do ensino de história na educação infantil e formação do aluno Educação em Foco**. Edição n.º: 08, 2016.

MUÑOZ, Rafael. **A experiência internacional com os impactos da COVID-19 na educação**. Organização das Nações Unidas, abril de 2020. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/artigo-a-experiencia->

-internacional-com-os-impactos-da-covid-19-na-educacao/> Acesso em: 10 de junho de 2020.

PINSKY, Jaime. **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2010.

PRESSE, France. **Unesco: metade dos estudantes do mundo sem aulas por conta da Covid-19**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/03/18/unesco-metade-dos-estudantes-do-mundo-sem-aulas-por-c-onta-da-covid-19.ghtml>> Acesso em 10 jun. 2020

SCHMIDT, M. A. A Formação do Professor de História e o Cotidiano da Sala de Aula. In: BITTENCOURT, C. **O Saber Histórico na Sala de Aula**. São Paulo: Contexto, 2015.

SCHMIDT, M. A.; CAINELLI, M. **Ensinar história**. São Paulo: Scipione, 2009.

VIEIRA, Letícia; RICCI C.C. Maíke. **A educação em tempos de pandemia: soluções emergenciais pelo mundo**. OMESC. Editorial de Abril 2020

SOBRE OS ORGANIZADORES

José Antonio Ribeiro de Moura - Possui graduação em Ciências Econômicas pela Faculdade de Economia, Finanças e Administração de São Paulo (1990), Especialização em Economia de Empresas FAAP (1991), Especialização na Implementação e Gestão de EAD, pela UFF (2013), Especialização em Gestão Pública pela Universidade Católica Dom Bosco (2017) e Mestrado em Administração pela Universidade Metodista de São Paulo (2001). Doutorado pelo PPG Diversidade e Inclusão da Universidade Feevale. Membro individual da ABED - Associação Brasileira de Educação a Distância. Revisor Técnico-pedagógico de Itens do ENADE 2018 na área de Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior. Membro do NDE do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial e do Curso Superior em Tecnologia de Comércio Exterior na Universidade Feevale. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Economia e Finanças. Professor de Ensino Superior na Universidade Feevale do Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7485615451216168>.

Natércia de Andrade Lopes Neta - Doutora em Ciências da Educação pela Universidade de Coimbra - UFPE (2017), Mestra em Educação Matemática e Tecnológica pela UFPE (2013), Especialista em Gestão Escolar (2007) e Licenciada em Matemática (2004) pela UFAL. Psicanalista em formação pela ABRAPSI. Técnica Pedagógica na SEMED-Maceió. Professora do Curso de Matemática na UNEAL e, articulista da Rede de Comunicação Popular de Alagoas. Pesquisa sobre formação docente e violência em suas diversas classificações, dentro da área de Educação Matemática e Psicologia Social, com ênfase na Teoria das Representações Sociais. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4880247640523667>.

Leandro Mayer - Mestre e Doutor em História pela Universidade de Passo Fundo. Licenciado em Filosofia (PUC-RS). Servidor efetivo da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina. <http://lattes.cnpq.br/2634728709712813>.



EDITORA
SCHREIBEN